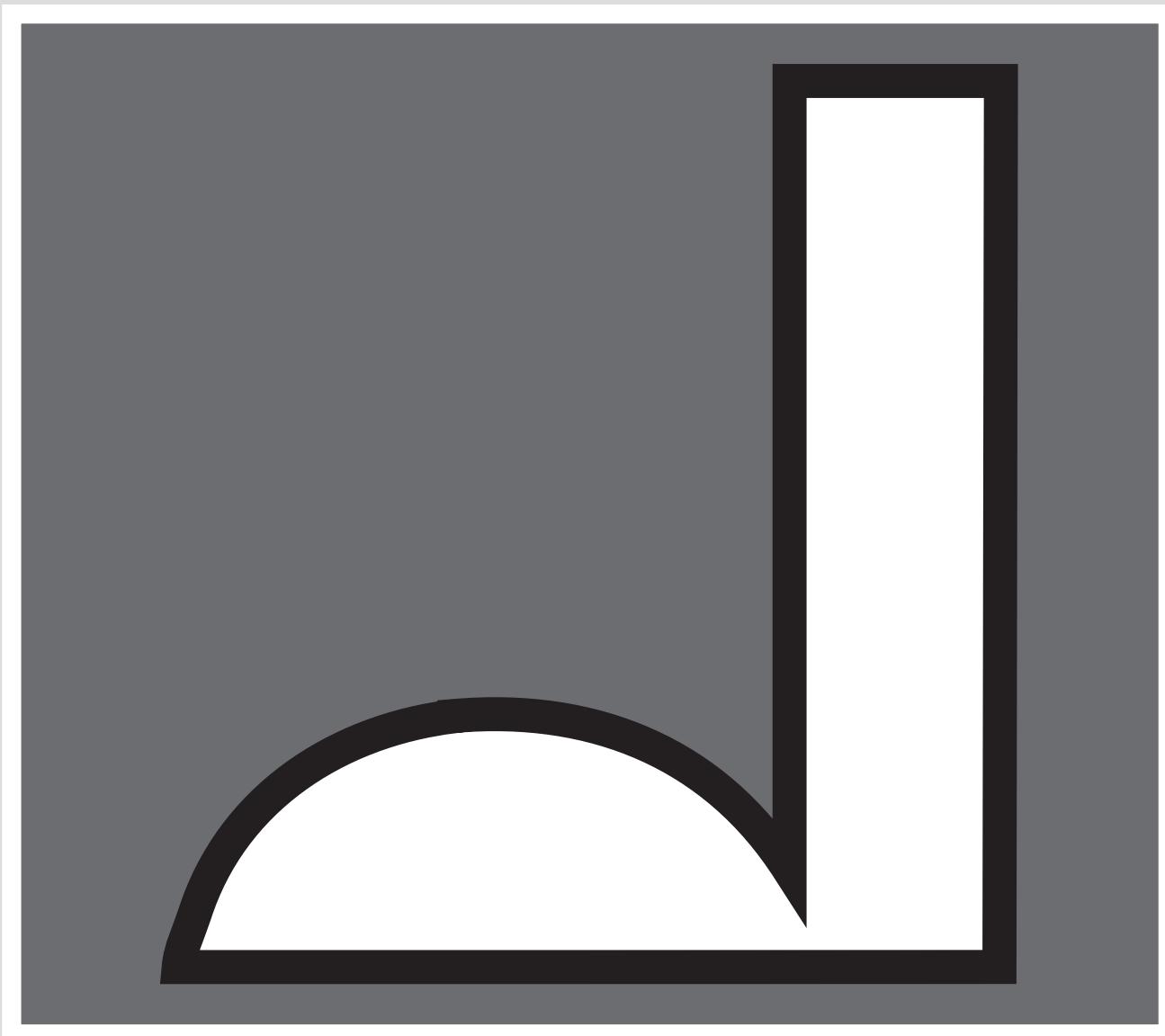




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 042 - TERÇA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27
Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior	Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antônio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Líder Mário Couto - PSDB ¹ Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles		
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

¹ Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE

<p>José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 2 e 4, de 2009	09492
2 – ATA DA 46ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE ABRIL DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 243/2009, de 1º do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004 (nº 1.825/2007, naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.910, de 18 de março de 2009.....	09493
2.2.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 378, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 263, de 2007, e 55, de 2009, por tratarem sobre a mesma matéria.</i>	09493
Nº 379, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, <i>solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2005, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; 74, de 2008; com os Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 645, de 2007; 202, 253 e 280, de 2008, para que o mesmo tenha tramitação autônoma.</i>	09493
Nº 380, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, por tratarem de matérias conexas.</i>	09493
2.2.3 – Ofícios	
S/Nº/2009, de 31 de março último, do Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, solicitando que a matéria seja devolvida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para adequação de seu texto à norma constitucional vigente. Deferido.	09494
2.2.4 – Comunicação	
Do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de indicação de membros das Subcomissões Permanentes da referida comissão. (Ofício nº 20/2009, de 2 do corrente).....	09497
2.2.5 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho.	09499
Recebimento do Aviso nº 24, de 2009 (nº 329/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao exercício de 2008.	09499
2.2.6 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã	
Nº 2/2009, de 16 de março último, encaminhando para os devidos registros cópia da Ata da Reunião da instalação do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã, a relação dos parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, no próximo biênio.	09499
2.2.7 – Pareceres	
Nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/97, naquela Casa), do Senador Sergio Machado, que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (determina que a gravação de informações, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor seja feita de forma indelével)</i>	09500
Nº 166-A, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.574, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, que <i>solicita voto de louvor ao Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, Juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, pelo lançamento do livro Evolution Du droit international des gens.</i>	09508

Nºs 167-A e 168-A, de 2009, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera as Leis nºs 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.	09511	Federal Márcio Moreira Alves. Explicações sobre a ideia de realização de um plebiscito acerca do fechamento do Congresso Nacional. Resposta às críticas feitas pela imprensa sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2005, de autoria de S. Ex ^a , que garante representação na Câmara dos Deputados aos emigrantes brasileiros.....	09549
2.2.8 – Comunicação Do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunicando que foi definitivamente adotado, em turno suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005. (Ofício nº 9/2009, de 19 de março último).	09527	SENADOR MÁRIO COUTO como Líder – Preocupação com o enfraquecimento do Senado Federal perante a opinião pública. Manifestação sobre o empobrecimento da população e a violência no Pará. Citação de matérias jornalísticas afetas à intenção de S. Ex ^a de criar uma CPI para investigar irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT.....	09553
2.2.9 – Comunicações da Presidência Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.	09527	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem à Maçonaria, em especial ao Grande Oriente do Distrito Federal, pelo transcurso dos seus 38 anos de fundação, no dia 21 de abril. Transcrição de discurso do Grão-Mestre da Maçonaria do Distrito Federal e, em resposta a este, discurso do Comandante da Marinha do Brasil.	09557
2.2.10 – Discursos do Expediente SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Dificuldades por que passa a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso. Importância do programa Luz para Todos.	09528	SENADOR JOSÉ AGRIPIINO, como Líder – Voto de pesar pelo falecimento do médico Leônidas Ferreira. Anúncio de proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de S. Ex ^a , em fase de recolhimento de assinaturas, visando a minorar a perda financeira do Fundo de Participação dos Municípios. Registro da entrega, pelo Diretório Estadual do Democratas, da prestação de contas relativa aos gastos e doações recebidas nas eleições municipais de 2008. Registro de audiência com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, com o fim de externar a preocupação com o uso político de instituições públicas, como a Polícia Federal...	09564
2.2.11 – Leitura de requerimentos Nº 381 e 382, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, e de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, respectivamente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e ex-Deputado Federal Márcio Moreira Alves. Encaminham os requerimentos os Senadores Paulo Paim, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, havendo o Sr. Presidente (Senador Mão Santa) se associado à homenagem prestada.	09534	SENADOR PAULO PAIM – Registro do recebimento por S. Ex ^a . do Diploma Roberto Chabo, oferecido pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. Relato da participação de S. Ex ^a em evento realizado em Osasco, ocasião em que S. Ex ^a . proferiu palestra sobre projetos de sua autoria, voltados aos interesses dos aposentados e pensionistas. Homenagem ao jornalista Márcio Moreira Alves...	09567
Nº 383, de 2009, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Leônidas Ferreira.	09538	SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Considerações sobre a Medida Provisória nº. 459, que dispõe sobre o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.	09569
Nº 384, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Município de Marabá, pelo transcurso dos seus 96 anos de existência.....	09548	SENADOR ALVARO DIAS – Necessidade de que sejam apuradas diversas irregularidades no âmbito da Petrobras. Anúncio de que o PSDB deverá propor uma ação objetiva de investigação, possivelmente uma CPI.....	09571
2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Homenagem à memória do jornalista e ex-Deputado	09548	SENADOR MÃO SANTA – Risco de apodrecimento de milhares de toneladas de grãos, no Piauí, devido ao péssimo estado das estradas, especialmente a BR-235.	09572

SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> , como Líder – Homenagem pelo transcurso do aniversário da cidade de Marabá/PA. Registro de encontro, realizado naquele município, que reuniu todo o segmento do agronegócio do sul e sudeste do Estado do Pará. Comentários sobre o caos fundiário no Pará.	09574
SENADORA <i>MARINA SILVA</i> – Registro da realização do III Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, no Município de Luziânia – GO. ..	09575
SENADOR <i>GARIBALDI ALVES</i> – Comunicação da realização de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã, que será dedicada à questão da redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	09579
SENADOR <i>VALDIR RAUUPP</i> , como Líder – Defesa de desoneração fiscal no setor de alimentos. Preocupação com a insuficiência de ações anunciadas pelo Governo Federal para socorrer financeiramente aos Municípios.	09582
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Mão Santa acerca das péssimas condições de tráfego da BR-235, no Piauí. Críticas ao Governador do Piauí. Registro da participação de S. Ex ^a . na posse do Deputado Federal Maia Filho, como Presidente estadual do Democratas.....	09583
SENADOR <i>EDUARDO SUPLICY</i> – Relato da participação de S. Ex ^a . em evento promovido pelo Sistema das Nações Unidas, na Guatemala, em que se pronunciou sobre os programas de transferência de renda e a perspectiva de renda básica de cidadania no Brasil.	09586
2.2.13 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR <i>GERSON CAMATA</i> – Considerações sobre a atual crise internacional.	09590
2.2.14 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia designada.....	09592
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – ATAS	
3.1 Ata da Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã	09595

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 2, DE 2009

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 447, de 14 de novembro de 2008**, que “Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de fevereiro de 2009, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 4, DE 2009

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 450, de 9 de dezembro de 2008**, que “Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do supérávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de março de 2009, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 9 de março de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 46ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de Abril de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 10 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 243/09/PS-GSE

Brasília, 1º de abril de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei n° 1.825, de 2007 (PLS n° 115/04), o qual “Altera o art. 105 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção – **airbag**.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei n° 11.910, de 18 de março de 2009.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado n° 115, de 2004**.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 378, DE 2009

Requeiro nos termos do art. 258 do RISF, que o Projeto de Lei Senado n° 263 de 2007 de minha autoria, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 55 de 2009 de autoria do senador Raimundo Colombo, por tratarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 379, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei N° 265, de 2005, que “altera dispositivos da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para introduzir gratuidade e procedimentos especiais para a habilitação de condutores residentes em áreas rurais ou distantes da sede dos órgãos de trânsito”, o qual tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara n°s 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; 74, de 2008; com os Projetos de Lei do Senado n°s 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 645, de 2007; 202, 253 e 280, de 2008, para que o mesmo tenha tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 26 de abril 2009. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 380, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS n° 68 de 2008, do Senador Demóstenes Torres e do Projeto de Lei da Câmara n° 32 de 2007, de autoria

do Executivo Federal, por tratarem de matérias conexas, relacionadas às normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. SF/ /2009

Em 31 de março de 2009

Senhor Presidente,

Na condição de relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicito a V. Ex^a que a referida matéria seja devolvida àquele Colegiado para adequação de seu texto à norma constitucional vigente.

Esclareço a V. Ex^a que a proposição foi aprovada naquela Comissão em 25 de abril de 2007, concluindo pela apresentação de duas emendas, que alteram o art. 159 da Constituição Federal e o art. 60 do ADCT.

Entretanto, em 20 de setembro do mesmo ano, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 55, de 2007, que modificou a redação do art. 159 da Constituição, dispositivo objeto de emenda aprovada pela CCJ.

Além disso, faz-se necessária a adequação do texto proposto para o § 8º do art. 60 do ADCT, para corrigir equívoco de remissão ao texto constitucional.

À oportunidade, reitero a V. Ex^a meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator da PEC 94/2003 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência defere a solicitação contida no expediente lido, e determina o retorno da **Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003**, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

ACIL NS 18/2009
Lages (SC), 10 de março de 2009

Exmo. Sr.
José Sarney
M.D. Senador da República

Prezado Senador:

A Associação Empresarial de Lages – ACIL vem a Vossa Presença apresentar, respeitosamente, algu-

mas justificativas pela não aprovação do PLS 98/2008 de autoria do Senador José Nery Azevedo (PSOL/PA), que tem como Relator o Senador Heráclito Fortes (DEM/PI):

Além das razões invocadas pelo Relator, que é pela rejeição da matéria, tomamos a liberdade de apresentar alguns argumentos complementares.

SOBRE A PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO ART. 9º DA LEI N° 9.249/95

O PLS 98/2008 pretende revogar o art. 9º da Lei 9.249/95, que instituiu o regime de pagamento de juros sobre o capital próprio das empresas aos sócios ou acionistas, com abatimento no cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Apresenta como justificativa o fato de que o regime beneficiaria apenas as grandes empresas capitalizadas, caso dos bancos.

Porém, na verdade, o mecanismo não se direciona a favorecer contribuintes privilegiados, especialmente os bancos. Pelo contrário, o objetivo principal é estimular a capitalização de empresas com recursos próprios, sem intermediação financeira, evitando o endividamento excessivo perante os bancos.

De fato, sem a dedução dos juros sobre o capital próprio, haveria estímulo para a captação de recursos no mercado financeiro. Isso porque as despesas financeiras são dedutíveis na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas. Assim, tornar-se-ia mais interessante tomar dinheiro emprestado de terceiros do que buscar junto aos sócios ou acionistas o capital necessário ao desenvolvimento dos negócios. Ou seja, curiosamente, caso seja abolida a dedução dos juros sobre o capital próprio, os principais favorecidos serão as instituições financeiras, efeito diametralmente contrário ao pretendido pelo Ilustre Senador propONENTE do PLS.

E justamente para evitar esse estímulo indevido ao capital financeiro é que se propiciou um regime fiscal similar em prol do capital dos sócios. Assim, se a empresa buscar capital junto aos sócios (capital próprio) terá a mesma possibilidade de abater o custo desse capital do que se fosse buscá-lo junto a instituições financeiras.

Deve, ainda, ficar bastante claro que o mecanismo se aplica a qualquer pessoa jurídica que, no regime de lucro real, tenha apurado lucros, pouco importando seu porte ou dimensão. Não está, portanto, restrito às grandes empresas, e muito menos às instituições financeiras.

SOBRE A PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO ART. 10 DA LEI Nº 9.249/95

O PLS, que tramita no Senado Federal, também propõe a revogação do artigo 10 da Lei nº 9.249/95, que instituiu a não-incidência do imposto de renda na fonte sobre os lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica. Pretende-se assim, o retorno da tributação do imposto de renda de 15% sobre os lucros ou dividendos distribuídos aos sócios ou acionistas das empresas, que foi abolida, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo artigo 10 da Lei nº 9.249/95.

Para justificar a sua proposta de retorno da referida tributação, o autor do Projeto utiliza ao argumento de que a não tributação dos lucros e dividendos é injusta, porque os rendimentos do trabalho são tributados com alíquota de até 27,5%, e que o Brasil é um dos poucos países a conceder este tipo de isenção".

Os argumentos apresentados pelo nobre Senador autor do Projeto, não encontram amparo nos fatos e justificativas que provocaram a alteração introduzida pela Lei nº 9.249/95. Na realidade, o Congresso Nacional aprovou tal medida, justamente, para adequar a legislação brasileira ao tratamento tributário que é dispensado aos lucros e dividendos distribuídos na maioria dos países, que praticam a integração da tributação do imposto de renda pago pelas pessoas físicas e jurídicas.

Os estudos realizados pela Secretaria da Receita Federal constataram, em 1995, que o Brasil não praticava esta integração, que é considerada medida essencial para a atração de novos investimentos e desenvolvimento do mercado de capitais.

A isenção dos lucros distribuídos foi uma das soluções encontradas para realizar essa integração, eliminando o duplo pagamento do imposto de renda sobre a mesma base de cálculo, que é o lucro gerado e distribuído pelas empresas.

Nesse sentido, é importante compreender que os lucros e dividendos distribuídos aos sócios ou acionistas já sofreram o impacto da incidência do imposto de renda das pessoas jurídicas, à alíquota de 15%, do adicional de imposto de renda, à alíquota de 10%, e da contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 9%. Ou seja, o valor a ser distribuído já passou por uma redução de 34% antes de chegar aos sócios ou acionistas, que supera, portanto, a maior alíquota incidente sobre as demais formas de renda (27,5%). Assim, contrariamente ao sustentado, os lucros e dividendos sofrem tributação superior aos demais rendimentos, e não inferior. Diante disso, caso acolhida a proposta, a

alíquota efetiva do imposto de renda sobre os lucros e dividendos passaria de 34% para até 61,5%, desestimulando completamente o exercício de atividades empresariais e empurrando, novamente, muitos empresários para a informalidade, na contramão do que vem pregando o governo federal.

Para ilustrar o que se disse, considere-se o seguinte exemplo:

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro: R\$20.000.000,00

(-) Contribuição social sobre o lucro (9%) - R\$1.800.000,00

(-) IPRJ (15%) - R\$3.000.000,00

(-) adicional de IRPJ (10% sobre a parte do lucro que excede a R\$240.000,00 no ano) - R\$1.976.000,00

Lucro líquido passível de distribuição para os sócios - R\$13.224.000,00.

E sobre quem recai o ônus do tributo incidente sobre o lucro da pessoa jurídica? Não sobre o consumidor ou o trabalhador, mas sobre o próprio sócio ou acionista, pois é ele, e só ele, que recebe o valor líquido. O lucro que chega ao sócio já é 36% inferior ao gerado na empresa.

Trata-se, portanto, de equívoco, de ilusão de ótica, achar que os sócios ou acionistas estão livres da incidência do imposto de renda. Pelo contrário, já no regime atual seus rendimentos são, de longe, os mais tributados,

Por isso tudo, a regra inscrita no art. 10, repita-se, não cria um benefício odioso, mas apenas evita a bitributação do lucro, esta, sim, intolerável.

É importante ressaltar que a tributação sobre os lucros e dividendos distribuídos foi reconhecida, pela própria Secretaria da Receita Federal, como injusta, por ser uma dupla incidência e, inconveniente, do ponto de vista da atração de investimentos. No entanto, ela exigiu que fossem realizados aumentos em outros tributos para compensar a perda de arrecadação que teria com a referida "isenção" (e, pelo acima exposto, claro está que nem mesmo se trata de benefício fiscal). Na tramitação da Lei nº 9.249/95 isto foi negociado com o Congresso Nacional, que acabou incluindo e aprovando diversos aumentos substanciais no imposto de renda das pessoas jurídicas e em outros impostos e contribuições, dentre os quais destacam-se:

IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS

- Fixada alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre lucros excedentes a

R\$240.000,00 por ano - sobre o Lucro Real, Presumido ou Arbitrado (artigo 3º da Lei nº 9.249/95).

- Extinta a correção monetária do Balanço - impedindo que as empresas capitalizadas continuassem a deduzir o resultado devedor dessa correção dos seus lucros. Esta medida tem gerado muitas distorções nos Balanços das empresas, que permanecem sem qualquer atualização, há mais de 8 anos, gerando, inclusive, pagamento de tributos sobre lucros irreais pela venda de seus ativos. Além disso, não podendo mais contabilizar a correção monetária do Balanço, as empresas com situação patrimonial positiva, ficaram impedidas e/ou desobrigadas de reservar parte dos seus lucros para preservar seu patrimônio e a continuidade de suas operações (artigo 4º da lei 9249/95). Os valores dedutíveis do Lucro Real, ainda pendente de compensação, como por exemplo, os prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores, também passaram a não ser corrigidos, gerando uma enorme perda para as empresas, exatamente porque eram obrigadas a atender às restrições das normas legais vigentes em relação aos valores a compensar.
- Incidência do imposto de renda de 15% na fonte, sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa - auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta. (artigo 11 da Lei nº 9.249/95)
- Vedação de deduções do Lucro Real - que eram permitidas, anteriormente (artigo 13 da lei nº 9.249/95).
- Vedação de exclusão do Lucro da Exploração – em relação às atividades monopolizadas de que tratam o § 2º do artigo 2º da Lei nº 6.264/75 e o § 2º do artigo 19 do Decreto-lei nº 1.598/77, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 1.730/79.
- Majoração dos Percentuais de cálculo do Lucro Presumido – foram fixados os seguintes novos percentuais: (ver quais eram os percentuais em 1995 para citar o (0 % de aumento)
 - 1,6% para revenda, para consumidores, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.
 - 8% para atividades comerciais, serviços hospitalares e transporte de cargas;
 - 16% para prestação de serviços de transporte em geral, exceto de cargas.
 - 32% para a prestação de serviços em geral, intermediação de negócios, administração, locação

ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços denominados de **factoring**.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

- Alíquota majorada a partir de janeiro/96 - para 18%, aplicável às entidades financeiras e para 8%, aplicável às demais empresas.
- Vedação de deduções da base de cálculo – que eram permitidas, anteriormente. (artigo 13 da lei nº 9.249/95)

Além dos aumentos de tributação introduzidos pela Lei nº 9.249/95, quando a Cofins nem existia, muitos outros tributos foram criados ou majorados ao longo dos últimos 14 anos, a exemplo da Cofins que foi implantada com a alíquota de 2%, passou para 3% e sofreu, recentemente, um aumento de 153% passando para 7,6%. A carga tributária brasileira atingirá em 2009, o expressivo percentual sob o PIB.

Diante do quadro apresentado, fica evidente que o retorno da tributação de 15% sobre os lucros e dividendos distribuídos é altamente inconveniente, injusto e desestimulante de novos investimentos. Além disso, esta tributação adicional sobre os lucros pode inviabilizar inúmeros micros e pequenos negócios, que foram constituídos como alternativa de renda pela perda do emprego de seus sócios. E evidente que esses negócios já não têm conseguido gerar o retorno financeiro para seus sócios em relação ao capital e trabalho exigidos na sua operacionalização, e que já suportam uma tributação tão excessiva, principalmente. Considerando o seu pequeno porte.

A tributação brasileira já ultrapassou a capacidade econômica dos contribuintes brasileiros, conforme conclusão do estudo realizado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Banco Mundial também divulga, anualmente, um relatório sobre os estudos e pesquisas que realizou, em 181 países, denominado *Doing Business - 2009* (<http://www.doingbusiness.org>), sobre o ambiente legal e institucional oferecido aos negócios novos e antigos, e concluiu que o Brasil é um dos piores países para se abrir, manter e fechar uma empresa.

Por todos os motivos apontados, sugerimos que o PLS nº 98/2008, que pretende retornar com a tributação

de 15% sobre os lucros e dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas, bem como eliminar o regime de dedução dos juros sobre o capital próprio, seja rejeitado, por ser altamente prejudicial aos negócios instalados ou que venham a se instalar no Brasil, e representa também, um desestímulo para novos investimentos nacionais ou estrangeiros.

Diante do exposto, para reafirmar a nossa justificativa resumimos os seguintes argumentos, para rejeitar o presente projeto de Lei:

1. O regime de dedução dos juros sobre o capital próprio, longe de favorecer as instituições financeiras, apenas garante a equiparação de tratamento tributário entre o capital dos sócios e o capital de terceiros, eliminando um estímulo fiscal ao excessivo endividamento das empresas.
2. As Empresas, independente da forma de tributação, antes da distribuição dos lucros ou dividendos, estão obrigadas a recolher o Imposto de Renda, a alíquota de 15% (quinze por cento) e, caso o lucro tributado ultrapasse R\$20.000,00 mensais, com um adicional de 10% (dez por cento) sobre o que exceder este valor. Além disto, o lucro é tributado a alíquota de 9% (nove por cento) para a Contribuição Social sobre o Lucro, que tem como objetivo o financiamento da Seguridade Social.
3. A não tributação da distribuição dos Lucros e Dividendos foi, à época, um ganho da Fenacon, quando demonstramos ao Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, que as empresas já são duramente tributadas antes de apurado o Lucro Líquido, justificando assim a não tributação quando da distribuição.
4. Explicamos, na ocasião, que as empresas usavam de vários artifícios para evitar mais essa tributação dos lucros, adquirindo notas fiscais frias para “baixar” o saldo de Caixa, à época, mantido sempre nas alturas, para desespero dos Contadores. Essa prática terminava causando prejuízos ao Fisco, pois aumentava as despesas, além de desvirtuar os resultados das empresas.
5. A partir do momento que o governo excluiu a tributação sobre a distribuição de lucros e es-

tendeu a tributação do Lucro Presumido para todas as empresas, as pessoas jurídicas deixaram de usar de artifícios para fugir da referida tributação.

6. Os investidores, em geral, sofrem uma única tributação na fonte. Assim ocorre, por exemplo, no mercado de capitais. Por que então, os empresários, aqueles que investem em uma empresa, gerando empregos e riquezas para o País, deveriam ter seus lucros tributados, simplesmente, por serem distribuídos? Isto será um desestímulo para se empreender.

São estes, Senadores, alguns dos argumentos que colocamos à Vossa consideração, contando com o seu espírito público e comprometimento com o crescimento da atividade empresarial brasileira, como fonte de renda para o povo.

Com votos de sucesso, saúde e paz, despedimo-nos.

Atenciosamente, – **Roberto Amaral**, Presidente da ACIL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008**.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 20/09 – PRES/CAS

Brasília, 2 de abril de 2009

Assunto: **Membros Subcomissões**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que, de acordo com o Art. 91, inciso IV, designei na data de hoje os membros das Subcomissões Permanentes da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, conforme documentos em anexo.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

**PRESIDENTE: SENADOR VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR VAGO
(5 TITULARES E 5 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSE, PC do B, PRB e PP)	
PAULO PAIM (PT)	1- JOSÉ NERY (PSOL)
PMDB	
MÁO SANTA (PMDB)	1- WELLINGTON SALGADO (PMDB)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- EFRAIM MORAIS (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- PAPALEÓ PAES (PSDB)
PTB/PDT	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	1- GIM ARGELO (PTB)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(5 TITULARES E 5 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSE, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS (PT)	1- PAULO PAIM (PT)
PMDB	
PAULO DUQUE (PMDB)	1- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1- JAYME CAMPOS (DEM)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	2- MARISA SSERRANO (PSDB)
PTB/PDT	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	1- GIM ARGELLO (PTB)

SUBCOMISSÃO CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 12, DE 2005, EM 16/03/2005.

OBS: O SENADOR EDUARDO AZEREDO É O AUTOR DO REQUERIMENTO.

EM 19/05/2005 FOI APROVADO REQUERIMENTO N° 21, DE 2005 DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO AZEREDO QUE ALTERA O NOME DA SUBCOMISSÃO PARA “SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**PRESIDENTE: SENADOR VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR VAGO
(5 TITULARES E 5 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSE, PC do B, PRB e PP)	
AUGUSTO BOTELHO (PT)	1- MARCELO CRIVELLA (PRB)
PMDB	
MÁO SANTA (PMDB)	1- PAULO DUQUE (PMDB)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- RAIMUNDO COLOMBO (DEM)
PAPALEO PAES (PSDB)	2- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB/PDT	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	1- JOÃO DURVAL (PDT)

SUBCOMISSÃO CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 9, DE 2005, EM 10/03/2005.

OBS: O SENADOR PAPALEO PAES É O AUTOR DO REQUERIMENTO.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2004**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 24, de 2009** (nº 329/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao exercício de 2008.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GP-BV Nº 2/2009

Brasília, 16 de março 2009

A Sua Excelência o Senhor Senador
José Sarney
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que foi instalado no Congresso Nacional, em 17 de fevereiro último, o Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº 4/99, de 20 de abril de 1999, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº 95/96, de autoria do Deputado Aldo Rebelo - PCdoB/SP visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Socialista do Vietnã e desenvolver, ainda mais, o intercâmbio entre nossos dois Países Amigos, buscando uma maior integração no campo político, econômico e cultural.

O Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, embora criado em 1999, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomei as primeiras iniciativas com este objetivo. É formado, atualmente, por 32 Deputados Federais e 7 Senadores, integrantes da 53ª Legislatura – 2007/2011.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em sintonia com a Representação Diplomática da República Socialista do Vietnã e, em especial, no relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **Colbert Martins**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

(*) PARECER Nº 165, - A, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/97, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (determina que a gravação de informações, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, seja feita de forma indelével).

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebeu, para análise e decisão, as emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, de autoria do ilustre Senador Sérgio Machado, que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.*

A proposição tem o seguinte teor:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

“Art. 31.....

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos gelados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével, com o objetivo de evitar que o contato da embalagem com a umidade dificulte ou impeça sua leitura. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

(*) Republicado para correção da numeração do Parecer.

A seguir, indico os objetivos das emendas apresentadas à proposição na Câmara dos Deputados.

A Emenda nº 1 propõe que o diploma legal passe a viger cento e oitenta dias após a publicação, para que os produtores tenham prazo suficiente para adequação ao dispositivo que se quer acrescer ao Código de Defesa do Consumidor.

Com a Emenda nº 2, é proposta a supressão do art. 3º – cláusula revogatória –, para fins de adaptação do projeto ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A Emenda nº 3 consiste em alterar a redação do parágrafo único a ser acrescido ao art. 31, substituindo-se o termo “gelados” pelo vocábulo “refrigerados”, e suprimindo-se a parte final por constituir mera justificação da norma proposta, o que não condiz com a boa técnica legislativa.

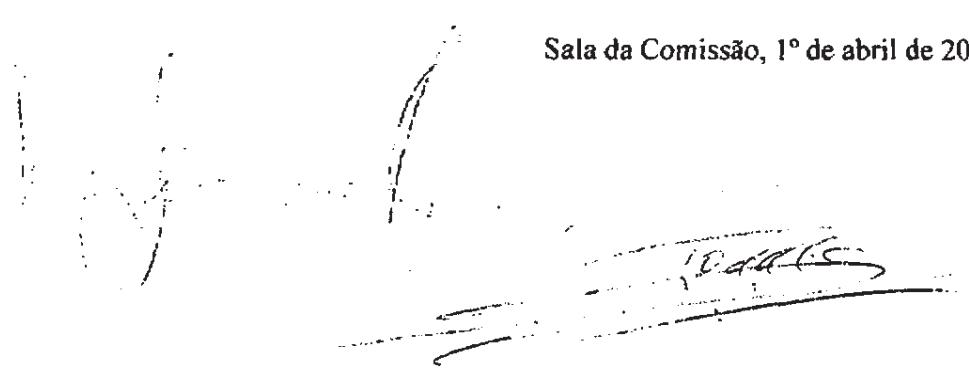
II – ANÁLISE

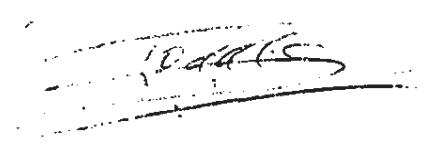
Entendo que as três emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Casa revisora, além de pertinentes e oportunas, aprimoraram o texto do projeto, razão pela qual devem ser acolhidas.

III – VOTO

Em face do exposto, o parecer é favorável à aprovação das três emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, tanto no mérito quanto nos aspectos pertinentes à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2009.


, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: ECD N° 265 DE 14/4/09

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/4/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Júlio Siqueira</i>	
RELATOR: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SASSARENO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTÓ DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebeu, para análise e decisão, as emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, de lavra do ilustre Senador Sérgio Machado, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor". A proposição tem o seguinte teor:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

"Art. 31.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos gelados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével, com o objetivo de evitar que o contato da embalagem com a umidade dificulte ou impeça sua leitura."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Emenda nº 1 propõe que o diploma legal passe a viger cento e oitenta dias após a publicação, para se conceder aos produtores prazo de adequação ao novo dispositivo da lei consumerista.

Com a Emenda nº 2, propõe-se a supressão do art. 3º – a cláusula revogatória –, a fim de se ajustar o projeto ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A Emenda nº 3 consiste em alterar a redação do parágrafo único a ser acrescido ao art. 31 da legislação consumerista, para aperfeiçoar a redação do dispositivo. Substitui-se, então, o termo “gelados” pelo vocábulo “refrigerados” e suprime-se a parte final, porquanto desnecessária, pois constitui mera justificação da norma inovada, o que não condiz com a boa técnica legislativa.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Entendemos que as três emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Casa revisora, além de pertinentes e oportunas, aprimoraram o texto do projeto, razão por que nos manifestamos pelo acolhimento delas.

III – VOTO

Em face dos argumentos expendidos, nosso parecer é favorável à aprovação das emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e mérito. No entanto, cumpre, ainda, em obediência à técnica legislativa, introduzir a notação (AC) ao final do parágrafo único acrescido.

Sala da Comissão,

, Presidente



Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ADEMIR ANDRADE

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebeu, para análise e decisão, as emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, de lavra do ilustre Senador Sérgio Machado, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor". A proposição tem o seguinte teor:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

"Art. 31.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos gelados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével, com o objetivo de evitar que o contato da embalagem com a umidade dificulte ou impeça sua leitura."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Emenda nº 1 propõe que o diploma legal passe a vigor cento e oitenta dias após a publicação, para se conceder aos fornecedores prazo de adequação ao novo dispositivo da norma consumerista.

Com a Emenda nº 2, propõe-se a supressão do art. 3º – a cláusula revogatória –, a fim de se ajustar o projeto ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A Emenda nº 3 consiste em alterar a redação do parágrafo único a ser acrescido ao art. 31 da lei consumerista, para aperfeiçoar a redação do dispositivo. Substitui-se, então, o termo “gelados” pelo vocábulo “refrigerados” e elimina-se a parte final, porquanto desnecessária, pois constitui mera justificação da norma inovada, o que não condiz com a boa técnica legislativa.

É o relatório.

II – ANÁLISE

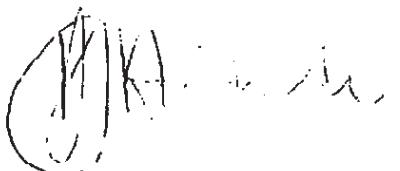
Entendemos que as três emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Casa revisora, além de pertinentes e oportunas, aprimoraram o texto do projeto, razão por que nos manifestamos pelo seu acolhimento.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso parecer é favorável à aprovação das emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e mérito. No entanto, cumpre, ainda, em obediência à técnica legislativa, introduzir a notação (NR) ao final do parágrafo único acrescentado.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

**(*) PARECER
Nº 166-A, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 1.574, "de 2008, do Senador Arthur Virgílio, que requer voto de louvor ao Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, pelo lançamento do livro "Evolution Du droit international des gens."

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

O Senador Arthur Virgílio propõe voto de louvor ao Professor Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, pelo recente lançamento do livro *Evolution du droit international des gens*.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o requerimento de voto de louvor será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) opinar sobre a proposição em exame.

O autor do livro *Evolution du droit international des gens*, ao qual se pretende homenagear com o voto de louvor do Senado Federal, é Ph.D. em Direito Internacional, pela Universidade de Cambridge. Antes de ingressar na Corte Internacional de Justiça, foi Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual presidiu; foi também Professor Titular da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e membro titular do Institut de Droit International, e do Curatorium da Academia de Direito Internacional de Haia.

(*) Republicado para correção da numeração do Parecer.

O Prof. Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade é, pois, um jurista de renome internacional, autor, editor ou organizador de mais de trinta livros na área jurídica, especialmente a de Direitos Humanos. Sua militância o levou a receber mais de trinta homenagens e títulos, entre os quais o Prêmio York, da Universidade de Cambridge (1978); o título de Comendador da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1990); e a Grã-Cruz da Ordem ao Mérito "J.G. Paz Soldán", do Ministério das Relações Exteriores do Peru (2005). Seu notório reconhecimento acadêmico pode ser medido pelos seis títulos de *Doutor Honoris Causa*, dentre os quais o concedido pela Universidade Central do Chile (2003).

No dia 6 de novembro deste ano, o professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi eleito para a Corte Internacional de Justiça, em Haia, para um mandato de nove anos, a partir de 2009. Ele recebeu o apoio de 163 membros da Assembléia Geral das Nações Unidas e de 14 membros do Conselho de Segurança da ONU, o que representou a maior votação da história das eleições para a Corte.

O lançamento do livro *Evolution du droit international des gens*, em Paris, no dia 4 de dezembro, representa, pois, uma expressão a mais na carreira desse jurista a merecer reconhecimento, razão pela qual o Requerimento nº 1.574, de 2008, atende aos requisitos regimentais.

Cumpre à CRE, no uso de sua competência suplementar, pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição. Nessas aspectos, nada há a obstar.

III – VOTO

Pelo exposto, examinados o mérito, a adequação regimental, a técnica legislativa, a juridicidade e a constitucionalidade, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.574, de 2008.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2009.



, Presidente
, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: 1205 Nº 1574, DE 2009.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/4/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

(*) PARECERES

Nº 167-A e 168-A, DE 2009

Ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.

PARECER Nº 167A, DE 2009. (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator *ad hoc*: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, de autoria do eminente Senador DEMÓSTENES TORRES, visa acrescentar, entre as penalidades previstas por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, a declaração de inaptidão da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Em sua justificação, o autor afirma que, cada vez mais, a sociedade assiste a prática de adulteração de combustíveis, incentivado pelo elevado valor do produto, por sua grande demanda e pela dificuldade de se proceder à fiscalização adequada de todos os distribuidores, retalhistas e postos revendedores existentes no País. Aduz, ainda, que, pelo projeto, a comercialização de combustíveis adulterados acarretará, entre outras sanções, a declaração de inaptidão do infrator no CNPJ, com consequências significativas para o exercício de sua atividade econômica.

São três as modificações propostas. A primeira é o acréscimo de inciso IX ao art. 2º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 (fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis), para incluir, entre as sanções administrativas aplicadas aos infratores de normas

relativas à indústria do petróleo, a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ. A segunda é o acréscimo do art. 10-A à lei citada, cujo texto é semelhante ao tipo penal previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 (crimes contra a ordem econômica), para prever que, entre outras atividades, a aquisição, distribuição e revenda de derivados de petróleo, entre outros produtos correlatos, em desconformidade com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), implica a declaração de inaptidão do CNPJ. A terceira é o acréscimo de parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 8.176, de 1991. Passa a constituir efeito da condenação, pela prática dos crimes indicados no inciso I do art. 1º, a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ, pelo prazo de três anos.

Conforme despacho da Presidência, compete, sucessivamente, a esta Comissão e à Comissão de Serviços de Infra-estrutura a análise da proposição, que, por ser de autoria de Senador, tramita nesta última em caráter terminativo, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Passamos à abordagem do PLS nº 96, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra nenhum óbice quanto à constitucionalidade da proposição.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, e, nos termos do inciso II do mesmo artigo, compete a esta Comissão opinar, quanto ao

mérito, sobre as matérias de competência da União e, especialmente, sobre direito penal.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) *inovação*, dado que acrescenta expressamente, nos dispositivos mencionados, a sanção de inaptidão da inscrição no CNPJ; b) *efetividade*, representada pela potencial e efetiva declaração de inaptidão no registro em questão; c) *espécie normativa adequada*, já que as modificações propostas dependem da edição de lei ordinária; d) *coercitividade*, representada pelo comando imposto à autoridade competente, a qual *deverá requerer*, perante a autoridade fazendária, a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ; e e) *generalidade*, uma vez que os dispositivos do projeto se aplicam, indistintamente, a todas as empresas relacionadas à indústria do petróleo.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

Quanto ao mérito do projeto, contudo, são necessários alguns aperfeiçoamentos.

O art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176, de 1991 (crimes contra a ordem econômica), dispõe que constitui crime contra a ordem econômica adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei. A pena prevista é de um a cinco anos de detenção.

O projeto propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 8.176, de 1991, para prever que passa a constituir efeito da condenação, pela prática dos crimes indicados no inciso I do art. 1º, a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ, pelo prazo de três anos. Esse banco de dados, conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal, compreende as informações cadastrais das pessoas jurídicas de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da Seguridade Social.

Cumpre destacar que apenas as pessoas físicas podem ser autoras dos crimes tipificados no inciso I do art. 1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro

de 1991, já que a pena prevista é a de detenção, e, por conseguinte, é incompatível com esse dispositivo a alteração proposta no projeto, cuja previsão é, como efeito da condenação, a declaração de inaptidão da inscrição em cadastro destinado às pessoas jurídicas.

Não é pertinente alegar que há previsão constitucional, no § 5º do art. 173, para que a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabeleça a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com a sua natureza, nos atos praticados contra a **ordem econômica e financeira e contra a economia popular**, haja vista que o tipo penal do art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176, de 1991, destina-se às pessoas físicas e a alteração proposta refere-se às consequências da condenação. Seria necessário reformular todo o dispositivo, o que não nos parece a melhor solução. Assim, somos contrários à inclusão do parágrafo único sugerido no art. 1º da Lei nº 8.176, de 1991.

Quanto às demais alterações previstas no projeto, parece-nos que a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) não constitui espécie de sanção, mas decorre da aplicação das sanções administrativas de suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; de cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; ou de revogação de autorização para o exercício de atividade. Conforme ato da autoridade fiscal (Instrução Normativa nº 200, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria da Receita Federal, art. 37, IV), é declarada inapta a inscrição da pessoa jurídica cujas atividades regulares se encontrem paralisadas.

Assim, não é adequada a sua inserção “no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”. Formulamos ao final emenda para prever que, no caso da aplicação das sanções descritas acima, a autoridade competente da ANP informará ao órgão responsável pela administração do CNPJ, para que seja providenciada a declaração de inaptidão do registro.

Ademais, o acréscimo do art. 10-A à Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 (fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis), com a redação proposta no projeto, para prever que o transporte, aquisição, distribuição, estocagem ou revenda de derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade

com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), implica a declaração de inaptidão do CNPJ, parece-nos desnecessário.

As condutas descritas nesse novo artigo já estão criminalizadas no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176, de 1991. A única alteração significativa é a utilização da expressão “em desconformidade com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)”. A Lei nº 8.176, de 1991, utiliza a expressão “em desconformidade com as especificações estabelecidas na forma da lei”, o que abrange as determinações da ANP, já que é norma penal *em branco* em sentido estrito, porque não exige a complementação por lei formal, podendo sê-lo por normas administrativas infralegais, estas sim, estabelecidas “na forma da lei” (RHC 9834/SP, 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, acórdão publicado em 3 de abril de 2001).

III – VOTO

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA N° 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 96 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor que, nos casos de suspensão ou revogação de autorização para o exercício de atividades relativas à indústria do petróleo, a ANP deverá requerer a declaração de inaptidão da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 1º A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A Aplicada a pena prevista no art. 8º, no art. 9º ou no art. 10, a autoridade competente da ANP, sob pena de

responsabilidade, deverá requerer, perante o órgão responsável pela administração do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a declaração de inaptidão do infrator nesse cadastro.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2008.

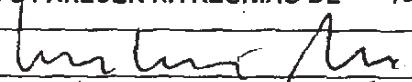
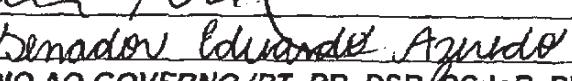
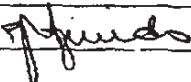
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS N° 96 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08,10,2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR: "ad hoc":	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PPI) ²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3. CESAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JUNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³ 
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPIINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶	4.ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 26/08/2008

PARECER Nº 168 A, DE 2009.
(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, em caráter terminativo, para análise, nos termos do art. 104, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 96, de 2005, que *altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado*, de autoria do Senador DEMÓSTENES TORRES.

A proposição em tela pretende criar nova hipótese de sanção administrativa possível de ser aplicada aos infratores das normas pertinentes ao exercício de atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, qual seja: *a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ)*.

De igual modo, nos termos inicialmente propostos, a mesma reprimenda deveria constituir efeito da condenação criminal quando da prática do crime contra a ordem econômica tipificado pelo inciso I do art. 1º da Lei nº 8.176, de 1991.

Na Justificação da proposta o autor argumenta:

O Brasil assiste, cada vez mais, a prática de adulteração de combustíveis, derivados do petróleo ou não.

O elevado valor do produto, demanda e a dificuldade de se proceder à fiscalização abrangente de todos os distribuidores, retalhistas e postos revendedores existentes no País, constituem fatores formidáveis para a proliferação das fraudes nos combustíveis, em prejuízo dos consumidores e de toda a sociedade brasileira.

Diante desse cenário de infrações regulares às normas de abastecimento de combustíveis, torna-se oportuna a análise da presente proposição legislativa, a qual amplia o cerco repressivo aos que adulteram derivados de petróleo e outros combustíveis.

Pelo projeto, a comercialização de combustíveis adulterados acarretará, sem prejuízo de outras sanções, a declaração de inaptidão da inscrição do infrator no CNPJ, com claras consequências para o exercício de sua atividade econômica...

Estou certo de que, em face de sua relevância econômica e social, o projeto que ora apresentamos merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

A matéria foi encaminhada inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do despacho da Presidência de 6 de abril de 2005, onde recebeu substitutivo da lavra de seu relator *ad-hoc*, Senador EDUARDO AZEREDO (Emenda nº 1 - CCJ), bem como se restringiu o escopo da proposição à seara administrativa, diante das dificuldades colocadas ~~pela~~ ~~aventada~~ responsabilização penal das pessoas jurídicas.

Registrados, ainda, não terem sido oferecidas outras emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ está regulamentado na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (INSRF) nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Compreende as informações cadastrais das pessoas jurídicas de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da Seguridade Social.

A inscrição no CNPJ admite diversas situações cadastrais, entre as quais o **cancelamento e a declaração de inaptidão**.

O cancelamento, previsto no art. 24 da INSRF nº 200, de 2002, não constitui modalidade de sanção imposta pelo órgão fiscalizador tributário, mas direito do contribuinte, o qual é exercido por ocasião da extinção da pessoa jurídica ou do estabelecimento.

A “declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ” constitui, por sua vez, modalidade de sanção, aplicável a quem, nos termos do art. 29 da INSRF nº 200, de 2002, for:

- a) omissso contumaz: o que, embora obrigado, deixou de apresentar declarações por cinco ou mais exercícios consecutivos e, intimado, não regularizou sua situação no prazo de sessenta dias, contado da data da publicação da intimação;
- b) omissso e não localizado: o que, embora obrigado, deixou de apresentar declarações por um ou mais exercícios e, cumulativamente, não foi localizado no endereço informado à SRF;
- c) inexistente de fato; ou
- d) pessoa jurídica que não comprove a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

Tal declaração de inaptidão sujeita o infrator às penalidades previstas nos arts. 42 e 43 da INSRF nº 200, de 2002, a saber: a) inclusão no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin); b) não-obtenção de incentivos fiscais e financeiros; c) impedimento de participação em concorrência pública, bem assim de celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos; d) impedimento de transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto à movimentação de contas-correntes, à realização de aplicações financeiras e à obtenção de empréstimos, bem assim, de realizar operações de crédito que envolvam utilização de recursos públicos; e) impedimento de transmitir a propriedade de bens imóveis; e f) declaração de inidoneidade do documento emitido pelo infrator, o qual não produzirá efeitos tributários perante terceiros.

A atividade de aquisição, distribuição, transporte, estocagem e revenda de derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, por seu turno, está, sujeita à autorização da Agência Nacional do Petróleo – ANP, como anotam os arts. 9º, 56 e 60 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e, em especial, as Portarias ANP nº 116, de 5 de julho de 2000, nº 201, de 30 de dezembro de 1999, e nº 202, de 30 de dezembro de 1999.

Tais portarias sujeitam o exercício da atividade de distribuição de combustíveis pelos *postos revendedores* (Portaria nº 116, de 2000), *retalhistas* (Portaria nº 201, de 1999) e *distribuidores* (Portaria nº 202, de 1999) à detenção de autorização específica, expedida pela ANP.

E a utilização de combustível em desconformidade com as especificações estabelecidas acarreta, após comprovação em processo administrativo, a imposição das sanções previstas no art. 2º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que se pretendia inicialmente inovar, em especial, a revogação da autorização para o **exercício de atividade**, nos termos dos incisos IV do art. 17 da Portaria nº 202, de 1999, IV do art. 14 da Portaria nº 116, de 2000, e IV do art. 15 da Portaria nº 201, de 1999. Ou, ainda, a **suspensão temporária, total ou parcial**, de funcionamento de estabelecimento ou instalação e o **cancelamento de registro** de estabelecimento ou instalação (incisos VI e VII da citada Lei Federal).

O parágrafo único do art. 17 da Portaria nº 202, de 1999, e o parágrafo único do art. 15 da Portaria nº 201, de 1999, anotam, ainda, que a autorização também poderá ser revogada caso o distribuidor esteja em situação de irregularidade perante os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, encarregados da arrecadação de tributos e da fiscalização dos contribuintes.

Assim, como bem constou do Parecer da CCJ, temos que “*a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) não constitui espécie de sanção, mas decorre da aplicação das sanções administrativas de suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; de cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; ou de revogação de autorização para o exercício de atividade*”. Entendemos, assim, que o Substitutivo oferecido pela referida Comissão contempla melhor os aspectos técnico-jurídicos da matéria.

III - VOTO

Por essas razões, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, na forma da **Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo)**.

Sala da Comissão, 12 de março de 2009.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Materia: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005

Seta das Reuniões, em 12/03/2009.

Fernando Cuiller
Senador Fernando Cuiller
Presidente

Quesito 7: O voto da Autoridade Propositória é contumaz, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Projeto de Lei do Senado Federal nº 96, de 2005

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 12/03/2009, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

Presidente: Senador Fernando Collor *F. Collor*

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Titulares do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)	Suplentes do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)
SERVIS SIHESSARENKO - PT	1- MARINA SILVA - PT
DELcíDIO AMARAL - PT <i>delcio</i>	2- PAULO PAIM - PT
ELI SALVATTI - PT <i>Eli Salvatti</i>	3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
INÁCIO ARRUDA - PC do B <i>Inacio</i>	4- EXPEDITO JÚNIOR - PR
FÁTIMA CLERICE - PT	5- EDUARDO SUPlicy - PT
JOÃO RIBEIRO - PR	6- JOÃO PEDRO - PT
Titulares do Bloco da Maioria (PMDB/PP)	Suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PP)
AI MEIDA LIMA	1- NEUTO DE CONTO
GILVAN BORGES	2- LOBÃO FILHO
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	3- PEDRO SIMON
MÁO SANTA	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- FRANCISCO DORNELLES - PP <i>Valdir Raupp</i>
WELLINGTON SALGADO	6- (vago)
Titulares do Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	Suplentes do Bloco da Minoria (DEM/PSDB)
GILBERTO GOELLNER - DEM <i>Gilberto Goellner</i>	1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM
ELISEU RESENDE - DEM <i>Eliseu Resende</i>	2- EFRAIM MORAIS - DEM <i>Efraim Moraes</i>
HERÁCLITO FORTES - DEM	3- ADELMIR SANTANA - DEM
JAYMÉ CAMPOS - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM <i>Rosalba Ciarlini</i>
KÁTIA ABREU - DEM	5- DEMÓSTENES TORRES - PTB <i>Demostenes Torres</i>
ÁLVARO DIAS - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB <i>Cicero Lucena</i>
JOÃO TENÓRIO - PSDB	7- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB <i>Flexa Ribeiro</i>	8- MÁRIO COUTO - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	9- SÉRGIO GUERRA - PSDB
Titulares do PTB	Suplentes do PTB
FERNANDO COLLOR	1- GIM ARCELLO
Titulares do PDT	Suplentes do PDT
JOÃO DURVAL	1- OSMAR DIAS

S/N 96 de 2009

TEXTO FINAL AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 96, (SUBSTITUTIVO) DE 2005, APROVADO EM

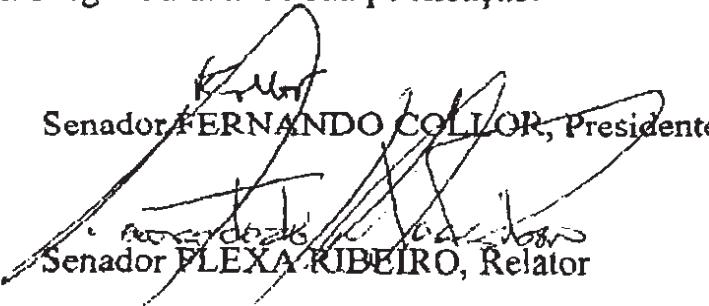
Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor que, nos casos de suspensão ou revogação de autorização para o exercício de atividades relativas à indústria do petróleo, a ANP deverá requerer a declaração de inaptidão da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

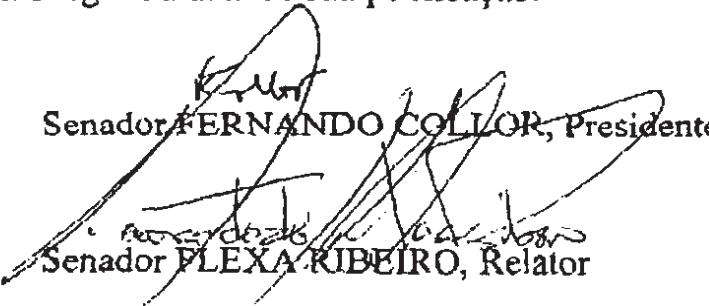
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A Aplicada a pena prevista no art. 8º, no art. 9º ou no art. 10, a autoridade competente da ANP, sob pena de responsabilidade, deverá requerer, perante o órgão responsável pela administração do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a declaração de inaptidão do infrator nesse cadastro.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Senador FERNANDO COLLOR, Presidente


Senador FLEXA RIBEIRO, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a atividade;

d) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998);

e) organização, estruturação e atribuição dos Ministérios e órgãos da administração pública;

f) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001);

g) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998);

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade dessa, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vida Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que mencione.

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Mensagem de voto nº 393

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 0009/2009-CI

Brasília, 19 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que em reunião realizada na data de hoje, foi submetido à discussão Suplementar o Substitutivo ao Projeto de Emenda Senado nº 96, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”, não foram oferecidas emendas o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

FCC
Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão

*Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Digníssimo Presidente do Senado Federal
NESTA*

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 9/2009-CI

Brasília, 19 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que em reunião realizada na data de hoje, foi submetido à discussão Suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres que “Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ

no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”, não foram oferecidas emendas o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005**, seja apreciado pelo Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Foi lido anteriormente o Parecer nº

166-A, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 1.574, de 2008**, solicitando voto de louvor ao Juiz da Corte Internacional de Justiça, Antônio Augusto Cançado Trindade, pelo lançamento de seu mais novo livro, *Evolution du Droit International des Gens*, no dia 4 de dezembro de 2008, em Paris.

O requerimento constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 222 do Regimento Interno.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria, por obséquio, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a está inscrito.

O primeiro orador inscrito é o Senador João Durval; sou a segunda. Contudo, como acabo de permitir com o Senador João Durval, falarei primeiro, no lugar do Senador João Durval.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente do Senado da República.

A SRA. SERYS SLESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que Preside esta sessão.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero hoje falar sobre a situação de dificuldade em que se encontra a agricultura familiar em meu Estado, o Mato Grosso.

Muitos que me ouvem haverão de se espantar: Como o Estado de Mato Grosso, o Estado modelo na agricultura do Brasil, com recordes sucessivos na produção de soja, na produção de algodão, na produção de carne, como o Estado de Mato Grosso se encontra em dificuldades?

Mato Grosso, como eu disse, atinge esses recordes de produção e, na atual conjuntura, realmente, apresenta-se como um dos pulmões, até mesmo o coração, do agronegócio no Brasil, gerando negócios fantásticos pelo mundo afora e entusiasmando a todos com a sua performance invejável.

Estive há um ano no Japão, onde conversamos com inúmeras empresas; fomos para discutir a questão das mudanças climáticas, mas aproveitamos, por sermos de um Estado como Mato Grosso, para falar do que a gente produz. E lá encontramos com inúmeros empresários, e todos ou já estão ou querem chegar a Mato Grosso, por conta do que nós lá produzimos.

Realmente, os números da produção mecanizada que se espalha por grandes extensões de terra no meu Estado, sustentada por grandes empresas do setor agropecuário, têm alcançado, de fato, resultados fantásticos em Mato Grosso. Mas são resultados que se concentram nos grandes negócios da lavoura, não beneficiando com todo o impacto com que deveriam beneficiar a pequena produção no nosso Estado. Basicamente hoje ainda é uma produção de resistência, sustentada pelo denodo dos pequenos produtores, dos pequenos sitiante e dos assentados que teimosamente se mantêm nas atividades da agricultura familiar pelos mais diversos rincões do meu Mato Grosso.

Os números alcançados pelos gigantes do agro-negócio são mesmo admiráveis. Citamos aqui alguns dados: Em soja, Mato Grosso está em primeiro lugar, com praticamente 18 milhões de toneladas por safra; no algodão, Mato Grosso está também em primeiro lugar, com 2,4 milhões de toneladas; e, nessa batida, crescem também outras culturas, como o girassol, o sorgo, o arroz de sequeiro.

Na pecuária, Mato Grosso também se destaca em primeiro lugar, com 26,5 milhões de cabeças. E temos grande produção de aves, de suínos, piscicultura e ovinocultura, que são outras cadeias produtivas que avançam e colocam o Estado de Mato Grosso como um dos mais produtivos do Brasil, o grande celeiro de nosso País.

Eu diria que, sem exagerar com os matadouros de aves que estão em fase de conclusão, certamente, em breve, Senador Paim, nós estaremos abatendo 1 milhão de frangos por dia, só em Mato Grosso.

Nada mais justo, portanto, do que garantir, em meio a esses resultados que tanto nos orgulham, um lugar de igual destaque para a agricultura familiar. Um dos objetivos e um dos motivos por que a agricultura familiar ainda não explodiu em retumbantes resultados em Mato Grosso é que lhe falta o apoio técnico e o apoio financeiro que, claro, são fundamentais para alavancar qualquer tipo de negócio nesse mercado globalizado em que nós vivemos, batalhamos e procuramos a cada dia melhor nos posicionar.

O diagnóstico dessa situação de carência ficou mais uma vez evidente na audiência pública realiza-

da na Assembleia Legislativa de Mato Grosso – assembleia esta em que exercei três mandatos –, para se discutir a questão da agricultura familiar. A iniciativa foi do nosso companheiro do PT, Deputado Ademir Brunetto, em parceria com o Deputado José Domingos, da Bancada do PMDB, que tiveram a sensibilidade de, por meio dessa audiência pública, discutir um dos grandes gargalos enfrentados pela Agricultura Familiar em Mato Grosso: a situação de precariedade em que se encontra a nossa Empaer – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

Devo destacar que o Deputado José Domingos foi servidor da Empaer, foi Prefeito de Sorriso e é profundo conhecedor da estrutura física da Empaer. O debate que essa audiência pública proporcionou trouxe informações muito importantes para demonstrar a importância de urgentes investimentos na Extensão Rural e na Agricultura Familiar.

Pelos dados apresentados, ficou patente que a Empaer está presente em praticamente todo o Mato Grosso, já que, entre os 141 municípios do Estado, a empresa conta com 127 escritórios locais e seis distritais, num total de 133 unidades. E mantém Centros de Pesquisa compostos pelos campos experimentais, os campos de produção e a estação experimental. Todas essas estruturas estão vinculadas aos consórcios intermunicipais que integram a Secretaria Estadual e as Secretarias Municipais de Agricultura e Desenvolvimento Rural, além dos Conselhos Municipais do Desenvolvimento Sustentável.

O que se lamenta, Sr. Presidente, é que a presença da Empaer nos Municípios de Mato Grosso, no atendimento aos assentados, no atendimento aos pequenos produtores, é uma presença cada vez menor, porque tem faltado renovação nos quadros técnicos, não tem ocorrido manutenção da suas estruturas físicas, bem como tem faltado articulação do seu trabalho com os demais setores da administração, objetivando a ampliação no atendimento que é oferecido aos agricultores.

Então, o que se vê é que os técnicos não chegam onde deveriam chegar. É urgente que se faça uma ampliação do número de técnicos, que se melhore o nível dos salários que se pagam aos técnicos da Empaer, para que se possa brecar a fuga desses técnicos, para que se possa desenvolver um trabalho de excelência em favor das pequenas lavouras.

Em meio à realidade entusiástica em que se encontra o agronegócio em Mato Grosso, chego a dizer que é uma coisa estranha, difícil mesmo de entender a situação em que se encontra a Empresa Mato-Gros-

sense de Pesquisa e Extensão Rural. Os dados sobre a força de trabalho na Empaer, permito-me dizer, são alarmantes. Em 1995, segundo dados apresentados na audiência pelo Presidente da Empaer, Dr. Leônio Pinheiro... Aliás, Leônio Pinheiro é irmão do nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, que, aliás, iniciou sua vida profissional atuando também na Empaer. Pois bem; segundo Leônio Pinheiro, havia, em 1995, um quadro de funcionários com um total de 868 servidores, há quase 15 anos. Hoje, neste início de 2009, a empresa conta com 556 servidores, sendo 399 efetivos e 167 comissionados.

Quer dizer, cresce a importância da agricultura em Mato Grosso, ano após ano; multiplicam-se os assentamentos; multiplica-se a necessidade de apoio técnico às famílias, que se vão instalando nos mais diversos cantos de Mato Grosso; cresce a demanda por toda sorte de produção agrícola, com a multiplicação da população em Cuiabá e o crescimento vertiginoso de cidades como Sinop, Nova Mutum, Alta Floresta, Cáceres, Barra do Garças, Rondonópolis – e, assim, poderia citar os 141 Municípios mato-grossenses –, enquanto, por outro lado, a estrutura da Empaer foi minguando, minguando.

O Presidente do Sindicato dos Servidores da Empaer, o sindicalista Enock Alves dos Santos, bateu na tecla, na audiência pública na Assembleia Legislativa, da necessidade urgente e imediata de reestruturação da Empaer. E essa, sem dúvida, é a grande luta em torno da qual todas as lideranças políticas, todas as autoridades públicas de Mato Grosso devem se unir, porque é fundamental que se perceba que, para que o nosso Estado alcance um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que nos orgulhe e nos sossegue, é fundamental que saibamos oferecer àqueles setores da população que ainda vivem na incerteza a concretude de uma sólida opção de vida.

Sabemos que existe muita terra em Mato Grosso e ainda são muitos os que vagueiam por aquele Estado sem terra e sem perspectiva de vida. Sabemos que Mato Grosso é uma terra de riquezas, mas ainda são muitas as famílias que trabalham a terra com muita dificuldade, contando, muitas vezes, apenas com o trabalho e o suor das famílias, sem o apoio técnico e financeiro imprescindível para que todos os ramos de negócio possam prosperar.

Tenho andado pelo interior de Mato Grosso e visto a alegria daquelas famílias, nos mais distantes povoados, que têm sido beneficiadas pela chegada da rede de energia do projeto Luz para Todos. Esse programa, desenvolvido pelo Governo do Presidente

Lula e tocado pelo Ministério das Minas e Energia, pela Eletrobrás, por meio das demais empresas do sistema, representa uma verdadeira revolução no campo, integrando aos recursos básicos do desenvolvimento milhares e milhares de famílias que viviam isoladas, entregues à própria sorte, só somando problemas para si e para as suas comunidades. Com a chegada da energia elétrica, um novo alento se estabelece.

E aqui eu gostaria de fazer uma colocação extremamente relevante. Quando se fala em Luz para Todos, parece que isso será apenas para iluminar as casas, para se ter uma geladeira, para se ter um ventilador. Se fosse para isso, já seria muita coisa, para clarear os destinos das pessoas, para ajudar com um mínimo de conforto e para melhorar a sobrevivência. Mas já está sendo estudada uma espécie de segunda etapa, Senador Geraldo Mesquita Júnior e demais Senadores aqui presentes – e não sei se poderia chamar de “segunda etapa” –, que seria a dos chamados “Centros de Produção”, que aglutinariam pessoas, principalmente nos assentamentos de trabalhadores rurais, e esses centros de produção poderiam ser desde uma farinheira, de um congelador de leite para que, somando, no coletivo, a produção daquele agrupamento possa se desenvolver uma pequena indústria. E isso é da mais alta relevância, com certeza, para melhorar a qualidade de vida da população.

V. Ex^a gostaria de um aparte, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

Pois não.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senadora Serys. É só para pegar carona no seu pronunciamento. V. Ex^a fala de um programa que não é novo no nosso País, mas que, no Governo Fernando Henrique, ele não teve uma boa *performance*, digamos assim. O Presidente Lula, ao assumir, deu um impulso diferente a esse programa. É verdade. V. Ex^a sabe que sou um crítico leal e sincero aqui de algumas ações do Governo Lula. Mas esse programa...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Luz para Todos.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O Luz para Todos, o programa a que V. Ex^a se refere, é um programa redentor de grande parte da população brasileira, que, podemos dizer, vivia no escuro, Senadora Serys. V. Ex^a não imagina a felicidade de um cidadão, na beira do rio Iaco, no Acre, ao chegar um ponto de luz para ele. É uma felicidade enorme. É certo que tem muita gente ainda, no meu Estado particularmente, reclamando que não chega o pro-

grama, mas acho que vai chegar, inexoravelmente irá chegar. Tomara que chegue para que todos tenham acesso a esse benefício. E, como V. Ex^a ressalta, se fosse apenas o fato de se levar um bico de luz para a casa de um cidadão que nunca teve um bico de luz na vida já seria muita coisa. Agora, é importante que se considere, de fato, a possibilidade de essa energia, que está sendo levada aos quatro cantos do País, pelos interiores, principalmente à zona rural, constituir-se num insumo da produção, num instrumento para que as pessoas tenham a possibilidade de alavancar a sua produção, de melhorar a qualidade da sua produção. Enfim, sou admirador sincero desse programa. Eu acho que é um programa muito importante que o Governo do Presidente Lula tomou nas mãos. E tem tido resultados, digamos, satisfatórios no País. Espero que possamos surprender de luz e de energia regiões ainda por serem atendidas. E, como eu digo, acho que isso vai acontecer. Espero que isso aconteça o mais breve possível. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Senadora, pelo aparte.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Eu gostaria de dizer três coisas a partir da sua fala. Primeiro, eu sei o que é aparecer um bico de luz na roça, porque eu nasci na roça e vivi por bastante tempo lá, onde não havia energia. No dia em que ela aparece, é realmente uma coisa fantástica! É inacreditável a transformação que traz à vida das pessoas, desde a pessoa poder se enxergar à noite, até poder ler, poder estudar. A criança da roça vai à escola, ajuda outro tanto nas lides da roça e, depois, precisando estudar à noite, liga à luz do candeeiro, do lâmpada. Então, realmente, esse bico de luz é fantástico.

Em segundo lugar, é o maior programa social do mundo. Por onde andamos, ele é reconhecido como tal.

Outra questão que nos preocupa muito atualmente é o programa do Presidente Fernando Henrique. O do Presidente Lula é o Luz para Todos; o do Presidente Fernando Henrique é o Luz no Campo, que, no meu Estado – não sei no de V. Ex^a –, quem fez o Luz no Campo está com dificuldades gigantescas. As pessoas pedem pelo amor de Deus para ajudarmos e não sabemos o que fazer, porque para ter a Luz no Campo, do Presidente anterior ao Presidente Lula, as pessoas tiveram que financiar e não estão tendo condições de pagar. E de quem não paga estão arrancando os postes.

Então, é uma situação dramática até porque, para se fazer um entendimento, um acordo e o Governo atu-

al resolver esse problema é difícil, porque a dívida foi feita diretamente com as empresas...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um instante Senador. Não sei nos Estados de V. Ex^as, mas no meu Mato Grosso temos problemas gravíssimos e que vão ter que ser resolvidos porque a população não pode ficar na situação que está: enquanto o programa Luz para Todos está chegando, os que fizeram o Luz no Campo estão perdendo.

Temos ainda a questão que V. Ex^a disse, ou seja, de que não chegou para todos. Em Mato Grosso, chegou para mais ou menos 80%, mas estamos com a convicção de que até dezembro de 2010, que é o prazo que o Presidente Lula deu para que todas as casas do meio rural tenham energia, que todas as pessoas se cadastrem, façam o seu cadastramento, pois acreditamos que até 2010 todos os cadastrados receberão energia.

Pois não, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senadora Serys, não tenho dificuldades em elogiar. O projeto Luz para Todos, que, no Governo anterior, do Fernando Henrique Cardoso, era Luz no Campo, é um projeto social extremamente importante. Por isso, parabenizo o Presidente Lula por ter prosseguido com o projeto do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No meu Estado, na época em que foi lançado esse projeto, eu era Deputado Estadual e, por muitas vezes, fui inaugurá-lo, em várias comunidades. Ainda agora eu escutava atentamente o seu pronunciamento, e V. Ex^a ressaltou que foi da roça. Também vim da roça, vim de uma cidadelinha do Marajó, que, na época em que meu pai se instalou, devia ter no máximo umas três mil pessoas. Hoje tem bem mais que 20 mil habitantes. É a cidade de Salvaterra. Sabemos das dificuldades de quem vive sem luz. Sem transporte e energia é impossível fazer qualquer coisa; é impossível produzir sem transporte e energia. E quero lhe dar o meu testemunho – por isso pedi-lhe o aparte – de que o projeto inaugurado na época em que eu era Deputado Estadual, quando tive por várias vezes o prazer de participar da inauguração com aquelas pessoas felizes, não obrigava aquelas pessoas a pagar coisa alguma. Por isso fico assustado. Lá no Norte, no meu Estado, em nenhum momento eu soube que as pessoas teriam de pagar pelo projeto Luz no Campo. Lógico que teriam de pagar o consumo de energia, o que é natural, mas pagar a implantação, jamais. Quero lhe dar esse testemunho. Passei ainda seis anos como Deputado Estadual e, principalmente

na região do Marajó, no nordeste do Pará, inaugurei muitas obras, porque era uma das causas pelas quais eu fazia questão de lutar. Duas coisas me tocam muito no interior, Senadora – a senhora também deve sentir a mesma coisa: água e estrada vicinal. A estrada vicinal é uma coisa terrível. Eu acho que devia ter sido lançado um projeto para as estradas vicinais. Como sofrem os produtores da farinha de mandioca, do cacaú, do milho, do feijão! Como sofrem com as sacas nas costas, no lombo do jumento, naquelas estradas cheias de água, às vezes carregando saca de farinha com água pelo umbigo. Devia ter um programa para as estradas vicinais. Eu ainda quero um dia, se Deus quiser, se não for no meu Estado, no interior do meu Estado, ser do Poder Executivo para deixar as vicinais bem organizadas. E há ainda a luz. Essas três coisas para mim... Lógico que tem a saúde, tem a educação, mas essas três coisas, para mim, são fundamentais na vida de quem vive no interior.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador. Obrigada.

Senador, eu não sei se existiam critérios, mas agora, depois do seu aparte, fiquei curiosa e vou buscar saber. Talvez existissem critérios de renda, não sei lhe dizer. Realmente eu não sei, mas lá, em Mato Grosso, a maior reclamação quanto ao Luz no Campo é que eles têm que pagar durante dez anos uma prestação mensal. Eu vou verificar, porque, de repente, existiam critérios, famílias que não podiam, não sei. Não vou discutir essa parte, mas no programa Luz no Campo, em Mato Grosso, era paga a instalação, e, no Luz Para Todos, não. Como o senhor disse muito bem. Obviamente, o consumo de energia depois terá de ser pago.

Com relação às estradas vicinais, o senhor está cheio de razão. Realmente, esse é um problema seriíssimo.

Há duas semanas, eu estive com o Ministro Mangabeira Unger, no Município de Sinop, há 500 quilômetros de Cuiabá, à beira da BR-163. Nós estivemos reunidos com aproximadamente 30 Prefeitos do entorno de Sinop, que é uma cidade-polo. O Ministro Mangabeira Unger foi lá discutir exatamente esta questão que o senhor colocou, a possibilidade de emergir um projeto que trate das estradas vicinais. Não adianta ficar fazendo só estrada estruturante, aquelas estradas que cortam o Estado de ponta a ponta, atravessada, deste jeito e daquele jeito. Não é que não adianta, é muito importante termos, por exemplo, em Mato Grosso, uma BR-163, uma BR-364, uma BR-080, uma BR-070 asfaltada, uma BR-174 etc. São muito importantes essas estradas, é claro, mas se não trabalhar as estradas

vicinais, como nesse projeto que está emergindo no Governo do Presidente Lula...O Ministro Mangabeira Unger está cuidando para que essas estradas sejam levantadas, sejam cascalhadas, sejam drenadas, para que facilite e acabe com esse desespero que o Senador Mário Couto acaba de colocar. É desesperadora a situação das famílias que vivem próximas às estradas vicinais para que cheguem até as estradas estruturantes, vamos dizer assim. O Presidente Lula já está pensando nessa questão que atribuo da maior relevância.

Eu falava dos centros de produção, uma espécie de segunda etapa do Luz para Todos, quando concedi o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

É isso que vai fazer a melhoria da qualidade de vida da população que mora no meio rural. O Luz para Todos é muito importante, mas precisa haver, vamos dizer, um desmembramento disso, para melhorar a qualidade de vida da população.

É importante que essas famílias sejam atingidas também pelo benefício, como falava aqui, da assistência técnica e do crédito fundiário, da extensão rural. Também vamos fazer esses centros de produção, mas é preciso assistência técnica, porque, se o pequeno produtor, aquele agricultor familiar não tiver conhecimento da terra, não souber direito quando planta, como planta, com o que planta, se precisa de insumo, se não precisa de insumo... Enfim, a assistência técnica é fundamental, juntamente com o crédito fundiário e a extensão rural.

É um absurdo pensar que, na nossa grande Cuiabá, nossa capital, o abastecimento de hortaliças, de verduras, ainda se faça, em larga escala, por meio de "importação" de produtos de São Paulo, de Goiás, de Minas Gerais.

Há muito tempo que se fala e se discursa, destacando-se a importância de se implantar um cinturão verde em torno da grande Cuiabá, de Rondonópolis, Sinop e das demais regiões, que vão se metropolizando em meio a este grande celeiro, que é o nosso Mato Grosso. Essa conquista não virá, certamente, se a Empaer continuar com dificuldades e falhando no atendimento e na assistência à agricultura familiar em nosso Estado.

O alerta que saiu daquela audiência pública, puxada pelo Deputado Ademir Brunetto, foi da maior importância.

Como Senadora que sou e fortemente compromissada com a agricultura familiar e com os pequenos agricultores, que tão bravamente sempre foram um dos sustentáculos da economia mato-grossense,

quero dizer que assumi um compromisso de contribuir para que essa realidade de sucateamento da Empaer possa ser mudada.

É preciso descobrir onde está acontecendo a confusão que tem impedido que a extensão rural avance em Mato Grosso; onde está o gargalo que tem impedido um melhor diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal, e a Secretaria de Agricultura do Governo estadual, de forma a garantir que as verbas, tanto federais, quanto estaduais, cheguem junto e contribuam para que a extensão rural possa retomar aquele patamar de importância que já teve dentro da estrutura administrativa e econômica de nosso Estado.

Ela tinha até outro nome, não se chamava nem Empaer. Quando as pessoas chegavam a Mato Grosso, Senador Paulo Paim, falavam: "Não; soja aqui não dá. Não tem jeito". Eu sei porque tenho um irmão agrônomo, o Eugênio, que hoje só está na Universidade Federal, largou mão da produção. Quando ele chegou lá, diziam para ele: "Aqui não tem soja. Não dá soja neste Estado. Esta terra não dá para soja". Ele veio do Rio Grande do Sul, recém-formado, e insistia que dava soja, sim, que aquele Estado ia produzir soja e começou a fazer os experimentos por meio da empresa de então de pesquisa e extensão. E está aí hoje: o maior produtor de soja do Brasil é Mato Grosso, mas disparado, pois o que se segue apresenta quase que a metade da produção do nosso Estado. Então, a gente sabe que a pesquisa é muito importante em todos os setores. E, neste aí, não é menos importante.

Nós precisamos, como disse aqui, descobrir onde está esse gargalo que dificulta a extensão rural avançar no nosso Estado, para que ela chegue ao patamar que chegou em outros tempos.

Vamos participar de reuniões aqui em Brasília, vamos nos desdobrar em reuniões em Mato Grosso, mas temos o dever e a obrigação de reagir e mudar uma situação constrangedora para nossa gente, para o nosso pequeno produtor rural.

Esta nova crise econômica que sacode todo o Planeta serviu para nos mostrar como estava errada aquela política de Estado mínimo, de querer acabar com as empresas públicas e colocar tudo na mão da grande empresa e dos grandes banqueiros. E deu no que deu! Todo mundo assustado, para não dizer apavorado, pelo mundo afora.

Então, se temos a chance de recuperar a extensão rural, de investir na extensão rural, não podemos vacilar. Vamos considerar que a Empaer, em Mato Grosso, está doente, está com dificuldades, mas tem

todas as condições de se recuperar e voltar a atuar em favor do desenvolvimento da nossa agricultura familiar, elevando-a a um patamar nunca antes atingido. Nós podemos fazer diferente; nós podemos fazer bonito nesse caso. A situação da agricultura familiar lá, em Mato Grosso, mostra – e qualquer agricultor sabe – que gestão do Estado não tem que ser grande nem pequena; o Estado tem que ter o tamanho necessário para atender aos cidadãos e, com isso, contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento.

Não tem essa conversa de que o Estado é muito grande ou de que o Estado é muito pequeno. Ele tem que ter o tamanho necessário para atender àqueles que precisam das políticas públicas para realmente promover o desenvolvimento do seu Estado.

Muito recentemente, como alertou o representante do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Sr. Argileu Martins, que participou da audiência pública lá, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso: o Estado brasileiro extinguiu os órgãos públicos, principalmente aqueles que atuavam no campo. E, por ser a atividade agrícola uma atividade dispersa, ela tem uma dificuldade de mobilização e organização. E é por isso que os órgãos que atuam no campo são os primeiros que, nos cortes de orçamento, sofrem as tesouradas. Foi assim no início da década de 90 no País. O que se extinguiu no Brasil? O que se acabou no Brasil? Quais foram os órgãos que foram desmantelados? O que aconteceu quando analisamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios? Nós vamos perceber, com grande clareza, que a pobreza no campo subiu.

Sim, o que o Ministério do Desenvolvimento Agrário hoje identifica é que o Brasil é um dos países que tem o maior número de analfabetos no meio rural. Os nossos índices de educação na área rural deixam a desejar. O Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil está melhorando, mas precisa mais. Por que isso acontece? Acontece por falta de uma ação voltada para o meio rural.

Eu recebi, inclusive, há poucos dias, um grupo de mulheres da Via Campesina, movimento internacional, que nos procurou para que a gente faça uma mobilização, iniciando por uma audiência pública sobre a questão da mulher na área rural, enfocando especialmente a violência. A mulher do meio rural, muitas vezes, não tem sequer um documento, sequer a carteira de identidade, Senador Geraldo, e isso é uma forma de violência também. Falamos, há poucos dias, no Territórios da Cidadania. Há pessoas que a gente acha que precisa de Bolsa-Família. Há gente que precisa,

antes do Bolsa-Família, de algumas coisas, porque não tem sequer a identificação para conseguir um Bolsa-Família. Então, existem situações muito dramáticas, eu diria, na área rural, muito mais dramáticas do que aquilo que a gente imagina muitas vezes.

Não podemos nos esquecer que quem ancora os planos econômicos, que quem sustenta a economia, o segmento econômico mais importante de mais de 70% dos Municípios nacionais é o setor agropecuário. Portanto, é do homem e da mulher do campo que estamos falando.

O fato é que temos que sair de vez deste discurso de Estado Mínimo. Não podemos deixar que a estrutura de pesquisa, de extensão rural, voltada para a agricultura familiar, continue a ser desmontada pelo Brasil afora e, também, em Mato Grosso, como neste caso da Empaer.

Podem estar certos, senhores e senhoras do meu Estado de Mato Grosso, especialmente aqueles da agricultura familiar, aqueles que estão nos assentamentos, pequenos proprietários, às vezes isolados: no que depender de nós, vamos fazer acontecer. Eu, como Senadora do Partido dos Trabalhadores, nunca tive dúvidas sobre essa questão. Sempre estive junto àqueles que são os pequenos produtores.

Digo sempre: que haja o grande produtor, ótimo. Que ele avance e que ele seja cada vez maior. Ele tem condições de andar com as suas próprias pernas, e é importante que ele cresça e que ele avance, porque ele vai trazer divisas para o País, especialmente através da exportação. Porém, quanto aos pequenos, a agricultura familiar é extremamente relevante para melhorar a qualidade de vida, trazendo o pão nosso de cada dia, cada vez com mais dignidade, para a mesa de suas famílias, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, mas também para contribuir para suprir o mercado interno deste País. E por que não? Se bem organizados, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, se organizados em sistema de cooperativismo, eles poderão, sim, com certeza, agruparem-se para produzir com qualidade, inclusive para exportação. Existe essa possibilidade. Basta que se aglutinem com competência. E é uma alternativa o cooperativismo – o cooperativismo de produção, de crédito, de trabalho, enfim, as várias formas de cooperativismo são da mais alta relevância e potencial para que se desenvolva a qualidade de vida, principalmente da base da nossa sociedade mais despossuída, com mais dificuldades, tanto na área urbana quanto na área rural.

Muito obrigado, Senador.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos à Senadora Serys Slhessarenko, que representa o Estado de Mato Grosso e que é do Partido dos Trabalhadores. Eu lamentava aqui, refletindo, quando S. Ex^a, com muita vibração, falava do antigo programa Luz no Campo, o atual Luz para Todos, que não chegou ao Piauí, que é governado pelo PT. É uma corrupção tremenda com aquela construtora Gautama, e o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou parar tudo.

Pela ordem, o Senador Paulo Paim está inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, o Senador Mesquita Júnior vai usar da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a também está inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu falaria antes dele, mas só queria assegurar, já que encaminhei um voto de pesar à Mesa pelo meu amigo e jornalista Márcio Moreira Alves, que, na Constituinte, foi um guia para todos nós, que eu pudesse fazer a defesa desse voto de pesar logo após o Senador Geraldo Mesquita usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aguardamos o requerimento e a ele queremos nos associar. Vamos subscrevê-lo.

Nós o conhecemos pessoalmente. Quando governei o Piauí, esse jornalista acompanhou nossas atividades. E todos recordamos o que ele significou. Ele fez um mais corajoso protesto contra a ditadura. Ele instigou até as esposas dos oficiais da ditadura a boicotarem o amor familiar, para que não houvesse desfile em 7 de Setembro. E esteve aqui, na mais disputada grandeza deste Congresso.

Agora, vai usar da palavra esse grande orador, que é Geraldo Mesquita, mas, antes, quero dizer que um dos melhores discursos neste Congresso foi o de Mário Covas, defendendo o direito de se expressar do Deputado Márcio Moreira Alves, impedindo sua cassação. É um dos mais belos momentos da história de grandeza deste Parlamento.

Então, queremos nos associar ao voto de pesar. Aguardamos o requerimento escrito, para darmos à votação.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, que representa o Estado do Acre e que engrandece o PMDB do Brasil.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Eu queria, antes de tudo, agradecer ao Senador Paim a deferência, por permitir que eu falasse antes dele. Peço ao Senador Paim que me permita subscrever o requerimento sobre o qual se vai referir logo mais, acerca dessa grande figura que perdemos, Marcio Moreira Alves, um resistente, um bravo jornalista e Parlamentar, que, infelizmente, deixou-nos, mas que deixou, igualmente, um legado de dignidade, de vergonha, de honradez, de amor ao Brasil e ao povo brasileiro. Faço questão absoluta, se V. Ex^a me permitir, de subscrever também o requerimento.

Mas eu queria, hoje, desta tribuna, Senador Mão Santa, Senador Paim, Senador Mário Couto, Senadora Serys, que, há pouco, falou de um assunto muito interessante, trazer o registro de fatos que dizem respeito à situação das pessoas que vivem no campo no meu Estado, no Acre, Senador Paim.

Senador Mão Santa, o primeiro registro diz respeito a uma ocorrência mais breve: no último sábado, estive no Município de Bujari, pertinho da nossa Capital, Rio Branco, a convite do Prefeito Padeiro, do nosso Partido, que instalou uma feira do peixe nos dias que antecedem a Semana Santa. Isso pode parecer uma coisa muito singela, Senador Paim, mas tem um peso, um significado muito grande para aquele Município e para meu Estado. O Município de Bujari, hoje, segundo o Prefeito Padeiro, conta com cerca de 80 produtores de peixe. A expectativa é a de que ao ano se comercializem cerca de quinhentas toneladas de peixe e de que, especialmente nessa feira aberta no último sábado, que se vai estender por alguns dias, comercializem-se mais de cem toneladas de peixe, de pescado. São os peixes da região: o tambaqui, os peixes miúdos, o piau, a tilápia, a carpa. Há uma família de japoneses experimentando o trato com o pirarucu, aquele peixe grande, o nosso bacalhau, o bacalhau brasileiro. Enfim, há muita gente, há a participação da população não só de Bujari, como também de Rio Branco e de Municípios próximos. Espero que seja um sucesso, até porque no Acre precisamos, Senador Paim, de alavancar nossa produção agrícola, a produção de alevinos, de pequenos animais.

Senador Mão Santa, sei que V. Ex^a quer muito bem a meu pai, que governou o Estado na segunda metade da década de 70 e que fez um governo voltado para dar apoio, sustentação à produção, ao produtor, num projeto muito consistente. Inaugurou um complexo de ações com o objetivo de facilitar ao produtor o acesso ao crédito, à assistência técnica, à armazenagem, ao preço mínimo,

muito praticado naquela época, Senador Paim. Colocou à disposição do produtor máquinas e equipamentos e proporcionou a melhoria das estradas vicinais, de que falava a Senadora Serys, uma necessidade fundamental numa região produtiva. Enfim, isso tudo resultou, Senador Paim, na situação de o Estado produzir enormemente grãos. Digo, sem medo de errar, Senador Mão Santa, que o Estado, hoje, produz menos grãos do que naquela época. Imagine só! Naquela época, todo esse suporte, toda essa estrutura e toda essa infraestrutura colocadas à disposição dos produtores fizeram com que o Estado estourasse de produzir grãos. Passados mais de trinta anos, o Estado, hoje, produz menos grãos do que naquela época. Imagine V. Ex^{al}! É por isso que valorizo muito iniciativas como as tomadas pelo Prefeito do Município de Bujari, que estimulam, que incentivam os produtores, chegando junto com eles. Isso é importante.

Outra notícia diz respeito à vida das pessoas no campo, Senador Mão Santa. Estive, nesse fim de semana, conversando com o Vereador Zenil, de Sena Madureira, Município que está na mesma rota de Bujari, situado lá na frente. Zenil se elegeu Vereador nas eleições de 2008, sendo o mais votado de Sena Madureira, e, desde o início do seu mandato, tem, de forma abnegada, tratado de questões relativas às pessoas que vivem no campo, e daí nossa identificação. Tenho uma fixação, que não é gratuita: acho que o País que não trata bem as pessoas que vivem no campo é um País que precisa rever seus conceitos. As pessoas estão ali, dando um duro danado, trabalhando, muitas vezes, contra tudo e contra todos nas circunstâncias mais difíceis, nas condições mais inóspitas. Digo até que o Brasil, onde ao final do ano apuram-se quebras de recordes de safras – e louvamos esse fato –, é um País em que, principalmente do ponto de vista do poder público, Senador Mão Santa – isso é algo que observo, Senador Paulo Paim –, existe quase um preconceito contra as pessoas que vivem no campo. Costumo dizer que, nas cidades pequenas, médias ou grandes, mal ou bem, há luz, água encanada, transporte coletivo, escola de boa ou razoável qualidade, cinema, teatro, enfim, tudo de que uma cidade necessita, diferentemente do que acontece no campo. No meu Estado, Senador Paulo Paim, por exemplo, a escola na cidade é razoável, há umas até de ótima qualidade, mas no campo a qualidade, em regra, é terrível: são barracos caindo em cima das crianças, e as condições de vida dos próprios professores – já nem se fala das crianças – é terrível.

O Vereador Zenil teve a iniciativa de promover um seminário cujo tema foi “Educação que queremos

para nossos Professores e Filhos na Zona Rural”, Senador Mão Santa. O que achei interessante e gostaria de ressaltar é que o seminário, para o qual ele levou mais de cem professores, de um conjunto de 250 a 300 professores da zona rural do Município de Sena Madureira, ressentiu-se – e os professores também se ressentiram – da ausência de muitas autoridades que foram convidadas, tanto do Município como do Estado, pessoas que são e deveriam ser responsáveis pelo setor de educação tanto municipal, como estadual.

O seminário tratou de temas com muita objetividade, Senador Mão Santa, como, por exemplo, farda, saúde e material escolar. E o seminário não ficou só na discussão; surgiram propostas de doação, a exemplo do que acontece nas cidades. Olha, mais uma vez, o preconceito: na cidade, os alunos recebem um *kit* com fardamento, com material escolar etc.; já os alunos do campo, em regra, não o recebem, não, e andam com uma sandália Havaiana, com um shortinho às vezes rasgado. Então, o que ficou como proposta no seminário foi o apelo para que esses alunos também recebessem o chamado *kit* escolar, com uniforme e com material.

Quanto à merenda, é um drama. A merenda é feita pelos próprios professores. Muitos moram nas cidades e vão às escolas onde estão lotados pelo rio, pela estrada, seja como for, e, às vezes, têm de custear o transporte dessa merenda. Nas escolas, eles são os responsáveis por ministrar as aulas, por limpar a escola, por preparar a merenda. São polivalentes, quando, na verdade, deveriam se concentrar no seu mister principal, que é dar aula, ensinar as crianças a escrever, a ler, a somar e calcular.

No seminário ficou clara, pelo testemunho dos professores, inclusive, a situação que eu já não diria mais nem precária dessas escolas. Quando chove, não pode haver aula. É uma situação terrível!

Também foram apresentadas, no seminário, propostas de reforma dessas escolas, de ampliação e de adaptação das escolas, das carteiras escolares. Por que os meninos, nas cidades, têm uma carteira e lá não podem tê-la, Senador Paim? É um negócio de doido isso! Eu nunca consegui captar, como se diz, o espírito da coisa. Por que essa diferença, por que esse tratamento, esse quase preconceito? Não consigo entender isso.

O transporte dos alunos, no interior, é um drama, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permite-me um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É um drama arriscado, inclusive. As crianças

se arriscam, inclusive, a cair de uma canoa daquelas, quando moram na beirada dos rios e vão para essas escolas. Elas se arriscam de toda forma. O transporte é o mais precário que possa existir e precisa ser melhorado, precisa ser de qualidade. Por que não?

Como eu disse, o professor é polivalente na zona rural do meu Estado. Aqui, em Sena Madureira, não se foge à regra: o professor ensina, faz a merenda, limpa a escola. Na escola da cidade, Senador Mário Couto, há a merendeira, a senhora que limpa a escola, aquele que fica no portão para a entrada dos alunos, enfim, um corpo de servidores além do professor e da professora, para que as atividades na escola possam transcorrer da melhor maneira possível. Lá na zona rural, não, Senador Mário Couto! Lá o professor chuta, bate a bola no peito, cabeceia e vai para o gol. É uma coisa espantosa! Então, no seminário, apresentou-se claramente a proposta de contratação de pessoal de apoio para auxiliar o professor na zona rural.

E há o direito trabalhista dos profissionais provisórios da educação. Segundo o resumo do seminário, os profissionais provisórios da educação que trabalham para a Prefeitura de Sena Madureira não têm carteira assinada, não têm contracheque, enfim, nada têm. Além de ilegal, a referida medida prejudica futuramente o profissional, pois não são recolhidos o INSS, o FGTS, o PIS, o PASEP, não tendo o profissional direito ao décimo terceiro salário, a férias, enfim, aos chamados direitos trabalhistas. A proposta é a de que a Prefeitura assine um contrato temporário com todos os servidores que trabalham dessa forma nas escolas rurais, no Município de Sena Madureira, garantindo-lhes os direitos trabalhistas.

Quanto à gratificação de difícil acesso em classe multisseriada, ao piso nacional, ao piso salarial nacional dos professores, eles fazem jus também. Por que não? No Acre e em Sena Madureira também, não se foge à regra: os professores, em sua maioria, são provisórios. Senador Mário Couto, são temporários, provisórios, enfim, não têm vínculo, não são permanentes. Educação é uma atividade permanente do Estado. Não comprehendo como é que pode haver uma atividade permanente com pessoal temporário. É um absurdo! O professor efetivo, além de lecionar, Senador Mário Couto, precisa ser anualmente reciclado e capacitado e tem de frequentar curso, tem de preparar aula. E há aquele período em que o professor temporário leciona. Fora daquilo, ó, tchau para ele! Ele passa a não ter mais renda, passa a não ter mais nada, não é? Em outros tempos, ele é chamado a trabalhar e volta. Isso é inconcebível, isso é inconcebível, porque ele tam-

bém tem necessidade de se capacitar, de se reciclar permanentemente, para que possa prestar o melhor serviço possível à comunidade à qual ele serve.

Senador Mário Couto, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Geraldo Mesquita, primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo seminário. Este é o momento oportuno para se fazer essa discussão da zona rural. Senador, vou ser breve, mas lhe vou dizer uma coisa com toda a minha convicção, sem medo de errar: poucos são os políticos que conhecem o interior dos seus Estados. São poucos os que podem ter a convicção, como V. Ex^a está tendo neste momento, nessa tribuna, de falar dos problemas do interior do interior, porque não o conhecem, Senador. Às vezes, vêm para cá sem conhecer nenhum Município. Colônia, vila, nem se fala! Tenho a honra, Senador, de poder dizer a todos os paraenses que conheço, além dos 143 Municípios, centenas ou milhares de vilas. Visitei essas vilas, onde passei dia, onde passei noite, convivendo com aquelas famílias abandonadas, para sentir seu drama. Por que se esquece delas se são as que mais precisam, se são as mais pobres, se são as que mais sofrem neste País? Por que ninguém olha para elas? Às vezes, Senador, isso se dá por falta de conhecimento mesmo. Não conhecem, não sabem onde está o sofrimento deste País. Uma vez, Senador, numa reunião, quando se deu a palavra para um marajoara, ele começou a chorar. No meio do barracão de chão, de palha, no meio do barracão, ele começou a chorar. Eu lhe perguntei, então, o porquê da angústia dele. Ele falou que, no dia anterior, ele tinha perdido a produção da semana, pois, ao levar as sacas de farinha em cima do seu burro, caiu numa poça de lama, e as sacas foram para a água. Farinha molhada não presta mais. E, aí, ele perdeu a semana inteira de produção. O que ele ia comprar? Cadê o querosene da lamparina? Por isso, dei valor, ainda agora, ao projeto do Fernando Henrique Cardoso, o Luz no Campo, que o Lula está seguindo agora, com o Luz para Todos. Então, Senador, primeiro, parabéns! Segundo, Senador, só sente quem vê; quem não vê não pode sentir. V. Ex^a sente, V. Ex^a está angustiado, mostrando o sofrimento do seu Estado, mostrando o sofrimento do interior do seu Estado, principalmente porque V. Ex^a vê com os próprios olhos, vai lá olhar. Quem não vai lá nada sente. Se não vê, como pode sentir? Por isso, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Devo registrar, mais uma vez, que a iniciativa desse seminário, a provocação para que esse seminário se realizasse foi do Vereador Zenil, de Sena Madureira, o Vereador mais votado do Município, Senador Mão Santa.

Esse seminário ocorreu no dia 15 de março. Infelizmente, não me pude fazer presente, porque eu estava na reunião do Parlamento do Mercosul, mas, tão logo cheguei ao Acre, chamei o Vereador para saber o que tinha ocorrido. E o relato é esse que estou trazendo aqui para a Casa conhecer: a situação dramática e precária da educação ministrada na zona rural do meu Estado. É muito precária a situação, Senador Cristovam Buarque! É quase um descaso. É como se a gente dissesse para centenas, milhares de crianças: "Olhem, tomem aí qualquer coisa para vocês se distraírem". Isso não se faz, isso é desumanidade.

É por isso que, quando se fala em Amazônia, em projetos para a Amazônia, chamo sempre a atenção de todos nós, Senador Paim, para a necessidade de olharmos, primeiro, as pessoas que lá estão.

É muito importante que preservemos a Amazônia, que permitamos que essa preservação seja conjugada com um processo de desenvolvimento adequado à Região Amazônica, mas é necessário que os primeiros a serem olhados sejam o cidadão, a cidadã, as crianças, os jovens que estão na Amazônia, Senador Mão Santa. São milhões de pessoas que ouvem esta conversa de "vamos fazer pela Amazônia" da mesma forma que olhamos um avião de carreira passando no céu, ou seja, é algo distante, que não chega até eles, que não diz respeito à vida deles. E, consequências, quando chegam ali, são negativas para a vida deles.

No mesmo passo dessa conversa que tive com o Vereador Zenil, tomei conhecimento também de outra preocupação dele muito pertinente, Senador Paim. No Estado, só há escola superior na Capital ou em Cruzeiro do Sul, que é o segundo Município do Estado. Cursos são ministrados pelo interior, mas de forma incipiente. Enfim, o grosso está na Capital, para onde vai o pessoal que conclui o ensino médio no interior, mas que não tem condição, Senador Paim, de se fixar na Capital.

Agora, a ideia é entrarmos em contato com a Reitora da Universidade Federal do Acre, Drª Olinda, para propiciar as condições para que ela possa, Senador Mão Santa, construir alojamentos para os estudantes do interior do Estado. De público, estou aqui me comprometendo, se for necessário, a alocar recursos, emenda pessoal no valor que for necessário e dentro dos nossos limites, para que essa ideia se concretize num futuro próximo. Enfim, a Universidade do Acre deve construir,

no seu *campus*, um bloco – quem sabe, no futuro, possam ser feitos dois, três ou quatro blocos! – de alojamentos singelos, simples, para acolher com dignidade os estudantes que vêm do interior aspirando fazer um curso superior, mas que, muitas vezes, voltam para suas cidades por não terem condição de se fixar na Capital. Portanto, esse também é um assunto que diz respeito ao estudantado do meu Estado. São pessoas que vêm da zona rural, com muito mais dificuldade de se fixar na Capital, na esperança de fazer um curso superior.

Portanto, eu queria parabenizar o Vereador Zenil, sua equipe e, sobretudo, os professores que, de forma corajosa, se reúnem para discutir a situação precária em que eles atuam no interior, na zona rural do Município de Sena Madureira. E faço votos de que o Governo Municipal, o Governo Estadual, enfim, todos possam se dar as mãos, para conseguirmos melhorias substanciais tanto na atividade dos próprios professores, como na vida escolar daquelas crianças, daqueles jovens que estão ali, por vezes, largados, esquecidos, no meio do mato, na zona rural do meu Estado.

Senador Mão Santa, era o que eu tinha para trazer na tarde de hoje. Agradeço a V. Ex^a a tolerância, o tempo que me foi concedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu sei que estou inscrito como orador, mas eu havia anunciado a V. Ex^a que gostaria de fazer o encaminhamento do requerimento de voto de pesar pelo falecimento do nobre jornalista Márcio Moreira Alves.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos aguardando o requerimento. Está em mãos de V. Ex^a?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode assinar e mandar para cá que nós submetemos à votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já está na mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dr. José Roberto, Dr. João Pedro. (Pausa.)

Pronto.

V. Ex^a poderá encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Posso fazer o encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em seguida. Antes, vou lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que chegam à Mesa hoje, 6 de abril de 2009, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2009

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de pesar pelo falecimento de Márcio Moreira Alves no dia 03/04/09, vítima de um AVC – Acidente Vascular Cerebral.

JUSTIFICAÇÃO

Senhoras e Senhores Senadores, seria um grande pecado deste parlamento se não fizermos uma homenagem ao ex-deputado federal e jornalista Márcio Moreira Alves, que faleceu na sexta-feira, dia 3 de março, depois de cinco meses internado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, devido a um acidente vascular cerebral - AVC.

Lembro-me de que quando cheguei em Brasília como deputado federal constituinte, em 1987, uma das primeiras pessoas que foi apresentada foi o Marcito (como era chamado). Já o conhecia como um personagem da História do Brasil.

Conhecê-lo pessoalmente foi um momento inesquecível na minha vida, dali em diante ficamos amigos e tivemos muitos encontros onde conversávamos de “tudo um pouco”, política, economia, democratização, em fim, a pauta que vivíamos naquele momento.

Durante o passar dos anos fui ficando cada vez mais seu admirador. Ele tinha uma grande preocupação com as verdadeiras causas sociais do povo brasileiro.

Sabia que os governos, efetivamente, tinham que construir políticas públicas para essas questões.

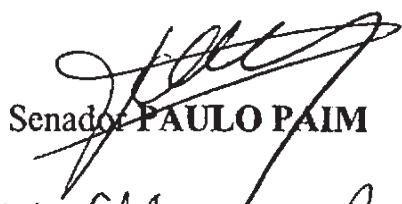
Não há a necessidade de relatar aqui toda a biografia de Márcio Moreira Alves. Mas gostaria de lembrar o momento que os deputados se recusaram a caçá-lo: isso ocorreu em 11 de dezembro de 1968. E foi deste ato da história de no Congresso

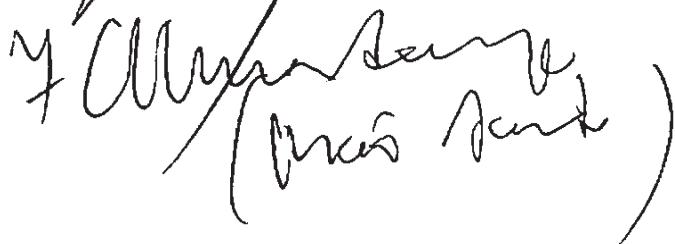
que desencadeou o Decreto AI-5 e Fechou o Congresso Nacional.

Senhoras e Senhores Senadores, pela grandeza deste cidadão da História Brasileira, é que solicito a aprovação do requerimento de Voto de Pesar ora proposto.

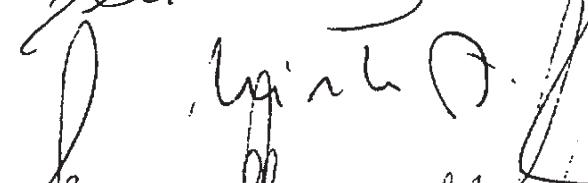
Para tanto, gostaríamos que o presente voto seja enviado para: Sra. Maria Madalena Diergues Moreira Alves na Rua Senador Vergueiro, 69 Apto. 502 – Flamengo – CEP. 22230-000 – Rio de Janeiro/RJ.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009.


Senador PAULO PAIM


M. Alves
(máis forte)


M. Alves

M. Alves - Valter Pereira

M. Alves

Senador M. Alves

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2009

Requeiro ~~nos~~ termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, na última sexta-feira, 3 de abril, do jornalista e ex-deputado Márcio Moreira Alves, aos 72 anos, bem como apresentação de condolências à sua esposa Madalena Diegues Moreira Alves, e aos filhos Pedro Afonso, Isabelle Marie e Leonor.

Justificativa

Marcito, como era conhecido pelos amigos e parentes, nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1936, filho de Marcio de Mello Franco Alves, prefeito de Petrópolis (RJ) e secretário de Finanças do Estado da Guanabara no governo de Negrão de Lima (1965-1971), e de Branca de Mello Franco Alves, influente personalidade no meio católico, membro da Pontifícia Comissão do Apostolado Leigo do Vaticano e coordenadora do Movimento de Ação Católica dos Meios Independentes. Seu avô paterno, Honorato José Alves, foi deputado federal por Minas Gerais de 1906 a 1929.

Começou a trabalhar como jornalista aos 17 anos no *Correio da Manhã*. Em 1956, aos 20 anos, foi correspondente de guerra do jornal durante o conflito anglo-egípcio, resultante da nacionalização do canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Nasser. Em 1957, durante a cobertura do *impeachment* do então governador de Alagoas, Munhoz Falcão, foi ferido por uma bala perdida dentro da Assembléia. Mesmo assim, conseguiu mandar a notícia por telegrama, o que lhe valeu seu primeiro prêmio no jornalismo, o prêmio *Esso de reportagem* de 1958.

A trajetória do jornalista – colunista do jornal *O Globo* por dez anos – foi marcada pela defesa da democracia. Marcio Moreira Alves foi uma das primeiras vozes a se levantar contra as violências e ilegalidades do regime militar. Ele foi um dos primeiros a escrever livros com denúncias das torturas que aconteciam à época. Como repórter e articulista político do *Correio da Manhã*, destacou-se no combate à política

econômica e financeira do então ministro do Planejamento, Roberto Campos (1964-1967), a quem acusava de entregar aos estrangeiros as riquezas do país.

Na década de 60, entrou para a vida política e, em 1966, aos 30 anos, elegeu-se deputado federal pelo antigo MDB. Seu discurso de oposição no Congresso Nacional, em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a "boicotar o militarismo", levou o governo a criar o AI-5. Em dezembro do mesmo ano, foi cassado pelo regime militar e deixou clandestinamente o país com destino ao Chile, onde permaneceu até 1971. Durante esse período inicial do exílio percorreu a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Bolívia, México e Estados Unidos, fazendo conferências em mais de 40 universidades nesses países. Em 1971 seguiu para a França, onde se doutorou pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris. Só voltou ao Brasil após a anistia de 1979.

Restabelecida a democracia, contou o que o inspirara naquele discurso de 1968: "Foi um discurso de cinco minutos, baseado na história da *Lisístrata*, uma peça sobre as mulheres de Atenas, que se recusavam a encontrar com os maridos enquanto eles não voltassem e lutassem contra Esparta", contou, em depoimento no documentário *O Dia que Não Existiu*, da TV Cultura e TV Câmara. "Não podia imaginar que fosse ter a importância que lhe deram".

Em 1990, pediu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para, como ele mesmo dizia, exercer com independência a atividade de assessoria e para reiniciar sua atuação na imprensa, tornando-se colaborador dos jornais *O Estado de São Paulo* e *o Jornal do Brasil*.

Em agosto de 1993, colaborador eventual do jornal *O Globo*, propôs a sua direção a realização da cobertura, em Brasília, dos trabalhos da revisão constitucional. A partir daí tornou-se articulista permanente e, em seguida, colunista diário do jornal, encarregado de assuntos de política nacional.

Apesar da ampla abrangência temática da coluna, procurou dar um enfoque especial aos temas ligados à formulação e implementação de políticas públicas. Passou a dedicar as colunas dos sábados a projetos de execução bem sucedidos em todos os níveis de governo – municipal, estadual e federal – e em todo o país. Nessa

perspectiva de buscar “o Brasil que dá certo” foram publicadas três coletâneas de artigos. *Sábados Azuis* (1999), *Brava Gente Brasileira* (2001) e *História dos Brasil Profundo* (2003).

Márcio Moreira Alves foi um jornalista com uma capacidade de percepção especial, demonstrada em seus artigos e textos, que muitas vezes tiveram grande influência e repercussão. Um exemplo dessa percepção tocou-me profundamente: o artigo “A coragem de Sorrir”, publicado no jornal *O Globo*, em 4 de junho de 1995. Márcio escreveu sobre o pagamento, em dinheiro, pela prefeitura de Campinas, aos moradores da cidade dentro do programa Renda Mínima associada às oportunidades de educação, recém-implantado naquele município. Ele descreve a atitude de uma mulher beneficiária do programa que comentava a utilização do valor recebido para adquirir uma dentadura: “ter a coragem de sorrir de novo”, sem precisar tapar a boca, sem sentir vergonha, tendo até mesmo melhores condições de conseguir um emprego, ou ser amada. Esse era Márcio Moreira Alves.

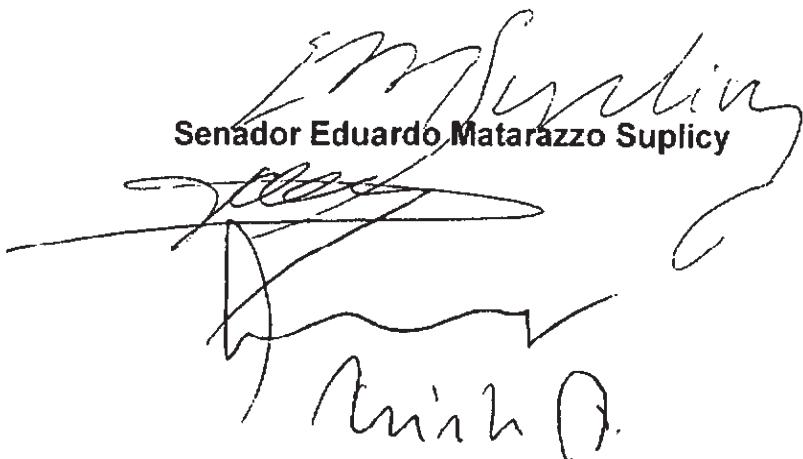
A notícia da morte de Marcito, provocou comoção entre políticos. Todos destacaram sua luta em defesa da democracia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nota de pesar, afirmou que ele teve atuação destemida contra o regime militar e que será reconhecido pela história como um homem de coragem que não se curvou ao autoritarismo. “O Brasil perde um grande democrata que exerceu com dignidade a profissão de jornalista e o mandato parlamentar”.

Para os filhos a lembrança mais forte é a do “pai brincalhão”. Pedro Afonso definiu o pai como “ótimo jornalista e um mau político”, por sempre dizer aquilo que pensava e por não conseguir dizer o que não pensava. Uma das filhas, Leonor, disse que o pai era uma pessoa extremamente feliz. “Como pai, ele nos educou dando valores de honestidade. Fez tudo na vida com paixão”. Já a filha mais velha, Isabelle Marie, destacou a coragem do pai, referindo-se à cassação de seu mandato de deputado federal em dezembro de 1968. “Ele foi um homem de muita coragem. Uma grande honra que eu tenho é que meu pai não amarelou”.

A seus três filhos, à sua esposa Madalena e a querida Maria Helena Moreira Alves, que tive a honra de tê-la como assessora quando fui deputado estadual na Assembléia Legislativa de São Paulo 1979 a 1982, meu especial carinho e sentimentos de pesar.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu o assino aqui, assim como a Presidenta Serys.

Para encaminhar o requerimento solicitado pelo Senador Paulo Paim, de voto de pesar ao ex-Deputado Federal Márcio Moreira Alves, com a palavra, primeiramente, o Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto, então, atenderei os que levantarem o microfone. Inicialmente, o autor do requerimento, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a tem a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu pronunciamento está na íntegra na Justificativa do requerimento e vou encaminhar na mesma linha. Só quero dizer, em rápidas palavras, que eu tinha um carinho muito grande pelo jornalista Márcio. E continuo tendo. Ele era daqueles jornalistas que olhavam no seu olho, conversava com você de forma transparente, e

você sabia que tudo que dissesse a ele ficaria na linha da verdade absoluta.

Ele era comprometido com a liberdade, com a democracia e com as questões sociais, Sr. Presidente. Na Assembléia Nacional Constituinte, por exemplo, tive a alegria de dialogar com ele e aprender muito com ele sobre como atuar naquele momento histórico. Ele era um militante das causas populares. Eu diria que ele era mais que, digamos, somente a figura de um jornalista. É como se cada um de nós tivesse a sua profissão, mas fosse um militante pensando no amanhã, na perspectiva de que o mundo fosse melhor para todos.

Aproveito este momento, na figura do meu amigo Márcio Moreira Alves, para lembrar aqui que, lá no céu, com certeza, ele vai se encontrar com outros gaúchos que tinham, no meu entendimento, a mesma dimensão: Amir Domingues, Paulo Solano, Bira Valdez, Lauro Hagman, Dilamar Machado, Lupi Martins, Luiz Pilla Vares, Cândido Norberto, Daniel Herz, e tantos outros, Sr. Presidente, que naturalmente eu não teria espaço para citar aqui.

Sr. Presidente, como ex-Parlamentar, sindicalista, um homem que foi para o exílio, ele enfrentou, aqui no Brasil, em nome da democracia, a repressão, na época da ditadura. Em nenhum momento se encolheu. Esteve sempre na frente da luta.

Quero dizer que, independentemente de ser SBT, Globo ou Bandeirantes – para mim, isso não importa –, quero aqui render minhas homenagens também à Globo News, que hoje reproduziu, em torno de cinquenta minutos, uma entrevista que ele concedeu em abril de 2004. Uma obra que deveria ser reproduzida outras vezes e nós todos deveríamos assisti-la, para ver ali o que ele falava, já em abril de 2004.

Por isso, Sr. Presidente, peço – aliás, não precisava nem pedir, tenho certeza de que este Plenário todo vai aprovar, por unanimidade – essa pequena homenagem ao grande, ao gigante homem que foi Márcio Moreira Alves.

Independente da profissão, Sr. Presidente, tormara que tenhamos no Brasil e no mundo outros homens iguais ao nosso querido Márcio.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria apenas me associar à homenagem e dizer que, no momento em que ele fez o discurso de boicote à homenagem do Sete de Setembro, ao Governo da ditadura, ele estimulou até as esposas dos militares que não fizessem amor. Aí que se deu o AI-5.

Mas acho, em homenagem a Sérgio Guerra, que aí talvez tenha nascido o maior líder político deste País: Mário Covas. E todos nós poderemos reviver essa época. Há um CD feito por Antonio Carlos Magalhães e um livro com os melhores discursos da história do plenário. E um deles é o de Mário Covas defendendo Márcio Moreira Alves. Este Congresso foi engrandecido quando recusou a cassação daquele ilustre Deputado. E Sérgio Guerra representa o grandioso partido daquele que sem dúvida, para mim, foi o mais honrado político que conheci: Mário Covas. Seu discurso é um dos mais impressionantes que estão ali, entre os melhores discursos. Está em CD e em livro elaborado por Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, que preside o PSDB com muita grandeza em nosso País.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^os e Srs. Senadores, quero dar uma palavra neste momento em que o Brasil perde um grande brasileiro.

Eu conhecia Márcio Moreira Alves há muitos anos, ainda Deputado Estadual, em Pernambuco. Ele era amigo íntimo do Governador Miguel Arraes. Lembro-me de que, quando Miguel Arraes completou 80 anos, fez uma festa para poucos amigos, e o único convidado

foi Márcio Moreira Alves. Amigo de Arraes, amigo dos filhos de Arraes, ficou também meu amigo na época. Eu, depois Deputado Federal, antes Secretário do Governo, estabeleci uma relação com Márcio muito forte. Muitas e muitas vezes, eu trocava opiniões com ele e ouvia uma palavra de extrema lucidez, de um realismo total. Tinha um texto maravilhoso, escrevia como ninguém, pensava muito bem. Independente como poucos foram no Brasil, honra a melhor tradição da melhor imprensa que o Brasil teve e da melhor imprensa que o Brasil ainda tem. Acho que desses brasileiros que, nos últimos anos, nas últimas décadas, pautaram a imprensa nacional, ele terá sido dos mais brilhantes, dos mais honestos, dos mais sinceros, dos de melhor e de extremo e grande espírito público.

Ele não apenas entendia da política no sentido convencional, mas dos fatos. Viajava pelo Brasil, conhecia os problemas, elogiava aquilo que era para elogiar, combatia aquilo que era para combater. Um exemplo de homem público e de imprensa que marcou época neste País e que deverá ser referência para os que agora trabalham e devem trabalhar melhor ainda no futuro.

Vivemos em um momento de crise, as instituições enfraquecidas, os políticos diminuídos, os partidos também diminuídos, a democracia sob certa ameaça, uma intransquilidade institucional muito grande. Hoje mesmo, estivemos, junto com o Senador José Agripino e o Presidente do DEM, Rodrigo Maia, com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça para dizer a ele o que estamos vendo na situação brasileira atual: um quadro de insegurança que não ajuda a democracia, um quadro que está lotado de excessos, cheio de excessos, com pouco respeito ao direito das pessoas e que precisa ser combatido. Combatido no sentido de valorizar a fiscalização, de desenvolver a investigação, mas de não promover o exagero e a pré-condenação, que não faz sentido nenhum num ambiente democrático e construtivo.

Márcio Moreira Alves foi um dos brasileiros que viram o futuro, que olharam para frente. Tinha coragem de falar, tinha coragem de denunciar, mas a sua denúncia, sua palavra, sempre foi substancial, sempre teve conteúdo. Nunca esteve pautada pelo vento da denúncia, do denuncismo, ou pela preocupação de usar a denúncia ou a fiscalização para punir ou ameaçar adversários.

Acho que foi um grande democrata. E o Congresso inteiro e o Brasil todo devem, neste momento, uma palavra de elogio a um daqueles brasileiros que honraram sua função pública de jornalista de um país democrático.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Para encaminhar o requerimento, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, Sérgio Guerra disse bem, que a palavra de Márcio Moreira Alves sempre teve grande importância, sabedoria e força. Mas, certamente, seu discurso foi o pretexto para a edição do Ato Institucional nº 5. Outras razões prevaleceram para que o militarismo adotasse aquela providência.

Veja, Sr. Presidente, o discurso de Márcio Moreira Alves:

Senhor presidente, senhores deputados,

Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das forças armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por este repúdio à polícia. No entanto, isto não basta.

É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa, por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo.

Vem aí o 7 de setembro.

As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile.

Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje, no Brasil, que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam-nas.

Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das forças armadas, fa-

lando e agindo em seu nome. Creia-me senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, esta democratura, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia.

Foram as palavras de Márcio Moreira Alves antes do 7 de setembro, que, segundo alguns, seriam a causa da edição do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968.

O que se pode destacar do seu discurso é a defesa das Forças Armadas. Se alguém suspeitava ter ele agredido as Forças Armadas, pode, depois da leitura desse texto, eliminar as suas suspeitas, porque, na verdade, Márcio Moreira Alves, no seu discurso, defendeu a essência das Forças Armadas e combateu aqueles que, em nome delas, agiam arbitrariamente, submetendo o País ao regime autoritário.

Na verdade, Márcio foi vítima da violência e do autoritarismo. Arrancaram-no da tribuna do Congresso Nacional, mas valeu-se da tribuna na imprensa, e suas opiniões, os seus ideais foram sustentados sempre com muita ousadia, inteligência e competência. Por meio, sobretudo, da palavra escrita, não se eximiu da responsabilidade de cidadão brasileiro no enfrentamento necessário na busca da redemocratização do País.

As nossas homenagens ao parlamentar Márcio Moreira Alves, mas, sobretudo, porque foi assim que o conheci, ao jornalista Márcio Moreira Alves. Como parlamentar, não tive o privilégio de conhecê-lo, mas, como jornalista, tive o prazer, inclusive, da convivência em muitos momentos da atividade pública em Brasília. A sua presença era constante, permanente e imprescindível em cada momento que dizia respeito à institucionalização democrática do nosso País.

As nossas homenagens póstumas, portanto, a Márcio Moreira Alves, uma ausência que se fará sentir, sem dúvida, pela sua presença durante parte da história do nosso País. Nossas homenagens, sobretudo, e nossa solidariedade aos amigos e familiares.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar, pediu a palavra o Senador, do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, prezados Senadores, Marcito, como era conhecido pelos amigos e parentes, nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1936, filho de Márcio de Mello Franco Alves, que foi Prefeito de Petrópolis (RJ) e Secretário de Finanças do Estado da Guanabara no Governo Negrão de Lima, e de Branca

de Mello Franco Alves, influente personalidade no meio católico, membro da Pontifícia Comissão do Apostolado Leigo do Vaticano e coordenadora do Movimento de Ação Católica dos Meios Independentes. Seu avô paterno, Honorato José Alves, foi Deputado Federal por Minas Gerais, de 1906 a 1929.

Começou a trabalhar como jornalista aos 17 anos, no **Correio da Manhã**. Em 1956, aos 20 anos, foi correspondente de guerra do jornal durante o conflito anglo-egípcio, resultante da nacionalização do canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Nasser. Em 1957, durante a cobertura do **impeachment** do então Governador de Alagoas, Muniz Falcão, foi ferido por uma bala perdida dentro da Assembléia. Mesmo assim, conseguiu mandar a notícia por telegrama, o que lhe valeu seu primeiro prêmio de jornalismo, o Prêmio Esso de reportagem, de 1958.

A trajetória do jornalista –colunista do jornal **O Globo** por dez anos – foi marcada pela defesa da democracia. Márcio Moreira Alves foi uma das primeiras vozes a se levantar contra as violências e ilegalidades do regime militar. Ele foi um dos primeiros a escrever livros com denúncias das torturas que aconteciam à época. Como repórter e articulista do **Correio da Manhã**, destacou-se no combate à política econômica e financeira do então Ministro do Planejamento, Roberto Campos (1964 a 1967), a quem acusava de entregar aos estrangeiros as riquezas do País.

Na década de 60, entrou para a vida política e, em 1966, aos 30 anos, elegeu-se Deputado Federal pelo antigo MDB. Seu discurso de oposição no Congresso Nacional, em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a “boicotar o militarismo”, levou o Governo a criar o AI-5, conforme os Senadores Paulo Paim e Alvaro Dias aqui nos disseram. Em dezembro do mesmo ano, foi cassado pelo regime militar e deixou clandestinamente o País com destino ao Chile, onde permaneceu até 1971. Durante esse período inicial do exílio, percorreu a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Argentina, a Bolívia, o México e os Estados Unidos, fazendo conferências em mais de 40 universidades nesses países. Em 1971, seguiu para a França, onde se doutorou pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris. Só voltou ao Brasil após a anistia de 1979.

Restabelecida a democracia, contou o que o inspirara naquele discurso de 1968: “Foi um discurso de cinco minutos, baseado na história da Lisístrata, uma peça sobre as mulheres de Atenas, que se recusavam a encontrar com os maridos enquanto eles não voltassem e lutassem contra Esparta”, contou, em depoimento no documentário *O Dia que Não Existiu*, da TV Cultura e da TV Câmara. “Não podia imaginar que fosse ter a importância que lhe deram.”

Em 1990, pediu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro para, como ele mesmo dizia, exercer com independência a atividade de assessoria e para reiniciar sua atuação na imprensa, tornando-se colaborador de *O Estado de S.Paulo* e do *Jornal do Brasil*.

Em agosto de 1993, colaborador eventual do jornal **O Globo**, propôs à sua direção a realização da cobertura, em Brasília, dos trabalhos da revisão constitucional. A partir daí, tornou-se articulista permanente e, em seguida, colunista diário do jornal, encarregado de assuntos de política nacional.

Apesar da ampla abrangência temática da coluna, procurou dar um enfoque especial aos temas ligados à formulação e implementação de políticas públicas. Passou a dedicar as colunas dos sábados a projetos de execução bem-sucedidos em todos os níveis de governo – municipal, estadual e federal – e em todo o País. Nessa perspectiva de buscar “o Brasil que dá certo”, foram publicadas três coletâneas de artigo: **Sábados Azuis**, em 1999, **Brava Gente Brasileira**, em 2001, e **Histórias do Brasil Profundo**, em 2003.

Márcio Moreira Alves foi um jornalista com uma capacidade de percepção especial, demonstrada em seus artigos e textos, que muitas vezes tiveram grande influência e repercussão. Um exemplo dessa percepção tocou-me profundamente: o artigo “A Coragem de Sorrir”, publicado no jornal **O Globo**, em 4 de junho de 1995. Marcio escreveu sobre o pagamento, em dinheiro, pela Prefeitura de Campinas, quando era prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, aos moradores da cidade, dentro do Programa de Renda Mínima associado às oportunidades de educação, recém-implantado e pioneiramente naquele Município, enquanto aqui Cristovam Buarque instituía o Bolsa-Escola.

Márcio, naquela ocasião, descreveu a atitude de uma mulher beneficiária do programa, que comentava a utilização do valor recebido para adquirir uma dentadura: “ter a coragem de sorrir de novo”, sem precisar tapar a boca, sem sentir vergonha, tendo até mesmo melhores condições de conseguir um emprego, ou ser amada. Assim, Márcio Moreira Alves argumentava porque que a própria pessoa beneficiária do Programa de Renda Mínima era a que melhor sabia o que fazer com aqueles recursos.

A notícia da morte de Marcio provocou comoção entre políticos. Todos destacaram sua luta em defesa da democracia. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nota de pesar, afirmou que ele teve atuação destemida contra o regime militar e que será reconhecido pela história como homem de coragem que não se curvou ao autoritarismo. “O Brasil perde um grande

democrata que exerceu com dignidade a profissão de jornalista e o mandato parlamentar”.

Para os filhos, a lembrança mais forte é a do “pai brincalhão”. Pedro Afonso definiu o pai como “ótimo jornalista e um mau político”, por sempre dizer aquilo que pensava e por não conseguir dizer o que não pensava. Uma das filhas, Leonor, disse que o pai era uma pessoa extremamente feliz. “Como pai, ele nos educou dando valores de honestidade. Fez tudo na vida com paixão”. Já a filha mais velha, Isabelle Marie, destacou a coragem do pai, referindo-se à cassação de seu mandato de Deputado Federal em dezembro de 1968. “Ele foi um homem de muita coragem. Uma grande honra que eu tenho é que meu pai não amarelou”.

A seus três filhos, à sua esposa Marie, e à querida Maria Helena Moreira Alves, irmã de Marcito, que tive a honra de ter como assessora quando fui Deputado Estadual, na Assembléia Legislativa de São Paulo, de 1979 a 1982, meu especial carinho e sentimentos de pesar.

Sr. Presidente, tal como o Senador Paulo Paim, cujo requerimento assinei, também havia aqui preparado este requerimento de pesar para que sejam inseridos nossos votos de pesar pelo falecimento do grande jornalista, ex-Deputado Federal e combatente das liberdades democráticas Márcio Moreira Alves.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Suplicy, eu gostaria de subscrever o discurso de V. Ex^a em cada item da cronologia brilhante, de bravura, de destemor, de prática ilesa da democracia que o grande parlamentar da minha terra demonstrou na sua vida pública no Congresso Nacional e, depois, como jornalista. V. Ex^a é sempre uma voz importante. Sei que os povos, quando não honram a memória de seus nomes tutelares, acabam sendo um ajuntamento de pessoas, mas não formam uma nação. É preciso cultuar aqueles brasileiros que agiram, a seu tempo, com galhardia, com valentia, com honestidade de princípios e com moral elevada. Acho que Márcio Moreira Alves é um grande exemplo disso. Gostaria, então, de subscrever o seu discurso e o seu voto de pesar. Tenho certeza de que até em nome da bancada do Rio de Janeiro, que se sente muito orgulhosa pela figura do grande jornalista e do grande político. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Vou até V. Ex^a para obter também a sua assinatura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa acolherá os dois requerimentos, do Senador Paim

e de V. Ex^a, e vai encaminhar o voto de pesar solicitado, já que todos se manifestaram favoravelmente.

Os requerimentos lidos, vão ao Arquivo.

Quis Deus eu estar aqui na Presidência para dar meu testemunho. Conheci, Senador Paulo Paim, o fato histórico da grandeza do Congresso de Mário Covas não permitir sua cassação.

Mas eu o conheci pessoalmente. Eu governava o Piauí em 1995, quando chegou ele, na minha casa de praia, acompanhado do Deputado Federal Paes Landim, seu amigo pessoal. Como eu estava no norte do Piauí e tinha uma série de inaugurações, eu o incorporei na caravana. Andamos, inaugurando, inaugurando: em Macapá, nas praias do Piauí, em Barra Grande, Cajueiro da Praia, Luís Correia, estas obras de Governo, estrada, eletrificação, até de noite. Ele cansou e pediu – está ouvindo, Mário Couto? – que voltasse à capital. Eu cedi o avião do Estado. E, depois, ele fez dois artigos sobre o Piauí. Era o perfil dele. Do primeiro, alguns gostaram, outros não gostaram.

Ele fez o perfil das famílias portuguesas que chegaram ao Piauí, dando as virtudes de um e os defeitos das outras lá em Portugal, porque ele era um jornalista culto e sabia das raízes. E fez o segundo artigo, que foi muito útil para o meu Governo. Ele dizia que o Piauí muito dificilmente teria turismo, porque o hotel em que ele se hospedara na época – em Teresina, tinha poucos hotéis –, o Rio Poti, foi o mais caro do mundo na época. Peguei aquilo como uma advertência para colocar no programa do meu Governo uma lei do ex-Governador Freitas Neto que dava 40% para aumentar a rede hoteleira tanto da capital, como do litoral. Então, essa crítica que ele fez foi positiva. Mas, no fim, ele dizia que o Governador do Piauí era uma mistura de Jânio Quadros, Juscelino e Getúlio.

Quer dizer, tomara que ele tenha olhado e, no meio desse, tenha aprendido os lados positivos dele. Então, ele era essa pessoa, franco jornalista, mas extremamente trabalhador, Cristovam Buarque, porque ele sofreu o revés da ditadura nos anos 60. Nós governamos 95, 96. Aí eu o conheci em franca atividade jornalística, andando mesmo e escrevendo livre como era o seu temperamento.

Então, agora e V. Ex^a, Senador Cristovam? Não, agora é o Mário Couto e, depois, Cristovam Buarque, a não ser que V. Ex^as se entendam. (Pausa.)

Então, Mário Couto, na sua gentileza, oriundo lá da ilha do Marajó, cede a vez para que use primeiro da palavra o Senador e Professor Cristovam Buarque; ele é do PDT do Distrito Federal e o pai da educação no Brasil – ainda há uma esperança.

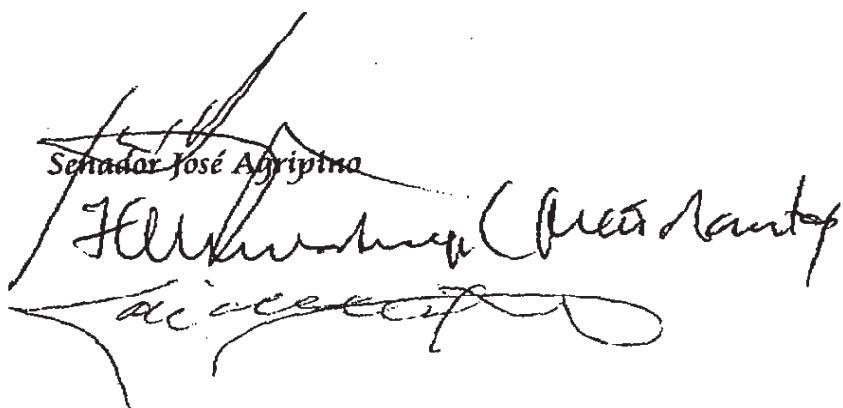
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 383, DE 2009

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Dr. LEÔNIDAS FERREIRA, ocorrido no dia 03 de abril de 2009, em Natal/RN.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009.



Senador José Agripino
Mão Santa (Mão Santa)
acessado

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 384, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Marabá, pelo transcurso, ontem dia 5-4-2009, dos seus 96 anos de existência.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

- Prefeito Senhor Maurino Magalhães;
- Vereadores da Câmara Municipal de Marabá.

Justificação

O Município de Marabá, criado pela Lei nº 1.278, cuja denominação, dizem os historiadores, é um termo tupi que significa “filho de francês com mulher índia”, está situada às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Possui belezas naturais onde se destacam as famosas praias de rio, como a praia do Tucunaré, com cinco quilômetros de extensão, que surge no verão, entre os meses de abril até novembro.

Marabá é hoje uma cidade pólo de desenvolvimento econômico do sudeste paraense. Sua história de crescimento e desenvolvimento é caracterizada por ciclos. Começou com a borracha, tornando-se depois o maior exportador de castanha-do-pará do mundo e hoje é uma província mineral, concentrando investimentos e empreendimentos importantes.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2009. – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, mas obrigado, especialmente, Senador Couto pela gentileza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero iniciar falando também sobre a morte do Márcio Moreira Alves. Era um homem que teve uma qualidade que hoje nos falta muito: a qualidade da intransigência no momento certo.

Fazer política é transigir nas pequenas coisas, jamais nas coisas grandes. Hoje, nós estamos transigindo em tudo. Os partidos viraram simulacros de partidos. Não são partidos. E o Presidente ainda se orgulha de dizer que a gente tem que governar com saladas partidárias.

Marcito traçou uma linha do lado de lá e do lado de cá. Era capaz de dialogar, mas não era capaz de transigir. Essa foi uma das suas grandes qualidades.

A segunda, como jornalista, ele ia atrás da pauta, mas não submetia sua pauta àquilo que o leitor, que o diretor do jornal queria saber. Ele escrevia sobre aquilo que era importante para ele escrever. Hoje a gente vê que a maior parte da pauta não é sobre o que é importante apenas, mas também é sobre aquilo que agrada aos eleitores.

Por isso, a morte do Márcio pode ser considerada como a morte de um dos raros heróis brasileiros, aquele que um dia subiu à tribuna do Parlamento e fez um discurso, sabendo das consequências a que esse discurso levaria, talvez ao fechamento do próprio Congresso, mas era um discurso que era preciso ser feito. Ele não fez a transigência incorreta. Ele fez a intransigência correta. Ele não fez a transigência incorreta. Ele fez a intransigência correta. E ele foi um herói, Senador Paim.

E eu, que convivi com ele, durante muitos anos em que ele morou aqui, em Brasília, posso dizer que, além disso, era uma figura de uma rara capacidade de estar junto conosco, um homem que sabia não apenas ser o político e jornalista, mas ser um grande leitor, um grande colecionador de livros, inclusive, especialmente de livros raros.

Ele vai fazer falta, mas, ao mesmo tempo, ele nos deixa um exemplo que não estamos querendo seguir hoje. Nós estamos transigindo em tudo, mas o Márcio ficou na história por não ter transigido com tudo.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero lhe dizer que chegamos a um ponto tal hoje, de diferença dos tempos

do Márcio, em que ser parlamentar, às vezes, deixa cada um de nós, não digo envergonhado, mas, muito encabulado diante da opinião pública. Essa é uma diferença, Senador Paim. No tempo dele, havia cabeça erguida daqueles que estavam do lado da democracia, e havia cabeça baixa daqueles que serviam ao regime autoritário. Hoje, nós não temos regime autoritário. Mesmo assim, estamos diante de um momento em que muitos de nós não se orgulham do cargo de parlamentar que ocupam, ao ponto de a gente ouvir jornais dizerem que as pessoas querem ser eleitas para terem uma “boquinha” e não para servirem ao País.

Eu disse, domingo, Senador Paim, numa entrevista na rádio, que a reação é tão grande hoje contra o Parlamento que talvez fosse a hora de fazer um plebiscito para saber se o povo quer ou não que o Parlamento continue aberto. Muitos me criticaram, porque disseram que podia haver, sim, uma votação propondo fechar. Mas e se o povo quiser? O nome disso é golpe? Não, o nome disso não é golpe. Pode até ser equívoco, mas não seria golpe.

Agora, Senador, o que me alegrou foi a quantidade de críticas que eu recebi, de críticas dizendo que era um absurdo a simples idéia de pensar no plebiscito. E olhe que eu disse que faria campanha para que o voto fosse “deve-se deixar o Congresso aberto”. Mesmo assim, recebi muitas críticas. E fiquei feliz com as críticas que recebi, porque significa que, apesar de todas as desmoralizações que nós temos, a opinião pública ainda sabe que um Congresso, por piores que sejam seus defeitos, é mais bem aberto do que fechado.

Ficou a idéia do plebiscito; não a proposta, porque eu não a fiz. Não vou retirar a idéia. Deixo o povo comentar quem é a favor ou contra um plebiscito sobre fechar ou não o Congresso, até porque as razões para fechar não são apenas as dos escândalos; são as razões da inoperância e são as razões do fato de que nós estamos hoje em uma situação de total disfunção diante do poder, de um lado das medidas provisórias do Executivo e, de outro, das medidas judiciais do Judiciário. Nós somos quase que irrelevantes.

Por isso, deixo a idéia, mas não proposta, porque não a farei. Mas o povo tem direito de se manifestar na defesa – eu espero – do Congresso, como as medidas e as manifestações que recebi.

Agora, nós temos de entender que, se o povo quer que ele fique aberto, quer que ele fique limpo também. E hoje o que passamos não é a idéia de limpeza; o que nós passamos é a idéia de mordomias; o que nós passamos é a idéia de pouco trabalho; o que

nós passamos é a idéia do divórcio entre nós e as necessidades do povo.

Talvez por isso, muitos estejam dizendo que aqui, na semana passada, quando votamos uma medida de reforma à Constituição, de minha autoria, que criava a possibilidade de se fazer uma lei para regulamentar, Senador Crivella, a representatividade dos brasileiros no exterior, que foi aprovada por 59 a zero, a imprensa veio dizer que estávamos querendo criar “boquinhas”, que estávamos querendo aumentar os gastos públicos, criando aqui ou um, ou dois, ou três, ou quatro, ou sete, como alguns Senadores chegaram a falar, novos Deputados.

Quero dizer a esses que dizem que eu, com meu projeto, Senador, estou querendo criar “boquinhas”, que apenas quatro Senadores votaram contra o aumento no número de vereadores. Eu fui um dos quatro. Eu fui um dos quatro. O outro – eu me lembro – estava aqui até há pouco, o Senador Alvaro Dias.

Agora, se eu soubesse que há um único Município neste País sem vereador, eu seria a favor de criar os vereadores para esses Municípios. Para os que já têm, eu não defendo o aumento, mas para os que não têm eu defendo que existam os vereadores.

Eu lembro também a esses que tanto criticaram pelo aumento de gastos que há um projeto correndo, do Deputado Clodovil, que propõe reduzir para 250 o número de Deputados. Por que não discutimos isso? Por que não aprovamos a redução para 250 Deputados apenas, aqueles que representam os brasileiros que moram aqui dentro?

Agora reduzamos, mas não deixemos um único brasileiro sem a chance de eleger o seu representante, Senador Crivella. E aí eu defenderei, por mais críticas que receba, a idéia de que aqueles brasileiros, forçados a uma diáspora, forçados a sair deste País como exilados econômicos, devem ter o direito de ter, aqui no Congresso, os seus representantes.

Não defendo no Senado, porque eles não se constituem em um Estado a mais. Não será o vigésimo oitavo Estado. Então, não precisam ter representantes no Senado, mas eles são 3 milhões, 3,5 milhões brasileiros que ninguém representa. O Itamaraty está apoiando fortemente esse projeto. O Ministro em exercício, no dia seguinte à eleição, fez questão de agradecer ao Presidente Sarney pela aprovação. Esses brasileiros da diáspora precisam ter representantes.

Uma carta de **O Globo** diz que esse projeto tentava dar uma “boquinha”, Senador Crivella, aos brasileiros que estão na Riviera tomando banho de sol ou que estão nos Alpes esquiando. Trata-se de pessoas

que não sabem a diferença entre turistas e emigrantes. Turista, eu quero dizer a quem escreveu essa carta, não precisa de parlamentar; já tem demais, porque os atuais representam os turistas. Agora, emigrantes, que moram cinco, seis em um quarto em Nova Iorque, alugando a cama – enquanto um dorme, o outro trabalha –, esses precisam de representantes. Emigrantes perseguidos todos os dias, esses precisam de representantes. Emigrantes cujos filhos estão perdendo os laços com o Brasil, porque não há ninguém aqui os representando, para que a gente mande livros para eles, esses precisam de representantes. E não para protegê-los, mas para proteger o nosso País. Pobre país cuja diáspora leva os seus nacionais a se afastarem definitivamente de seu país. Feliz o país que, mesmo submetido a uma diáspora, essa ida em massa de pessoas, é capaz de mantê-los presos, ligados, eles, seus filhos e netos.

É por isso que esse projeto não é uma invenção minha. Esse projeto está em dezenas de países que têm representação – dezenas de países –, inclusive grandes países como a Itália, como a França, onde há até Deputados e Senadores; países menores, como Colômbia, como Argélia. Há uma lista imensa de países que não querem deixar, por sabedoria nacional, que os seus nacionais que foram obrigados a sair do país se distanciem, se isolem. E, por isso, dão representação. Cada um desses países tem alguns dos seus parlamentares, nas suas assembleias, eleitos pelos seus nacionais no exterior.

Se o Brasil tem custo demais para seus Deputados, reduzamos os custos, mas não deixemos de ter representantes dos brasileiros que foram forçados a se exilarem por razões econômicas.

Se nós temos um custo que não dá para diminuir por Deputado – e eu acho que dá –, diminuamos o número, como o Deputado Clodovil propôs, e deixou o projeto de lei ativo aqui dentro, apesar de ter nos deixado já. Reduzamos o número, mas não deixemos aqueles brasileiros que estão no exterior sem o voto.

Mas não é só a inspiração que eu recebi lá de fora, dos países que têm representações dos seus Parlamentos eleitas pelos seus nacionais obrigados a emigrar, como os portugueses que moram no Brasil e que elegem um Deputado para a Assembleia de Lisboa.

Aqui mesmo – o Senador Crivella me lembra – eu pude buscar inspiração: a CPI que foi analisar a situação dos brasileiros que moram no exterior – ninguém melhor do que o Senador Crivella para falar sobre isso – colocou entre uma de suas recomendações a

criação dessa representação dos brasileiros que moram no exterior.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte, rapidamente?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com todo o prazer, Senador Crivella.

Creio que, aqui, poucos têm mais autoridade para falar disso do que V. Ex^a, pelo seu trabalho, como o do Senador Eduardo Azeredo, na representação dos brasileiros que moram no exterior. Mas não são os seus eleitores.

Por isso, é preciso ter aqui pessoas que sejam eleitas por eles lá de fora, para representá-los, ainda melhor do que o que V. Ex^a faz, do que o Senador Eduardo Azeredo faz.

Por isso, passo a palavra, com muito prazer.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria apenas de acrescentar alguns argumentos à tese de V. Ex^a, não só pelo trabalho que tive como Presidente da CPMI de Emigração Ilegal – visitei nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia os milhões de brasileiros – mas também como um brasileiro que viveu dez anos na África e sabe da necessidade que temos, quando estamos lá fora, de podermos entrar em contato em contato com o Congresso, com um parlamentar e ter com ele algum vínculo. V. Ex^a deve acrescentar aos seus argumentos um fato importante: é que esses brasileiros que vivem lá fora, num esforço muito grande, nos ajudam – e muito – a construir o Brasil. As remessas internacionais, que são enviadas, ultrapassam os R\$6 bilhões, são números do Banco Central. Esses recursos, que são enviados em dólar, em euro ou em yen, ficam como reservas internacionais no Banco Central e chegam em real nas suas casas.

Não é à toa que hoje o Brasil está enfrentando, de maneira melhor, a crise mundial, porque tem reservas internacionais de 200 bilhões. Essas reservas são basicamente investimentos estrangeiros que vêm para cá, superávits na balança comercial, mas também as reservas desses 3 milhões de brasileiros. E, entre todos esses tipos de reservas que há, nenhuma tem um valor agregado como o deles. O minério de ferro todo que exportamos tem como valor agregado 2 centavos de dólares; 100% de valor agregado são as remessas desses brasileiros que estão lá fora. Por que não serem representados? Por que não podem, eles que estão lá fora, tomar uma liderança, alguém que os represente e os defenda bem, e enviá-la ao Brasil para que possa concorrer? V. Ex^a, como é um homem da democracia, é um espírito de eleição, sobretudo lúcido e intelectual, sabe enxergar nos horizontes políticos deste Brasil

a importância que é a representação democrática de uma parcela de brasileiros que vive em uma situação, eu diria, de certa vulnerabilidade por questões geográficas. Parabéns a V. Ex^a, conte com o meu apoio, com o meu voto. A CPMI recomendou e inclusive propôs no seu relatório final um projeto, e nós precisamos aprovar. Tenho certeza de que não será essa pequena despesa de um, dois, três ou cinco parlamentares que irá, de alguma forma, prejudicar o País. Também sou solidário a V. Ex^a com respeito à imagem do Congresso Nacional. Aqui há pessoas ilustres, que lutam tanto, que são devotadas, honestas, sinceras. Tudo que têm na alma é buscar caminhos melhores para o povo brasileiro. Infelizmente, exceções, desmandos, escândalos acabam manchando, maculando a imagem de todos. Mas isso não pode nos tirar a iniciativa. Não podemos ficar intimidados diante daquelas questões que nos tocam a alma. É o caso de V. Ex^a. Receba o meu aplauso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Crivella. Vou acrescentar esses argumentos e fazer uma pequena conta. Suponhamos que esses seis bilhões de reais que chegam hoje tenham sido, nos últimos dez anos, quatro bilhões e não seis. Nos últimos dez anos, quarenta bilhões dos duzentos de nossa reserva vieram do suor dos brasileiros que moram lá fora, e que hoje são tratados nos jornais como brasucas e não como brasileiros. E cuja representação aqui para defendê-los é tratada como “boquinhas” e não como representação, por uma imprensa que não tem a menor sensibilidade e que não sabe fazer a diferença entre turista e emigrante, entre aqueles que vão lá fora gastar os dólares divertindo-se e aqueles que vão lá fora trabalhar para nos mandar os dólares, Senador Valter. Não sabem a diferença.

E quero dizer que uma das coisas que me dá a impressão que desmoraliza o Congresso é ter visto na televisão Senadores dizendo que votaram numa reforma constitucional sem saber no que votavam. Isso não chamou nem a atenção da imprensa. Eu quero dizer que a minha atenção chamou. Nenhuma lei pode ser votada sem que se saiba qual é. Agora, uma reforma da Constituição ser votada e depois um senador dizer que não sabia o que estava votando, isso sim desmoraliza o Congresso, muito mais do que a gente amanhã ter mais quatro deputados – ou um que seja – representando os três milhões que mandam seis bilhões de dólares para cá.

Esses brasileiros já deixaram claro até que, se derem a representação a eles, virão de graça, não fazem questão de receber salário. Eles estão dispostos

até, se a gente não der a representação, a criar uma embaixada dos brasileiros no exterior para, ao invés de terem assento no Congresso, serem lobistas dos seus interesses junto aos deputados eleitos aqui.

Veja, Senador Valter, como certas idéias não são compreendidas, e aí alguns dizem que esse não é o problema, que o problema é o momento. A lei chegou num momento que estamos fragilizados, desmoralizados, envergonhados. E iríamos deixá-los esperando mais dez anos, até que este Congresso se levantasse? Além disso, esse projeto é de 2005, esperamos quatro anos para ser votado; íamos esperar mais quatro, cinco ou dez anos para que o Congresso ficasse outra vez prestigiado? Não dava para esperar. Eles não têm por que continuar esperando. As suas famílias não esperam todos os meses para receber os dólares que chegam para todos nós. Cada turista brasileiro que vai buscar dólar para gastar lá fora, esse dólar saiu do suor de um trabalhador que mora lá fora e mandou para cá. E nós não queremos dar representação para eles? Mesmo depois de uma votação de 59 a zero? Por que a imprensa descobriu que estamos criando "boquinhas" para um grupo de brasucas? Eu sinceramente fico apavorado quando vejo esse tratamento dado aos nossos brasileiros.

Exilados econômicos, quero voltar a citar essa expressão. Fizemos campanhas, passeatas, mobilizações para trazer de volta os exilados políticos, mas não queremos dar quatro representações, ou uma que seja, aos exilados econômicos, porque eles não têm condições de virem para cá e arranjar emprego. Eles saíram daqui para sobreviver de uma sociedade que os exclui aqui dentro.

Nós precisamos trazer de volta esse projeto o mais rápido possível e não esperar que esse Congresso se levante para então votar isso. Quer levantar? Acabemos com algumas mordomias. Quer levantar? Reduzamos o número de parlamentares, mas não sacrificemos ainda mais, por mais tempo, os brasileiros, não brasucas, como está nos jornais, os brasileiros que foram obrigados a um exílio econômico por falta de condições de aqui viverem e que, mesmo assim, mantém relação com o nosso País e mandam seu dinheiro e são perseguidos e morrem muitas vezes perseguidos, e que precisam ser reconhecidos por nós.

Sr. Presidente, isso é o que eu gostaria de falar em nome dos 3 milhões de brasileiros que estão lá fora, dos 15 a 20 milhões que estão nos estados onde moram os Senadores que estão aqui e que estão de olho em nós, porque eles têm pais, irmãos, noivos, noivas, maridos, mulheres, e eles estão de olho em

como nós Senadores tratamos os seus parentes que foram obrigados a sair do Brasil.

Isso é o que eu tinha a falar, Sr. Presidente, mas eu gostaria de dar dois apartes que foram pedidos pelo Senador Valter e Senador Suplicy.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Cristovam, em muitas ocasiões convergimos os nossos pontos de vista e em outras divergimos. No entanto, qualquer parlamentar com assento no Senado Federal sabe que o Senador que está nessa tribuna, o Senador Cristovam Buarque, mesmo esposando teses que eventualmente nos afastam, não se afasta, em nenhum instante, dos interesses maiores do povo brasileiro. Qualquer proposta que V. Ex^a traz dessa tribuna tem reconhecimento geral. E acredito que não é só dessa tribuna, mas há o reconhecimento da mesma imprensa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ...reconhecimento da sociedade brasileira de que quando V. Ex^a abraça uma causa é porque sente, é porque percebe, é porque constata que essa causa consulta inteiramente ao interesse geral do nosso povo, ao interesse do nosso País. Quero aqui só dar este depoimento para dizer que V. Ex^a não deve, em hipótese nenhuma, sentir-se ferido com as críticas que eventualmente sofre, porque todos nós, homens públicos, estamos sujeitos a isso. O que é importante, o que realmente se impõe, o que realmente prevalece é aquela imagem construída ao longo de sua vida pública, imagem de um homem sereno...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ... de um político preparado como poucos e, sobretudo, de um brasileiro que sempre colocou o interesse público acima de suas vaidades e interesses pessoais. Minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço muito, Senador, suas palavras, sua solidariedade, mas quero dizer que, quanto às críticas, eu acho que elas têm uma vantagem grande: graças a elas, este projeto tem uma paternidade; graças às críticas, ninguém vai deixar de saber, senão agora, daqui a dez anos, vinte, trinta, mas, quando aqui fizermos o que os outros países de emigrantes já fazem, vão se lembrar de quem foi a paternidade, coisa que eu até perdi com alguns itens, como Bolsa Escola, poupança, diversos itens. Graças às críticas, esta paternidade não me vão tirar.

Eu passo a palavra ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, na semana passada, em função de visita que fiz a convite das Nações Unidas e do Governo da Guatemala, do Presidente Álvaro Colom Caballeros, para participar de simpósio sobre os meios de combater a pobreza absoluta, não pude estar presente na votação da proposta de V. Ex^a, com respeito ao direito de os brasileiros no exterior terem a sua voz aqui representada no Congresso Nacional. Quero dizer que havia aprovado essa iniciativa no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e que, se estivesse aqui presente, eu teria votado favoravelmente, porque estou de acordo...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –... porque estou de acordo com os argumentos de V. Ex^a. Hoje, muitos países elegem seus representantes e aqueles que estão residindo no exterior – esse, por exemplo, é o caso da Itália – têm direito a voto. Nós, aqui, conhecemos bem quando um parlamentar é eleito pelos que residem na América do Sul. Com respeito ao número mais adequado, com respeito à questão relativa aos excessos que têm sido registrados na nossa própria Casa, o esforço deve ser feito para enxugarmos todas aquelas despesas que não se justificam plenamente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É preciso dar mais transparência para que todos nós e a opinião pública conheçamos, mas estou de acordo com a proposição de V. Ex^a, que faz sentido. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Peço um minuto a mais para o Presidente, além desses 44 segundos, para dizer que... Eu pedi além, mas veio descontado. Não faz mal, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que a proposta foi aprovada no primeiro turno; virá o segundo turno, mas depois é que vai ser regulamentada. Eu calculo que vai levar uns dez anos para ser regulamentado esse projeto. Saber como vota, quantos são, qual é o processo, enfim, haverá muitos anos, nesta Casa e na Câmara, para discutirmos exatamente como será o processo de eleição para – aquilo que o Senador Suplicy chamou – eu nunca tinha chamado e que foi a melhor maneira de chamar – de darmos direito de os brasileiros lá fora terem representantes aqui dentro do Brasil. Vai levar, talvez, cinco ou dez anos. Até lá, espero que ninguém

venha dizer que a idéia é boa, e o momento, ruim. Agora, para que o momento fique bom, é preciso que se mude o Congresso e não se deixe de votar aquilo que for certo para incorporar todos os brasileiros, inclusive os exilados econômicos, nos destinos do Brasil e nos destinos deles lá fora, com seus sofrimentos, com suas dificuldades e com todas as esperanças que eles representam para o Brasil, inclusive os US\$6 bilhões que nos mandam para financiar os turistas que vão passear lá fora, que não são emigrantes, são turistas. Por favor, olhem o dicionário e vejam que emigrante é uma coisa e turista é outra. E os turistas estão sendo financiados pelos nossos emigrantes que não estão sendo representados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, mostrando suas preocupações quanto ao Legislativo, preocupações quanto aos representantes municipais, federais e o povo que mora no exterior, que deve ter representatividade. Mas, Senador Cristovam Buarque, estamos de acordo com o pronunciamento de V. Ex^a, mas não se esqueça, e também o Suplicy, de que temos que frear o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A imprensa também tem que ter coragem de dar esse freio e não só nós. Não conheço coisa mais imoral e indecente – na prática, nunca vi a imprensa falar – do que aquelas aposentadorias de filhas inuptas de magistrados, que não casam e recebem o dinheiro à eternidade. Eu não vejo a imprensa ter essa coragem nem V. Ex^a. Eu acho que a vergonha maior é essa do Poder Judiciário, que tem aposentadoria de filha de magistrado que, não casando, ganha eternamente e deixa de casar. Tem que ter coragem. E a imprensa? A imprensa cala, tem medo. No Poder Executivo, continuam os cartões corporativos, as filhas, as coisas. Mas só estão a bombardear o Legislativo, porque nós não temos dinheiro em excesso para fazer isso, para manter os órgãos de comunicação e também ninguém pode cassar, prender e nada. Nós apenas podemos, com a nossa representatividade e coragem, ser o sustentáculo desta democracia. Nós somos, quer queiram ou não. Como Eduardo Gomes, com muita coragem, disse: “A democracia precisa de eterna vigilância”. Nós somos essa vigilância. Por isso, este País não está igual a Cuba, não está igual à Venezuela. Somente graças à coragem de alguns Senadores da República, entre eles, Mário Couto, a quem cedo a palavra em nome da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acabo de ouvir o Senador Cristovam, acabo

de ouvir o Senador Mão Santa e me preocupa – e há muito venho falando ao País – o enfraquecimento desta Casa. Preocupa-me muito. Esta Casa é o símbolo da democracia brasileira. Esta Casa tem que ser fortalecida para que o povo tenha a tranquilidade, cada vez maior, de uma democracia ampla neste País.

Oxalá, Presidente Mão Santa, as coisas melhorem e que nós possamos, aqui, todos os dias, combater essa ditadura branca, política, que se quer estabelecer neste País com o enfraquecimento do Senado!

Presidente Mão Santa, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo, há muito tempo que venho a esta tribuna dizer da minha preocupação com o caos estabelecido no meu Estado. Hoje eu trago toda a clareza de como se encontra o Estado do Pará. Preocupa-me o País; preocupa-me a crise; preocupa-me a violência; a saúde; a situação dos nossos aposentados, de que nós não vamos arredar pé um milímetro enquanto não for resolvida. Preocupa-me tudo, mas não posso dizer aos paraenses que estou tranquilo com relação ao meu Estado. Infelizmente, eu não posso dizer isso. O Estado do Pará, o sexto maior exportador do Brasil, um dos maiores pólos turísticos deste País, encontra-se um caos.

O jornal paraense, **O Liberal**, Sr. Presidente, na edição de domingo, mostra aquilo com que sempre me preocupei. Não queria ler esta notícia. Eu queria que esta notícia fosse outra. Mas pessoas, algumas do próprio Estado do Pará, acham que eu venho aqui simplesmente com intuito político de querer me promover. A minha eleição não é em 2010; se eu vier a ser candidato, a minha eleição será em 2014. A minha preocupação é com a situação dos paraenses. A minha preocupação é com a situação do abandono do meu Estado. A minha preocupação é com a economia do meu Estado. A minha preocupação é com a violência estabelecida no Estado do Pará, com um dos maiores índices de violência do mundo! Digo e provo. E vou mostrar, mais uma vez, que eu não acredito que haja uma cidade mais violenta no mundo do que a cidade de Belém, no Estado do Pará.

Não era isso que eu queria dizer aqui. Eu queria poder elogiar a Administração do meu Estado. Eu queria poder dizer que meu Estado está crescendo mais do que antes. Eu queria poder dizer que o meu Estado gera emprego, que lá a saúde satisfaz sua população, que lá é pouca a violência. Era isso que eu queria dizer, paraenses. Mas o que vou dizer hoje, infelizmente, é o caos, de difícil recuperação. O caos estabelecido no Estado do Pará é de difícil recuperação.

E ninguém me escuta! Ninguém me ouve, Presidente! O Presidente da República, amigo da Governadora Ana Júlia, do meu Estado, nada faz! Presidente Lula, pelo amor de Deus, Presidente Lula, e aqui quem lhe pede é um humilde Senador da Republica: olhe a situação do Estado do Pará!

Senador Paim, um dos jornais de maior credibilidade deste País diz – e a TV Senado poderia focar a matéria: “Tropa da miséria cresce no Estado do Pará”.

Tentem encontrar uma situação igual a essa! Procurem nas suas cidades, vejam se a situação é igual a essa! Vejam se existe no Brasil uma cidade com situação igual a minha, um Estado com situação igual ao meu!

Pesquisa oficial publicada no jornal **O Liberal**: Em 2007, 3,5 milhões de pessoas passaram a receber menos da metade do salário mínimo. Será, Brasil, que existe um Estado igual ao meu? Em 2007, 3,5 milhões de pessoas passaram a receber menos da metade do salário mínimo! Será que existe algum Estado igual ao meu? A cada ano – friso: a cada ano! – 500 mil pessoas entram nessa tropa.

Chamei a atenção aqui. Eu sabia que estávamos caminhando para isso. Quando cheguei aqui, Pará, eu disse que tinham acabado com o minério no Estado. Fecharam as mineradoras, uma das maiores fontes de geração de emprego. Eu chamei a atenção aqui, Pará! Eu disse que estavam fechando as madeireiras sérias, que trabalhavam seriamente, dentro da lei. Misturaram regularidade com irregularidade. Fecharam essas madeireiras e desempregaram a metade do povo paraense. Eu disse aqui desta tribuna; eu sabia que isso ia acontecer.

Começaram a taxar o boi em pé para que o Pará não exportasse mais. Acabaram com a nossa exportação de boi praticamente. Acabaram com a economia do meu Estado. Desempregaram mais da metade da população brasileira. Essa é a grande realidade! E o meu Pará tornou-se um caos.

Isso é número; não estou inventando absolutamente nada. Isso é número, pesquisa, não é invenção alguma! Eu já havia dito aqui nesta tribuna, por várias vezes, que o meu Estado ia virar um caos.

“Não, é porque o Mário Couto tem questões políticas com a Governadora!” Não é nada disso, absolutamente nada. O que eu falei aqui foi para o bem, não foi para o mal; o que eu alertei foi para o bem, não foi para o mal. Não desejo mal ao meu Estado; não quero mal às pessoas. Eu amo meu Estado; eu respeito

as pessoas do meu Estado. Mas eu sabia que isso ia acontecer, mais tarde ou mais cedo.

Está aqui: 3,5 milhões de pessoas ganhando menos que a metade do salário mínimo. Miséria, fome! E, a cada ano, são 500 mil de pessoas que entram nessa tropa.

Presidente Lula, chame a Governadora do meu Estado, Presidente. Não deixe o Pará ficar ingovernável. O Pará é um Estado produtor que vinha num crescimento espetacular. O Pará vinha crescendo em todas as áreas. O Pará era o Estado que mais empregava no Brasil. Olhe a situação do Estado do Pará. O Estado do Pará gosta de Vossa Excelência, votou em Vossa Excelência. Chame a Governadora. Vossa Excelência mesmo disse que não acreditava no trabalho dela, que achava que ia ser um desastre. Eu li, na revista *IstoÉ*, uma declaração sua, Presidente. Chame a Governadora. Dê um assessoramento capaz de mostrar a ela a situação do meu Estado. Nada contra a Governadora, absolutamente nada.

Aí eu leio o jornal de sábado, Mozarildo. A cada dia piora, Mozarildo. Eu leio o de domingo: a população na miséria, mais da metade da população do meu Estado na miséria, de 2007 para cá. Eu pego o jornal de sábado e leio: 15 mortes violentas em dois dias. Cansei de dizer aqui: a cada oito horas morre um cidadão paraense.

Cansei de falar aqui: três mortes por dia. Agora o número está aumentando, meu Deus do céu! Em 48 horas, morreram 15 pessoas. O jornal mostra a barbaridade dos crimes. Não tem Estado mais violento no mundo do que o Estado do Pará atualmente! Eu quero que venham aqui me dizer qual é! Eu quero que me provem por números, que me digam aqui qual é o Estado mais violento do mundo se não é o Estado do Pará!

E ninguém liga para isso. E morre paraense! E tomba paraense! E choram as famílias, desgraçadas! Choram as famílias diariamente! Pior do que guerra! Pior do que guerra, em dois dias morrerem 15 pessoas!

E olhem as fotos: deprimentes! As fotos, deprimentes. Se a TV Senado puder pegar... Olhem a condição das mortes: eles matam e tiram todas as partes do corpo, as vísceras, estendem no meio da rua. Olhem aqui!

Isso é pior do que guerra, Paim!

Numa guerra, você atira, mata e vai passando. Aqui, você atira, mata – olhe, Paim – e estraçalha as pessoas. Cortam pedaço por pedaço. Um monte de

pedaços humanos no meio da rua: cabeça, braço, pernas, e os parentes olhando. E vá reclamar!

O tráfico tomou conta. Quem manda são os traficantes no meu Estado. Não tem jeito. Só tem um jeito. Só tem um jeito! A Governadora não percebe, não adianta. Olhem que eu já falei aqui, eu falo quase todos os dias. Quase todos os dias, eu bato nesta tecla da violência. O Estado empobrecido. A violência tomando conta do meu Estado. Os bandidos sabem, Mão Santa! Os bandidos sentem, Mão Santa! Os bandidos sabem a hora que eles têm que atacar. Eles sabem quais são os Estados que estão desprotegidos! Eles sabem os Estados para onde podem ir matar, roubar, comercializar drogas. Eles sabem! O meu Estado está enfraquecido! O meu Estado está empobrecido! O meu Estado não tem Governo, e os ladrões estão lá a mandar! Os Correios não podem entregar cartas! Os medidores de luz só podem marcar a luz se pagarem pedágio! Eles tomam conta do interior.

Eles entram nas cidades menores, prendem delegado, prendem policial militar, tomam conta das cidades. É um terror generalizado!

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, angustiado, indignado com o que acontece no meu Estado. Sinto muito. Sinto muito. Já fui com o Ministro da Justiça, já tentei; já mandei ofício ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público estadual. Só me resta dizer agora, Presidente Lula, mais uma vez: chame a Governadora, Presidente.

Não sei se foi o Senador Eduardo Suplicy que um dia aqui disse que o Lula assistia à televisão, que via a TV Senado. Foi V. Ex^a, não foi?

Se Vossa Excelência está me vendo, atenda a um humilde Senador do Estado do Pará, Presidente Lula. Vá ao Pará, veja a situação real do meu Estado. Dê a mão à Governadora, pode ser que a Governadora esteja despercebida. Pode ser que a Governadora tenha dificuldade de assessoramento, de ações mais contundentes. O Estado perde a sua economia, o Estado fica pobre, a violência toma conta do Estado. É um Estado exportador, um Estado que vai fazer falta à Nação, um Estado que faz falta à Nação, porque ali estão as riquezas. O Estado do Pará produz riquezas, Presidente Lula, não pode ser abandonado.

Um povo decente, ordeiro, corajoso e que está abandonado, neste momento, por V. Ex^a. Não abandone o Estado do Pará, Presidente Lula. Faça alguma coisa por nós. A violência tomou conta do meu Estado, Presidente.

Desço, Senador Mão Santa, mais uma vez, triste e indignado porque, assim como V. Ex^a ama o Piauí, eu amo o Estado do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já estou descendo. Se V. Ex^a for breve, porque ainda tenho mais um minuto para falar da minha tentativa de fazer o CPI do Dnit, pois não.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, estou chegando agora do nosso Estado do Pará. Estive, pela manhã, em Marabá, numa reunião para tratar, entre outras coisas, da questão do não cumprimento dos mandados de reintegração de posse de terras invadidas. Chego aqui, e V. Ex^a traz ao conhecimento de todo o Brasil e, em especial, do Pará, a questão das manchetes nos jornais diários do nosso Estado, com o absurdo das mortes que acontecem. Acredito, Senador Mário Couto, que morre mais gente no nosso Estado – e direi em Belém – do que lá, no Iraque. Não tenho dúvida disso. Aqui a manchete diz: “Quinze mortes sangrentas em dois dias violentos”. Antigamente se dizia – mas isso há cinquenta anos, quando estavam ainda em desenvolvimento as áreas do Sul e Sudeste – que você matava um e deixava o outro amarrado para o dia seguinte. Vamos voltar a essa situação no Estado do Pará, tal é o grau de violência. Vou fazer um pronunciamento em seguida, assim que o Senador Mão Santa me permitir, exatamente sobre essa questão do desrespeito da Governadora ao direito de propriedade no Estado do Pará. Parabéns a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

Vou apenas ler – passando ao assunto da CPI do Dnit –, Senador Paim, o que diz o *Diário de Cuiabá*. Senador Mozarildo, preste atenção, essa aqui é muito boa. Vejam como o dirigente de um órgão tenta intimidar um Senador da República. Isso porque o Senador da República quer mostrar o que existe de corrupção dentro de um órgão público. Eu não vou abrir mão nem um milímetro. Eu vou até o fim. Eu vou apurar o que há de irregularidades dentro do Dnit, Senador. Porque é o Brasil que vive a desgraça das estradas, são mortes atrás de mortes. As estradas federais no seu Estado devem estar uma desgraça...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – São poucas ou quase nenhuma, com exceção das que são ter-

ceirizadas. As do Governo mesmo só fazem matar. O diretor-geral Luiz Antonio Pagot... Atenção, Senadores, nós não podemos mais denunciar ninguém! Atenção, Flexa Ribeiro; atenção, Senadora Serys; atenção, Mão Santa, não tentem mais abrir CPI aqui, porque logo vocês receberão ameaças.

Senadores não podem mais falar em CPI. Mandam arquivar e, quando não mandam arquivar, os diretores dos órgãos mandam ameaçar.

O Diretor-Geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot (PR), afirmou ontem que as investidas do Senador Mário Couto (PSDB-PA), feitas principalmente por meio de discursos efusivos na tribuna do Senado, não ficarão impunes [Atenção, Mário Couto, cuidado com a sua vida!]. Pagot exigirá retratação na Justiça sobre as acusações provenientes de Couto que, segundo ele, atingem sua família, honra e imagem.

Ora, Pagot! O que eu posso fazer se tu cometes irregularidades? Tenho que preservar o dinheiro público. É minha responsabilidade, meu amigo Pagot! Vim para cá para isto! Como Senador, a Constituição me obriga a fazer isto, a zelar pelo dinheiro público, e aqui eu o farei, meu amigo, sem medo...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sem medo! Sem nenhum receio de ninguém. Ninguém vai conseguir me calar. Olhem aqui.

Vou mostrar à população brasileira como é o Dnit. E a cada dia vou ler uma irregularidade.

Esta aqui é do jornal *Estado de Minas*: “Dnit a serviço de amigos em Minas”. Vamos lá, TV Senado, mostre ao Brasil. Sabem o que aconteceu aqui? A Contorno Construtora de Obras Ltda. fazia a manutenção da BR-460 em Minas Gerais. Um amigo do Pagot chegou e disse a ele: “Pagot, quebra o galho. Eu tenho uma feira agropecuária. Prepara lá a feira todinha para mim. Quanto é que custa?” “Duzentos mil reais”. O prefeito Yuri Vaz de Oliveira, de Carmo de Minas, foi à feira. Pararam todas as máquinas da BR, entraram na feira de exposições, fizeram todo o asfalto da feira. Quanto custou? Duzentos mil reais. Quem pagou, diga para mim, Senador Flexa? Quem pagou? Quem pagou, Mozarildo? É o *Estado de Minas Gerais* que está dizendo isso. Quem pagou, brasileiros? Quem pagou? Porque é amigo do Pagot. Ô, Pagot, tu não és sério! Não adianta...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já estou descendo, Presidente.

Não adianta tu ameaçares, Pagot. Tu não és sério. Tu estás deixando a população brasileira sem estrada.

Quem pagou, Senador Flexa? Quem pagou? O Dnit, Senador Flexa; serviços particulares, Senador Flexa. E o povo brasileiro a pagar os impostos. O povo brasileiro a pagar os impostos para os serviços serem feitos para o povo, e é feito para particulares, amigos do Luiz Pagot.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu esperei aqui, Presidente, tranquilamente para falar. Os que me antecederam usaram mais de vinte minutos, e V. Ex^a, como sempre, sempre faz aquilo que se deve fazer: é para um, é para todos. Eu lhe agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após contundente pronunciamento do Senador do PSDB do Estado do Pará, denunciando a administração do Partido dos Trabalhadores no seu Estado e no Brasil, chamamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Mozarildo Cavalcanti representa Roraima, o Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas, gaúcho, também é um extraordinário médico, orgulho da ciência médica, e talvez seja o maior líder maçônico de nosso amado País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa, o maior líder não sou eu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu recebi um colega meu de turma, meu irmão camara da, que entrou na Maçonaria e já citou o seu nome. Eu disse que ia lhe pedir aquele livro. O Dr. Valdir Aragão Oliveira mandou convidá-lo para fazer uma palestra no norte do Piauí, em Parnaíba.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Será uma honra visitar os irmãos daquele Oriente. Coincidentemente, Senador Mão Santa, hoje, quero falar, justamente, um pouco de Maçonaria. Quero começar, na verdade, homenageando o Grande Oriente do Distrito Federal, que, no dia 21 de abril deste ano, completa 38 anos. Como o dia 21 de abril vai ser feriado, porque é o dia de Tiradentes, que, segundo a história, também foi um eminente maçom, quero começar dizendo que o Grande Oriente do Distrito Federal, assim como os Grandes Orientes dos demais Estados, é subordinado ou jurisdicionado ao Grande Oriente do Brasil, que tem sua sede, seu poder central, em Brasília e que é dirigido por um Grão-Mestre Geral.

O nosso Grande Oriente do Distrito Federal, como disse, fundado em 21 de abril de 1971, é a unidade jurisdicional local, federada ao Grande Oriente do Brasil, que aglutina as Lojas Maçônicas de Brasília e das cidades satélites, hoje em número de 71 Lojas, contando com a participação de mais de 2,5 mil membros, fora os familiares, esposas, filhos. O Grande Oriente do Distrito Federal tem por meta a promoção do progresso da Maçonaria aqui, na Capital brasileira.

Treze Lojas Maçônicas firmaram, em 1971, um documento conjunto, criando o Grande Oriente do Distrito Federal, assumindo o compromisso de mantê-lo como organismo administrativo e incentivador da Maçonaria no Distrito Federal. Quero citar aqui as Lojas, para que fiquem no registro histórico desta sessão: Abrigo da Virtude, Acácia do Planalto, Águia do Planalto, Atalaia de Brasília, Aurora de Brasília, Brigadeiro Proença, Duque de Caxias, Estrela de Brasília, Fraternidade e Justiça II, Gonçalves Ledo, Luz e Fraternidade, Sete de Setembro e União e Silêncio.

Quero também, Senador Mão Santa, não só para as Senadoras e os Senadores, mas também para todos aqueles que me assistem pela TV Senado e que me ouvem pela Rádio Senado e para todos os estudantes que se encontram presentes na galeria, observando esta sessão, fazer um breve histórico do Grande Oriente do Brasil, que foi fundado em 17 de junho de 1822, com o objetivo de congregar sob um único comando as Lojas Maçônicas então existentes e de promover a independência política do Brasil, o que é importante. Então, foi justamente com essa finalidade primordial que o Grande Oriente do Brasil se formou, juntando todas as Lojas Maçônicas.

Também é preciso dizer que D. Pedro I ingressou na Maçonaria e que maçons importantes como Gonçalves Ledo e José Bonifácio o convenceram a comandar o processo de independência, fazendo, portanto, uma independência tipicamente do jeito brasileiro, sem sangue, sem briga, feita pelo próprio D. Pedro, que se tornou o primeiro Imperador do Brasil.

O Grande Oriente do Brasil, portanto, tem sua história entrelaçada com a história da nossa Pátria. Nas palavras de Tristão de Athayde, ao falar sobre a nossa história política, assim pode ser resumido: "Nada de importante aconteceu neste País que não tivesse as mãos firmes da Maçonaria". São feitos incontestes realizados pelo Grande Oriente do Brasil: a Regência, o Fico, a Independência, a Libertação dos Escravos e a Proclamação da República.

É bom que se frise que, dentro das nossas Lojas, nas nossas sessões, não discutimos política partidária,

não discutimos religião. Nós não somos uma religião. Aliás, pelo contrário, acolhemos pessoas de todas as religiões, justamente dentro do espírito da fraternidade que deve nortear as relações humanas. Portanto, é na participação política, sem as algemas partidárias, que o maçom levanta a bandeira da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", propugnando por justiça social, pelo bem-estar do povo brasileiro e pela condução da vida pública dentro dos parâmetros da ética, da moralidade administrativa, da legalidade dos atos de gestão da coisa pública, tudo com o objetivo de fazer prevalecer o interesse da sociedade.

Sr. Presidente, quero registrar que, no dia 30 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, com a presença de mais de quatro mil pessoas de diversos segmentos da sociedade, a Maçonaria do Distrito Federal prestou uma homenagem às três Forças Armadas. Há de se dizer, até pela coincidência de uma sessão em que se homenageou o ex-Deputado Márcio Moreira Alves, que foi vítima do arbítrio de um regime intitulado de militar, que, na verdade, não podemos confundir o movimento de um grupo de militares com o espírito e a grandiosidade das Forças Armadas brasileiras.

Então, quero registrar e pedir a transcrição do discurso proferido pelo eminentíssimo Grão-Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, Jafé Torres, quando das homenagens prestadas no dia 30 de março, e ler alguns trechos desse discurso e, depois, do discurso de resposta a ele.

3. O Grande Oriente do Distrito Federal, que orgulhosamente representamos pela vontade democrática do seu quadro, tem, neste obreiro que vos fala na qualidade de Grão-Mestre, e em seu Adjunto, o valoroso irmão e amigo Lucas Galdeano, a certeza da rigorosa vigilância guardiã das instituições mantenedoras da soberania nacional.

4. Desde a nossa investidura, adotamos a prática de uma política diferenciada destinada a ocupar de fato e de direito todos os espaços dentro da nossa sociedade para realçar a Ética, a Moral e a Dignidade que a coletividade clama neste momento.

Ele prossegue em vários tópicos, que faço questão de pedir a V. Ex^a que sejam transcritos na íntegra:

6. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm um papel extraordinário no contexto da segurança nacional e a sua participação nas ocasiões decisivas da nossa história [...].

7. É chegada a hora de agregarmos ao bojo histórico das nossas Forças Armadas a volta do civismo e do orgulho pátrio, para o bem-estar de todos nós, brasileiros, responsáveis pela construção do Brasil do amanhã, para que no futuro nossos sucessores não nos acusem de omissos.

Em nome das três Forças Armadas, falou o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha. Vou falar, também resumidamente, do pronunciamento que ele fez e pedir sua transcrição na íntegra. Ele diz:

[...]

Falando em nome dos três ramos, faz-se mister enfatizar que nos consideramos profundamente prestigiados com o preito conferido, principalmente quando tem origem em uma instituição histórica como a Maçonaria, de cunho filosófico, filantrópico, progressista e evolucionista, cujos fins são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Os caminhos que trilhamos se entrelaçam em variados campos e prezam, de forma similar, diversos princípios, tais como:

- o cultivo e a prática do amor à Nação e à cidadania;
- o respeito à autoridade;
- a valorização da retidão de caráter;
- a fiel subordinação às leis, normas e regulamentos;
- a modelação da conduta na honradez e na discrição; e
- a aclamação da fidelidade à Pátria e, portanto, o civismo, não descurando das tradições, do sentimento do dever, do pundonor e do decoro que cada classe impõe aos seus integrantes, realçando o comportamento moral e profissional irrepreensível de seus associados.

Enfatizo, ainda, os laços que nos ligam [quer dizer, as Forças Armadas e a Maçonaria] e fizeram com que fôssemos atores de momentos decisivos do Brasil, colaborando para a constituição da nossa nacionalidade.

Já na Inconfidência Mineira, os maçons empreenderam luta renhida em favor da liberação do País, sendo que, conforme os registros existentes, os conjurados, sem exceção, também o eram: Tiradentes, Thomas Antonio

Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e outros.

Da mesma maneira, a sociedade foi fundamental no processo de consolidação da Nação, por ter sido o seu apoio fundamental à Independência, com destaque para o “Dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822, mantendo-se atuante durante todo o período da monarquia.

A Abolição da Escravatura foi um empreendimento da Maçonaria, que se empenhou sem temor e incansavelmente para alcançá-la. Fato confirmado pela predominância, entre os líderes, de seus membros, dos quais se sobressaíram o Visconde de Rio Branco, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Cristiano Otoni e Castro Alves.

A Campanha Republicana, que pretendia evitar um terceiro reinado, também contou com intenso trabalho de ampla divulgação dos seus ideais nas Lojas [Maçônicas] espalhadas pelos quatro cantos do território. Nos instantes decisivos de sua implantação, ali estava um maçom a liderar as tropas: o Marechal Deodoro da Fonseca. O primeiro Ministério do novo Regime foi constituído, sem exceção, de seus pares [ou seja, de maçons].

Nos quarenta anos da denominada “República Velha”, foi notória a participação do Grande Oriente na evolução política brasileira, uma vez que vários presidentes a ele eram filiados: Marechal Floriano Peixoto, Campos Salles, Marechal Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís.

A partir de 1916, a entidade, por intermédio de seu Grão-Mestre, o Almirante Veríssimo José da Costa, decidiu defender a entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918).

O importante, Sr. Presidente, dentro do pronunciamento do Almirante, que representou as três Forças, é que foram citados mais associados, dos quais alguns militares: D. Pedro I; José Bonifácio de Andrade e Silva; Tenente-Coronel Benjamin Constant; Almirante Arthur Silveira da Mota; Barão de Jaceguai; Almirante Eduardo Wandenkolk; Almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma; General Lauro

Sodré e Silva; Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; e Marechal Manoel Luís Osório, Marquês do Erval.

Portanto, Sr. Presidente, ao pedir a V. Ex^a a transcrição do pronunciamento do nosso Grão-Mestre do Distrito Federal, o irmão Jafé, um homem que tem uma história de serviços prestados não só ao Grande Oriente do Distrito Federal em Brasília, mas também ao Grande Oriente do Brasil, como maçom atuante, um exemplo de maçom, quero registrar o aniversário de 38 anos do Grande Oriente do Distrito Federal, que ocorre no dia 21 de abril (coincidentemente, o dia dedicado a Tiradentes), e também essa solenidade que o Grande Oriente do Brasil fez às três Forças Armadas.

É importante, Sr. Presidente, que não vivamos no Brasil apenas olhando para o retrovisor, olhando o passado, principalmente as mazelas do passado. É hora, Senador José Agripino, de o Brasil ser um País mais harmonioso, sem preconceitos contra pessoas negras, contra pessoas brancas de olhos azuis ou contra índios. Vamos nos mirar no discurso do Presidente Barack Obama, que disse: “Não existe uma América de negros, uma América de brancos; não existe uma América de cristãos, de muçulmanos, de judeus; não existe uma América de ricos e de pobres. Existe uma única nação chamada Estados Unidos da América”. É um negro dando o exemplo de como se pode fazer uma nação que esteja acima da cor da pele, acima do *status social* das pessoas.

Pobre ou rico, negro ou branco de olhos azuis, índio ou descendente de imigrantes japoneses, italianos ou alemães, todos nós fazemos o Brasil. E é por isso que, na Maçonaria, temos como primado exatamente a igualdade no sentido amplo, a igualdade de oportunidades, a igualdade de tratamento, a igualdade de respeito. Sobretudo, buscamos que, neste País, exista a fraternidade necessária para que todos se tratem como irmãos, independentemente, portanto, como disse, de que cor sejam seus olhos, sua pele, qual seja seu poder econômico. É preciso pensar numa Pátria realmente unida, fraterna, igual, com liberdade e com justiça!

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DISCURSO PROFERIDO PELO EMINENTE IRMÃO JAFE TORRES, QUANDO DAS HOMENAGENS ÀS FORÇAS ARMADAS NO DIA 30 DE MARÇO NO CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES EM BRASÍLIA NA PRESENÇA DE QUATRO MIL PESSOAS DE DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.

1. Hoje é um dia especial para todos nós, homens livres e de bons costumes, que sempre tem participado dos eventos que traçam o destino da Nação.
2. Para nós, este é o momento histórico que será relembrado com júbilo no amanhã de nossa Pátria e as gerações que nos seguirem aplaudirão, sem dúvida, o nosso exemplo de civismo.
3. O Grande Oriente do Distrito Federal, que orgulhosamente representamos pela vontade democrática do seu quadro, tem, neste obreiro que vos fala na qualidade de Grão Mestre, e em seu Adjunto, o valoroso irmão e amigo Lucas Galdeano, a certeza da rigorosa vigilância guardiã das instituições mantenedoras da soberania nacional.
4. Desde a nossa investidura adotamos a prática de uma política diferenciada destinada a ocupar de fato e de direito todos os espaços dentro da nossa sociedade para realçar a Ética, a Moral e a Dignidade que a coletividade clama neste momento.
5. Foi, portanto, com este objetivo que decidimos homenagear aqueles que desfrutaram no passado, desfrutam no presente e, com certeza, desfrutarão no futuro a mais absoluta confiança dos Maçons deste Brasil aguerrido e querido de todos nós.
6. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, tem um papel extraordinário no contexto da segurança nacional e a sua participação nas ocasiões decisivas da nossa história, atendendo aos anseios populares, comprova o valor de sua intervenção na manutenção da ordem e da democracia em nossa Nação.
7. É chegada a hora de agregarmos ao bojo histórico das nossas Forças Armadas a volta do civismo e do orgulho pátrio, para o bem-estar de todos nós brasileiros, responsáveis pela construção do Brasil do amanhã, para que no futuro nossos sucessores não nos acusem de omissos.
8. Cabe a cada um de nós a responsabilidade de zelar pela ordem e pela paz social para deixar esse legado como herança às nossas famílias, mas ninguém, neste momento, tem melhores condições de executar essa missão do que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, pela credibilidade que ostentam na sociedade civil.
9. É bom lembrar que em pesquisa realizada recentemente, as nossas Forças Armadas alcançaram 84% de aprovação popular.

10. Esta, portanto, é a melhor ocasião de darmos o nosso apoio irrestrito e incondicional aos militares para que eles sintam que não estão sozinhos na sua meta de preservação do bem-estar social.

11. A Maçonaria, que sempre esteve, está e estará atenta aos momentos culminantes da nossa Pátria, vem a público externar a sua aliança de solidariedade à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica, detentores da integral responsabilidade cívica perante a nação brasileira.

12. Ressalte-se, para isso, que somos políticos, mas não somos partidários, e que a Maçonaria tem atualmente nove Senadores, cinquenta e nove Deputados Federais, seis governadores e uma legião de Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores prontos para partirem com objetividade em busca do soerguimento Justo e Perfeito de nossa sociedade disciplinada e pacífica.

13. Irmanados, os Filhos da Viúva, como assim somos chamados, vêm a público se solidarizar e homenagear as Forças Armadas do nosso querido e glorioso Brasil.

14. Avante, Filhos da Viúva, é chegada a hora da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.

Jafé Torres
Grão-Mestre

Palavras que foram proferidas pelo Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, em nome dos três ramos, na homenagem da Maçonaria às Forças Armadas, prestada pelo Grande Oriente do Distrito Federal.

É com extraordinário apreço que comparecemos a esta Sessão, organizada pelo Grande Oriente do Distrito Federal, em homenagem às Forças Armadas.

Falando em nome dos três ramos, faz-se mister enfatizar que nos consideramos profundamente prestigiados com o preito conferido, principalmente quando tem origem em uma instituição histórica como a Maçonaria, de cunho filosófico, filantrópico, progressista e evolucionista, cujos fins maiores são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Os caminhos que trilhamos se entrelaçam em variados campos e prezam, de forma similar, diversos princípios, tais como:

- o cultivo e a prática do amor à Nação e à cidadania;
- o respeito à autoridade;
- a valorização da retidão de caráter;
- a fiel subordinação às leis, normas e regulamentos;
- a modelação da conduta na honradez e na disciplina; e
- a aclamação da fidelidade à Pátria e, portanto, o civismo, não descurando das tradições, do sentimento de dever, do pundonor e do decoro que cada classe impõe aos seus integrantes, realçando o comportamento moral e profissional irrepreensível de seus associados.

Enfatizo, ainda, os laços que nos ligam e fizeram com que fôssemos atores de momentos decisivos do Brasil, colaborando para a constituição de nossa nacionalidade.

Já na Inconfidência Mineira, os maçons empreenderam luta renhida em favor da libertação do País, sendo que, conforme os registros existentes, os conjurados, sem exceção, também o eram: Tiradentes, Thomas Antonio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, e outros.

Da mesma maneira, a sociedade foi fundamental no processo de consolidação da Nação, por ter sido o seu apoio fundamental à Independência, com especial destaque para o “Dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822, mantendo-se atuante durante o período da monarquia.

A Abolição da Escravatura foi um empreendimento da Maçonaria, que se empenhou sem temor e incansavelmente para alcançá-la. Fato confirmado pela predominância, entre os líderes, de seus membros, dos quais se sobressaíram o Visconde de Rio Branco, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Cristiano Ottoni e Castro Alves.

A Campanha Republicana, que pretendia evitar um terceiro reinado, também contou com intenso trabalho de ampla divulgação dos seus ideais nas Lojas espalhadas pelos quatro cantos do território. Nos instantes decisivos de sua implantação, ali estava um maçom a liderar as tropas: o Marechal Deodoro da Fonseca. O primeiro Ministério do novo Regime foi constituído, sem exceção, de seus pares.

Nos quarenta anos da denominada “República Velha”, foi notória a participação do Grande Oriente na evolução política brasileira, uma vez que vários presidentes a ele eram filiados: Marechal Floriano Peixoto, Campos Salles, Marechal Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís.

A partir de 1916, a entidade, por intermédio de seu Grão-Mestre, o Almirante Veríssimo José da Costa, decidiu defender a entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial (1914 - 1918).

Assim foi e tem sido a sua ação com relação aos rumos nacionais, sempre dando suporte e lutando para a concretização dos ideais mais nobres, comprometendo-se em prol da liberdade e condenando as injustiças.

Em uma curta lista, mencionamos mais alguns associados ilustres, dos quais alguns militares:

- Dom Pedro I; José Bonifácio de Andrada e Silva; Tenente-Coronel Benjamin Constant; Almirante Arthur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai; Almirante Eduardo Wandenkolk; Almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma; General Lauro Sodré e Silva; Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; e Marechal Manoel Luís Osório, Marquês do Erval.

Assim, fica fácil aquilatar nossa estreita ligação. Fizemos bastante pela Pátria e isso persiste.

O Exército, detentor de raízes profundas e base sólida que, com bravura, intrepidez e nobreza, sob a égide da lealdade e da ética, faz-se presente de norte a sul, contribuindo para garantir a soberania. Exerce influência capital junto à sociedade, calcada no permanente exemplo, no exercício da cidadania e no respeito ao ser humano.

Herdeira das mais dignas tradições da Aviação Naval e do Exército, a Aeronáutica vem, desde a sua criação, oferecendo sua parcela de cooperação nos mais longínquos rincões deste imenso País, assegurando a inviolabilidade das fronteiras aéreas, levando saúde aos mais remotos povoados e estendendo a mão às vítimas do infortúnio.

Por seu turno, merece destaque a atuação da Marinha, pela simples observação da posição geográfica do Brasil no Atlântico Sul, pelo tamanho do seu litoral e bacias hidrográficas, por sua dependência das linhas de comunicação marítimas e pelos recursos naturais encontrados nas águas jurisdicionais. Não é difícil concluir que devemos ser fortes no mar,

o que justifica o seu Programa de Reaparelhamento, para o qual a construção de submarinos é a principal prioridade.

Fruto desses breves relatos, percebe-se que não podemos prescindir de Forças Armadas prontas e de porte compatível com suas responsabilidades constitucionais e que estejam a altura da estatura político-estratégica da Nação.

Nestes tempos de crises que o mundo enfrenta, intimidado, por vezes, pelas chamadas “novas ameaças”, queremos agir com o otimismo, a esperança e a bravura, próprios de instituições compostas por homens e mulheres de bons costumes, que se esforçam para preservar os princípios éticos, exaltando as virtudes e combatendo os vícios.

A defesa da Pátria é tarefa de gerações e esse glorioso passado comum impõe que maçons, soldados, aviadores e marinheiros persistam na labuta silenciosa para garantir-lhe a soberania e os interesses, forjando um futuro digno para seu povo.

Por fim, agradeço, cumprimentando o Grão-Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, Dr. Jafé Torres, na pessoa de quem saúdo todos os componentes dessa Loja, e especialmente a comissão responsável por este magnífico evento, no qual são homenageados o Exército, a Força Aérea e a Marinha, patrimônios que são do País. Muito Obrigado!

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto,

Comandante da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti! V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. E quero que V. Ex^a atenda ao pedido do maçom de Parnaíba Valdir Oliveira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

Acaba de chegar o documento dizendo que V. Ex^a representa a Liderança do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Acho que V. Ex^a adivinha os pensamentos; ia pedir exatamente que V. Ex^a me inscrevesse pela Liderança do PSDB.

Desde já agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já estava no meu coração há muito tempo, e aqui quando chegou o documento.

Queremos, com muita honra, comunicar que nos assiste aqui essa juventude, alunos do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek, do Gama.

Queremos passar a vocês, a essa mocidade estudiosa, um pensamento de Juscelino. Juscelino foi quem construiu isto tudo aqui. Deus fez o mundo, e Juscelino, Brasília. Juscelino disse: “É melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do Democratas, o Senador José Agripino. Ele representa o Rio Grande do Norte. Esse Senador já foi extraordinário Prefeito, Governador, Senador e é o Líder do DEM. O DEM acaba de dar posse ao novo presidente do diretório estadual do Piauí. Eu estive presente. Trata-se do Deputado Federal Mainha, que substitui o extraordinário líder Mussa Demis. O Mainha tem perspectiva invejável na política do Piauí e do Brasil. Ele foi duas vezes prefeito de sua cidade, duas vezes presidente da Associação de Prefeitos. É um extraordinário líder.

Então o DEM, não como no Rio Grande do Norte, onde V. Ex^a já é, mas está muito forte no Piauí, com o comando deste extraordinário líder que é o nosso Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria tocar em quatro assuntos. O primeiro deles para mim é doloroso, porque eu quero fazer o registro do falecimento de um grande amigo, de um grande potiguar, a quem o meu Estado deve muito. Estou me referindo ao médico e ex-Deputado Estadual Leônidas Ferreira, que faleceu no sábado, pela manhã, cedo. Ele foi, talvez, um dos

meus melhores amigos pessoais e políticos. Homem de extrema competência e de extremo espírito público e com enormes serviços prestados ao meu Estado.

Senadora Marina Silva, V. Ex^a ouve falar hoje no Programa Médico da Família. O Brasil todo ouve falar. Esse médico, de quem poucos ouviram falar – no meu Estado, muitos ouviram falar, mas, fora do Estado, não muitos –, era meu Secretário de Saúde. Ele era homem de esquerda. Eu tive como auxiliares meus, nos meus dois governos, presidindo a Companhia de Águas ou sendo Secretário de Educação, ou Chefe da Casa Civil, ou Secretário de Saúde, homens com militância clara de esquerda, que foram presos pela revolução, e que demonstraram, no exercício dos meus governos, extrema competência, enorme espírito público e muito serviço prestado, principalmente aos que precisam mais. Leônidas Ferreira foi um deles.

Eu me lembro de que ele pediu, no começo de um dos governos, para ir a Cuba – ele tinha relações com o regime cubano – para conhecer com profundidade o sistema de saúde de Cuba. Eu o incentivei, e o Governo estimulou e financiou a ida dele, com uma pequena equipe. Ele foi lá e trouxe um programa que, quando me apresentou, eu entendi como precioso: era o programa de assistência médica domiciliar. Era o posto de saúde no bairro, o médico de bicicleta, fazendo a saúde preventiva, de casa em casa. Estamos falando em, mais ou menos, 25 anos atrás, 20 anos atrás, mais ou menos. Vinte anos atrás, mais ou menos! Faz muito tempo! Foi um sucesso. Lembro-me bem de que, no bairro de Brasília Teimosa, onde implantamos o primeiro núcleo do Programa Médico da Família, depois de um ano de implantação, o índice de mortalidade infantil caiu para praticamente zero. Eu me lembro muito bem do curioso que era o médico no bairro, andando de bicicleta, indo de casa em casa, antecipando-se à assistência médica. Isso foi uma das coisas que Leônidas fez como Secretário e como auxiliar.

Ele faleceu na manhã do sábado, e o sábado todo eu dediquei aos eventos fúnebres do meu amigo. Eu tinha estado com ele na UTI, na semana anterior, e havia me despedido dele – havia me despedido dele –, e tive oportunidade de levá-lo à última morada, para fazer o registro que faço agora, como potiguar, o registro à família.

Eu queria, Presidente Mão Santa, encaminhar um requerimento de voto de pesar para que fosse consignada em ata a homenagem que quero prestar ao ex-Deputado Estadual, Médico, ex-Secretário de Saúde, ex-Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Norte, Leônidas Ferreira. E gostaria que fosse expedido este voto de pesar à família de Leônidas, como

uma manifestação proposta por mim a um brasileiro que merece respeito.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Garibaldi Alves, que é meu conterrâneo do Rio Grande do Norte e que, seguramente, haverá de manifestar alguma opinião relativa a Leônidas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – RN) – Senador José Agripino, esperamos a formalização do requerimento. O Senador Garibaldi encaminhará também, e será atendido o requerimento de pesar à família de Leônidas Ferreira, que muito significa.

Para encaminhar já o requerimento proposto pelo Senador José Agripino, o Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, quero me associar à manifestação de V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ...e dizer que comprehendo a sua amargura, o seu sentimento de pesar pelo fato de, como assinalou V. Ex^a, Leônidas Ferreira ter sido um companheiro seu de lutas políticas e, depois, um valoroso auxiliar da sua administração como Governador do Estado. Ele, Leônidas Ferreira, prestou grandes serviços ao Rio Grande do Norte. Ele que, inicialmente, era recrutado, como foi por V. Ex^a, para secretarias mais técnicas, que diziam mais respeito ao seu perfil, como era o caso da Secretaria de Saúde, por exemplo, já que era médico, depois migrou para o campo político e foi Chefe da Casa Civil, porque era, sobretudo, um homem de diálogo. E posso dizer que ele era um homem de diálogo fácil, porque sempre fui um seu adversário. Eu, realmente, quando entrei na política, já encontrei Leônidas Ferreira militando ao lado de V. Ex^a. Mas ele nunca deixou de ser um homem muito atencioso para com meus pleitos como Deputado Estadual, principalmente – já que fui Deputado Estadual e, como tal, convivi com ele; ele, Secretário de Estado em mais de uma pasta na sua administração; depois, no Governo de Wilma de Faria, não sei se no Governo de Lavoisier...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Também.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Também foi. Então, fica aqui esta palavra de pesar, assinando o requerimento que V. Ex^a vai apresentar, dizendo que a morte de Leônidas Ferreira causou imenso pesar aos norte-rio-grandenses.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Garibaldi, pela manifestação sincera que

V. Ex^a oferece à Casa sobre a memória de Leônidas, meu sempre e querido amigo Leônidas.

V. Ex^a deve se lembrar, Senador Garibaldi, de Josemar Azevedo...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...que foi companheiro de Leônidas em lutas políticas de esquerda, e que eu fiz, um, Secretário de Saúde, e o outro, Presidente da Caern.

Nesse bairro de Brasília Teimosa – acho que V. Ex^a foi Prefeito de Natal e se lembra –, encontramos uma favela, pavimentamos todo o bairro, que era grande, implantamos o Médico da Família e, em seguida, por sugestão de Josemar, outro dos meus auxiliares muito competentes, que também tinha sido preso pela revolução, fizemos a primeira experiência de esgoto condominial, que custava 40% do preço normal. Só que os canais adutores do esgoto passavam por dentro das casas. Era preciso a participação voluntária das famílias, porque a obra interferia na condição de vida, de viver das pessoas. E, com esse auxiliar, nós fizemos.

E foi por isso também que nós trouxemos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...os índices de mortalidade infantil desse bairro – depois em Rocas e em Santos Reis, cidade natal – para praticamente zero.

Leônidas se foi, Josemar está vivo, Marcos Guerra está vivo. São pessoas a quem devemos muito – nós, potiguares –, a esses potiguares de grande espírito público e que se encontravam todos no falecimento, no velório e no sepultamento do meu amigo Leônidas Ferreira.

Sr. Presidente, quero também comunicar à Casa que estou completando o recolhimento de assinaturas para a PEC que anunciei que iria apresentar, e que está pronta, como forma de fazer justiça aos Municípios do Brasil, que estão descapitalizados pela usurpação de parte da receita de IPI e Imposto de Renda, que compõem o Fundo de Participação, e que está levando os Municípios a uma situação de extrema penúria, como V. Ex^a, Sr. Presidente Mão Santa, deve ser testemunha. Com essa PEC,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com essa PEC, que espero ver rapidamente tramitando, que se possa minorar a perda financeira do Fundo de Participação dos Municípios. Ela mexe no art. 159, da Constituição Federal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159.

.....

§ 5º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos aos recursos de que tratam os incisos I e II [que trata de Fundo de Participação], deverá ser compensado pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 6º A compensação de que trata o parágrafo anterior abrangerá os benefícios tributários já concedidos e os que vierem a ser concedidos pela União.

§ 7º A compensação de que trata o § 5º abrangerá inclusive os benefícios tributários referentes ao período entre 1º de janeiro de 2009 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional.

Ou seja, estamos, através desta PEC, procurando recuperar...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...procurando recuperar a perda de arrecadação dos Municípios, inclusive a partir de 1º de janeiro, porque a redução ou a isenção de IPI para automóveis de 1.000 até 2.000 cilindradas e para a redução do recolhimento do Imposto de Renda está vigorando a partir do começo deste ano, prejudicando os Municípios.

Com a leitura dessa PEC, eu presto contas do compromisso que tomei, da redação que está feita. E já estamos com as assinaturas quase no número 27, o que ensejará o início de tramitação dessa proposta de emenda à Constituição, que restituirá receita aos Estados, mas, principalmente, aos Municípios do País.

A terceira comunicação, Sr. Presidente, que quero fazer: na quinta-feira, dia 2 de abril, com 28 dias de antecedência, o Diretório Estadual do meu partido...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...entregou a prestação de contas que deveria ser entregue no dia 30 de abril – era o prazo final –, relativa aos gastos e às doações recebidas nas eleições municipais de 2008.

Tomei essa iniciativa, como Presidente do Diretório, em função das menções cavigosas que foram feitas ao meu nome, às citações do meu nome na Operação Castelo de Areia. Quando sempre se falava que eu teria exibido um recibo que, supostamente, diria respeito à doação mencionada... Negativo, não tem nada de condicional. Nada. Exibi o documento, entreguei o documento à Mesa, e agora o documen-

to está constando da prestação de contas entregue oficialmente à Justiça Eleitoral, para quem quiser ver. Quem quiser ver.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – E que não coloquem dúvida nenhuma na legalidade da doação que o meu partido, e não eu, recebeu para gastos nas eleições municipais de 2008.

Eu presto contas aos companheiros de partido, aos companheiros de Senado, à Casa, porque, durante a semana que passou, a menção ao meu nome foi uma frequência, foi uma permanência, de forma cavigiosa, que espero encerrar com a prestação de contas que entreguei, através do meu partido, ao TRE do Rio Grande do Norte, na quinta-feira passada, dia 2 de abril, 28 dias antes do prazo limite.

E quero informar, inclusive, que estou encaminhando uma cópia completa dessa prestação de contas ao Corregedor da Casa, para que ele faça uso, para os devidos fins de provas, com relação, inclusive, à investigação que faz – e tem obrigação de fazer – junto...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Junto à Justiça, em São Paulo, onde se processa a investigação em pauta. E terá, na prestação de contas que encaminhei, um elemento de elucidação de dúvidas precioso; apenas um elemento que agora está sendo apresentado, mas ao qual a Polícia Federal, ou a Justiça, ou o Ministério Público, poderiam ter tido acesso lá atrás. Quem tem poderes para quebrar sigilo telefônico e fazer escutas telefônicas tem, tranquilamente, poderes para quebrar sigilo bancário – sigilo bancário que quebrei voluntariamente, porque, com a prestação de contas, fiz anexar uma cópia do extrato bancário das contas do partido.

Essas contas poderiam ter sido objeto de investigação pelos órgãos de fiscalização, de investigação, pela Polícia Federal, lá atrás, bastava ver, na menção que era feita ao meu partido e ao meu nome...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Era fácil, era tão fácil ter ido à conta do Banco do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, do Diretório Estadual do DEM, e ter visto se havia ou não a doação da Camargo Corrêa, e teriam visto que existia, sim, no valor mencionado e que era oficial, feito por meio de transferência eletrônica, ou seja, de conta bancária para conta bancária; e ter-se-ia evitado uma coisa que julgo ter sido intencional: a exibição intencional, para me gerar constrangimento, de um fato legal, do qual não me envergonho.

Sr. Presidente, na hora em que formos obrigados a envergonhar-nos de cometer algo legal, este País terá acabado. E foi por isso que, tendo a razão do meu lado, no primeiro momento logo, no primeiro momento, na primeira hora, exibi os documentos. E completo esse processo de esclarecimento com a entrega da prestação de contas, que foi feita na quinta-feira passada, na sede do TRE do Estado do Rio Grande do Norte. Distribuí à imprensa e estou encaminhando hoje ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, cópia completa, para que ele possa fazer os esclarecimentos que o caso exige.

E, por último, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade do tempo, estivemos, hoje, pela manhã – o Presidente do meu partido, Rodrigo Maia, o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, o Presidente do PPS, ex-Senador Roberto Freire, e eu –, no Gabinete do Presidente do STJ, que é também Presidente do Conselho Federal de Justiça, levando para S. Ex^a uma preocupação que é nossa e de todos os brasileiros: o uso político de instituições sadias, que existem para prestar serviços ao povo e à sociedade, como a Polícia Federal.

Eu li numa revista de circulação nacional, ontem, uma matéria interessante, que trazia como manchete: *Operação Castelo de Areia. Movediça?* Li a matéria, que trata exatamente das constatações que chegam agora, colocando dúvida sobre a lisura de comportamento das pessoas que estavam investigando o caso denunciado; falando da sonegação, da menção ao Partido dos Trabalhadores e a outros partidos da base do Governo, que não foram, em hora nenhuma, só num segundo momento, mencionados, porque se preferiu mencionar o meu nome, que sou Líder de um partido de oposição, o nome do meu partido, o nome do PPS. Preferiu-se fazer isso, como que para gerar constrangimentos.

A preocupação...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ... não é nem ao menos com o eventual constrangimento que se tenha causado a mim e ao meu partido; é com o uso de instituições sadias e que merecem o respeito do povo do Brasil, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Justiça Federal, que estão, a partir de notícias como a da revista que li ontem, *sub judice*, sob dúvida. Será que eles estão agindo mediante *inputs* políticos, mediante monitoração política? Será que isso é verdade?

Em função dessa preocupação, para resguardar a imagem de isenção e respeitabilidade dessas instituições todas – a começar pela Polícia Federal, que

tem grandes serviços prestados às causas do povo do Brasil, mas que não pode se meter em emboanças como o caso...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ... Satagraha, como o caso “Castelo de Areia Movediça” –, é que levamos a preocupação ao Ministro Cesar Asfor Rocha, para que ele, como Presidente do Conselho Federal de Justiça, junto com quem julgar conveniente, levante elementos para que se tomem providências para evitar que órgãos importantes, como os que estão nessa investigação, sejam levados à suspeição de terem agido por monitoramento político indesejável e absolutamente inaceitável. Tivemos uma reunião positiva e longa. Quero dizer que o Presidente do STJ, que acumula a função de Presidente do Conselho Federal de Justiça, participa dessas preocupações e tomará providências. E, ainda neste semestre, teremos novidades, que vão levar ao aperfeiçoamento do funcionamento institucional de órgãos que precisam atuar, sim, mas em nome da verdade e em nome do interesse do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos.

A Mesa aguarda o requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Leônidas Ferreira, ilustre médico e político do Rio Grande do Norte, para que nosso Secretário Executivo João Pedro dê andamento.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

Paulo Paim é do Rio Grande do Sul e representa o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero prestar conta, como faço sempre, do meu trabalho. Na quinta-feira, estive no Rio de Janeiro, em uma promoção do Sindicato dos Médicos daquele Estado, em uma atividade na sede da OAB, onde recebi o Diploma Roberto Chabo, o que me deixou muito satisfeito.

Conheci o Dr. Roberto Chabo não só durante a minha militância como sindicalista, mas também depois como Deputado e Senador. Foi a primeira vez em que esse prêmio foi entregue, e o argumento foi o nosso trabalho na Comissão de Direitos Humanos e também aqui no Congresso, cuidando das questões relacionadas ao social.

Agradeço muito a presença, lá comigo, dos Deputados Federais Glauber Braga e Cida Diogo; dos Deputados Estaduais Paulo Ramos e Inês Padeló; e, também, do Desembargador, Liborni Siqueira; do

Presidente do Mosap, Edson Guilherme; e também do Secretário Estadual da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Côrtes.

Além de representantes da OAB, estavam lá a Cobap, o Mosap, a Associação de Aposentados de Volta Redonda, as centrais sindicais, confederações, federações, o Aeros, as associações de aposentados. Estava, lá, inclusive, uma delegação dos meus chamados amigos virtuais, que entram todo dia na Internet e vão interagindo comigo em matéria de projetos, principalmente aquele voltado para o fim do voto secreto (a PEC nº 50, que está no plenário) e para o direito dos aposentados e pensionistas e do conjunto dos trabalhadores.

Quero cumprimentar também o Presidente do SindiMed do Rio de Janeiro, Dr. Jorge Darze, pela insistência em me levar para o Rio de Janeiro. Ligava-me quase todos os dias, até que, enfim, nesta quinta-feira, lá estive.

Já, na quinta-feira, à noite, desloquei-me para São Paulo, onde participei de um evento, no Centro de Eventos Pedro Bortolosso, lá em Osasco e região. Estavam lá, também, centenas e centenas de pessoas, desde lideranças dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas. Lá, fiz uma palestra, inclusive, para os advogados presentes, falando do fim do fator, do reajuste na forma que aprovamos aqui no Senado e que está na Câmara – a do percentual igual para os aposentados dado ao mínimo.

Falei da recomposição das perdas acumuladas dos aposentados e pensionistas. Falei da PEC nº 24 que, se aprovada, resolve todo o problema da segurança social, porque, segundo ela, os recursos da segurança não podem ser destinados a outro fim. Lá também falei, naturalmente, da importância da aprovação da PEC nº 50, porque entendo que homem público não tem que votar secretamente. O voto tem que ser aberto em todos os casos. A matéria está aqui neste plenário e eu espero que a votemos ainda esta semana.

Sr. Presidente, quero destacar a presença do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região, assim como também a participação dos líderes da CNTC, da Força Sindical, da CUT, da Nova Central, da UGT, e de todos os Partidos. Não vou citar cada um, porque estão todos aqui os que estavam lá presentes, todos dizendo que vão travar uma verdadeira cruzada em nível nacional, para que a Câmara dos Deputados cumpra a sua parte e aprove lá os três projetos que o Senado votou por unanimidade, Senador Mão Santa, V. Ex^a que – confesso – foi lembrado lá junto com outros Senadores, dá importância desse movimento.

Quero agradecer, inclusive, à própria Polícia Federal, à Polícia Civil do Estado de São Paulo pela segurança que foi montada para que a gente pudesse fazer esse evento, sem necessidade, creio eu. Mas quero elogiar a forma carinhosa como todos me acompanharam durante todo o período em que eu estive em São Paulo e região e também no Rio de Janeiro.

Quero agradecer também, Sr. Presidente, ao Deputado Federal João Paulo Cunha, que me acompanhou durante todo o evento em São Paulo, ao Deputado Estadual Marcos Martins, ao Prefeito de Osasco, Emídio de Sousa, enfim a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo naquela caminhada.

Já disse aqui e repito que estavam lá todas as centrais sindicais. Aqui, agradeço especialmente ao Jorge Lorenos, que é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; também aos representantes do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo, Isaías; ao representante do Serviço de Inteligência – AIIC/DF, Sargento Monteiro; ao Sindicato dos Comerciários de Osasco, Neto, Luciano, Ana Cristina; às Delegadas Victória e Rosângela; aos investigadores da Divisão de Portos, Aeroportos, Dignitários de Proteção a Autoridades, os seguranças do Sindicato do Comércio; enfim, não dá para citar todos.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda dizer que esse foi um evento na linha daquele que eu tive na Baixada Santista, na linha do que tive quando estive em São Leopoldo, onde mais de cinco mil homens e mulheres de cabelos brancos estavam lá, prestigiando aquele debate e fazendo com que o movimento impulsionasse a Câmara dos Deputados a votar a matéria.

Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, insistiram muito comigo para que eu faça aqui uma audiência pública, Senador Mozarildo, para discutir a saúde pública no Brasil. Eu achei interessante. Foi um pedido dos médicos do Rio, e eu me comprometi a entrar com um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Mozarildo. Eu o provoquei, porque o assunto é da sua área e do Senador Mão Santa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Eu queria lhe dizer que, na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovada a proposta da Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, para que façamos uma série de audiências públicas para debater o Sistema Único de Saúde, inclusive convidando todas as áreas envolvidas.

Portanto, V. Ex^a já poderá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Anunciar que está aprovado o requerimento por antecipação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Que já está aprovado o requerimento. Vamos só fazer, portanto, um cronograma e listar as pessoas que devem ser convidadas para participar desse debate, porque, realmente, concordo em que precisamos fazer um diagnóstico atualizado e aplicar um tratamento adequado para o momento nesse sistema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Senador Mão Santa, para concluir, eu, na abertura da sessão, pedi a V. Ex^a eu diria até um voto de aplauso à história e à biografia do jornalista Márcio Moreira Alves e, claro, um voto de solidariedade e de pesar à família.

V. Ex^a leu a minha justificativa, que lhe entreguei, mas, se V. Ex^a me permitir, quero ler somente a última folha. Comprometi-me também com V. Ex^a de cumprir o horário, ficando em dez minutos.

Termino a última folha, dizendo, Sr. Presidente, que não há necessidade de aqui relatar a todos a biografia desse homem que morreu, mas a sua forma de agir entrou para a história, que é a biografia de Márcio Moreira Alves.

Eu gostaria só de lembrar o momento em que os Deputados se recusaram a cassá-lo. Isso ocorreu em 11 de dezembro de 1968. A crise era da maior gravidade. Foi um momento emocionante – muitos choraram –, em que todo o plenário, após a conclusão da votação – e o Márcio não foi cassado –, levantou-se e cantou, de pé, naturalmente, o hino nacional.

O que veio, nós sabemos. O Governo decretou o AI-5 e fechou o Congresso Nacional. Marcito, como foi dito aqui por mim e pelo Senador Suplicy, teve que rapidamente exilar-se, e só voltou com a anistia, depois de 1979.

Sr. Presidente, esta homenagem que hoje esta Casa fez ao nosso querido e inesquecível jornalista Márcio Moreira Alves, todos podem ter certeza absoluta de que o fizemos de coração e sentimento, com muita alma, porque o trabalho desse jornalista, para mim, é uma linha de atuação para todos nós.

Eu disse, Sr. Presidente, e quero repetir, que tenho certeza de que o Márcio vai estar lá em cima com outros jornalistas que aprendi a respeitar ao longo de suas caminhadas. Vou citar aqui os gaúchos, mas com certeza poderia citar jornalistas de todo o Brasil, e claro que não cito todos os gaúchos.

Cito aqui o meu grande amigo Amir Domingues; Paulo Solano; Bira Valdez Lauro Hagmann, Dilamar Machado, Lúpi Martins, Luiz Pilla Vares, Cândido Norberto, Daniel Herz, e tantos outros, Sr. Presidente, que,

claro, eu não teria espaço para ficar no tempo que me comprometi com V. Ex^a homenagear. Mas, com certeza, a imprensa brasileira cumpre um papel fundamental, e gostaria muito que não só os jornalistas, mas também nós, homens públicos, pautássemos a nossa atuação espelhados em homens e mulheres que dão a sua vida, não somente como profissionais, mas como militantes das causas da liberdade, da justiça, da igualdade e da justiça social.

Vida longa a você, Márcio Moreira Alves. Com certeza as tuas idéias ficarão sempre e sempre aqui por este plenário do Senado e da Câmara, onde você transitava com total liberdade, porque esta Casa, embora a ditadura não quisesse, é o símbolo da democracia e ela é sua.

Grande Márcio!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu o convidaria para presidir os trabalhos da Mesa. Como estamos alternando, seria a vez do Senador Flexa Ribeiro, como Líder, mas acaba de chegar o Senador Marcelo Crivella, que estava na frente de V. Ex^a. V. Ex^a, no entanto, permanece no meu coração.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a deseja também se inscrever?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu estou inscrito. Eu me inscrevi no livro, faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas não se inscreveu aqui. De qualquer forma, registro aqui.

Tem a palavra o Senador Crivella, que representa o PRB, partido do Vice-Presidente da República, que, para satisfação nossa e com as nossas preces a Deus, está recuperado.

V. Ex^a tem a palavra como Líder.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que atualmente dirige os trabalhos, Senador Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, Senador Flexa Ribeiro, eu serei breve.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, é discutir um pouco a nossa Medida Provisória nº 459, uma medida provisória da maior importância para o povo brasileiro. É uma medida provisória que traz a possibilidade de financiamento de R\$35 bilhões à disposição dos Municípios para contratação de obras para famílias de baixa renda.

Sr. Presidente, desde o primeiro ano do meu mandato, tenho insistido muito para que o Governo tivesse um programa de habitação à altura ou na escala das nossas necessidades. Desde a extinção do

BNH, passaram-se anos, e a iniciativa privada não tem mostrado interesse na construção de habitações para famílias de baixa renda, porque é mais lucrativa a classe média.

De tal maneira, Sr. Presidente, que se acumulou um déficit imenso, e isso se materializou em muitas comunidades carentes, muitas favelas nos grandes Municípios brasileiros, sobretudo nas regiões metropolitanas.

Agora eu pergunto, Senador Mozarildo: num país que tem cimento, pedra, areia, aço; que tem polo petroquímico, que nos fornece tintas, vernizes, plásticos, borrachas; que tem uma produção imensa de alumínio, grande parcela dessa produção exportada; um país que tem imensos espaços geográficos vazios e uma mão de obra abundante e desempregada, esperando ser treinada e utilizada, por que razão, a essa altura do nosso desenvolvimento, o nosso povo, Senador Garibaldi, ainda mora em favelas?! Qual a razão disso? Qual a justificativa para isso? Meu Deus, nos falta tijolo, nos falta madeira, nos faltam janelas, portas? Não. O que nos falta é vontade política para realizar o programa que, agora, essa medida provisória vem consagrar.

Agora, Sr. Presidente, é preciso reparar algumas graves faltas.

Hoje, graças à reforma previdenciária que fizemos no primeiro ano do Governo Lula, o brasileiro se aposenta aos 65 anos de idade. Aquele que trabalha na construção civil como pedreiro, carpinteiro, servente, ele, aos 65 anos de idade, terá imensas dificuldades, ou até antes, aos 50, 55 anos, para transportar um saco de cimento, porque hoje um saco de cimento, que é sangue na construção civil, pesa 50 quilos.

E por que as embalagens no Brasil são tão pesadas? Porque a nossa legislação trabalhista é de 1940 e obriga o trabalhador brasileiro a carregar, individualmente, 60 quilos, o que é muito, sobretudo na nova realidade da nossa Previdência Social.

E eu pergunto aos senhores: por que não diminuir o peso das embalagens no Brasil, seguindo o que já se adota em outros países?

Ô Senador Paim, um servente de obra, que se aposenta aos 65 anos de idade, carregando saco de cimento, terá condições de viver o resto de sua vida tranquilamente? Não! Porque ele terá problemas na coluna, no pescoço, na sua complexidade, no seu corpo físico, normalmente franzino, até porque sabemos que as condições de trabalho no Brasil não são favoráveis.

Então, eu apresentei uma emenda, Sr. Presidente Paim, para que, neste programa, a indústria da construção civil se limite aos pesos adotados pela Organização Internacional do Trabalho, 30 kg, para que

ninguém fique estrupiado, carregando peso demais. Trata-se de um projeto em que V. Ex^a me ajudou, pois foi Relator do projeto, cinco anos atrás na Comissão de Assuntos Sociais, mas que hoje tramita na Câmara dos Deputados. Aliás, não tramita, dormita, porque as coisas, na Câmara dos Deputados, depois que saem daqui, acabam não tendo a receptividade que nós desejamos.

Então, Senador Paulo Paim, fiz uma emenda e espero que o Relator, na Câmara, a acate, para que, nesse amplo e redentor programa de habitação que o Governo implementa para famílias de baixa renda, os pesos dos sacos de cimento se limitem ao máximo de 30 kg, assim como os demais agregados, os sacos de cal, de gesso ou seja lá o que for, que se adequem à legislação internacional.

Peço aqui, em nome do trabalhador brasileiro; peço em nome daqueles que hoje se aposentam aos 65 anos de idade e já não suportam mais carregar tamanho peso. Mas peço também em nome dos meninos e meninas que começam sua vida profissional na construção civil, sempre como serventes, e que param ao lado de um caminhão, onde dois rapazolas, lá de cima, vão colocar-lhes um saco sobre a cabeça, onde vai haver uma camiseta enrolada como uma cobra; e ele vai se equilibrando em um solo muitas vezes irregular, já que estão em uma construção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Já vou terminar, Sr. Presidente.

Para, depois, despejar isso no almojarifado, que normalmente é mantido no fundo da obra para evitar roubo.

Então, Sr. Presidente Paim, fica aqui o apelo que faço ao Relator da Medida Provisória nº 459, pedindo para que leve em consideração os argumentos que apresentei e possa fazer justiça ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa ou ao Senador Alvaro Dias. Ficaram de combinar quem fala agora.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Alvaro Dias fala pela ordem e eu, logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, falará o Senador Alvaro Dias, por entendimento feito com o Senador Mão Santa. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há escândalos que não podem ser ignorados. De uns tempos para cá, a Petrobras vem preocupando, de forma significativa, a todos os brasileiros de bem, que querem a correção na administração pública do País.

São tantos os escândalos que nos sentimos empurrados para o debate de uma eventual CPI a ser instalada na Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, me permita: V. Exª não fala pela ordem. O Senador Mão Santa concordou, e V. Exª tem direito a dez minutos. Eu que me enganei. Em seguida, é o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Obrigado.

Começo, Sr. Presidente, pelo episódio que ganhou destaque com a Operação Castelo de Areia: o superfaturamento na construção da refinaria da Petrobras em Pernambuco, um superfaturamento de bilhões de reais. Como podemos ignorar fato de tal gravidade? É evidente que não podemos ignorar.

Não bastasse esse escândalo, outros se sucedem.

Ainda hoje, a **Folha de S.Paulo** aborda a questão do preço do gás praticado no nosso País e revela que há uma espécie de caixa-preta da política de preços; caixa-preta de 40% do total do preço final do gás. Há suspeita de que a política do gás financiará o PAC a partir do 2009. O Ministério Público Federal já inicia investigações em São Paulo.

Não bastasse esse escândalo, no fim de semana, a revista **Época** traz matéria sob o título: “Um presente de R\$ 178 milhões”. E com o subtítulo: “Uma operação para saldar supostas dívidas da União com usineiros levanta suspeita contra um deputado petista, o ministro [...] e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo”.

A jornalista Isabel Clemente inicia o seu relato dizendo:

No dia 22 de dezembro de 2008, quando a maioria dos brasileiros arrumava os enfeites da árvore de Natal, um exclusivo grupo de lobistas e empresários já começava a abrir seu presente – uma bolada de R\$ 178 milhões, retirados do bolso do contribuinte numa operação que mobilizou um deputado [...]; um ministro [e ocupantes de cargo de confiança na estatal brasileira].

Como vamos ignorar uma denúncia dessa dimensão, desse alcance? Sr. Presidente, R\$178 milhões desviados dos cofres públicos não nos autorizam a ficar inertes diante desse fato. Mas não são apenas esses os escândalos. Existem outros.

Em meados de 2007, a Polícia Federal prendeu treze pessoas na Operação Águas Profundas – e esse fato é comentado por Diogo Mainard na revista **Veja** desta semana. Elas eram acusadas de fraudar e superfaturar contratos com a Petrobras. Durante as investigações, os agentes da polícia fazendária do Rio de Janeiro descobriram outro esquema fraudulento, envolvendo empresas de consultoria, prefeituras e ANP. Segundo a denúncia, tratava-se de um esquema de desvio de dinheiro, de royalties do petróleo. A Polícia Federal abriu nova investigação batizada de Operação Royalties.

Nos primeiros meses de 2008, o delegado responsável pela Operação Royalties preparou o seu relatório sobre o resultado de suas investigações. Portanto, Operação Águas Profundas e Operação Royalties. Há relatórios que, certamente, se vieram ao conhecimento da opinião pública, provocarão estorrecimento. Neste caso, suspeita-se de um esquema de desvio de R\$1,3 bilhão da Petrobras. Como podemos ficar calados diante de denúncias dessa natureza? Não há aqui a pretensão de julgar quem quer que seja, muito menos de condenar. O que há aqui é a pretensão de se cumprir o dever.

É evidente que assuntos dessa natureza causam constrangimentos de toda sorte. A nós, Senadores, sobretudo, constrangimentos causam porque estamos sob os holofotes de denúncias contra a administração da Casa. É natural que percamos um pouco da nossa autoridade para investigar e denunciar, mas temos o dever, mesmo sob o manto do constrangimento, de revelar fatos que possam estar sob a eiva da suspeição na administração pública do País. Temos o dever de colocar o mal à luz para que ele possa ser devidamente investigado, combatido e condenado. Nesse caso, não vejo como não pensar em CPI, em comissão parlamentar de inquérito.

Veja que o que se escreve é que há suspeita de um desvio de R\$1,3 bilhão da Petrobras, que, segundo consta, o desvio seria revelado nesse inquérito realizado pela Polícia Federal, denominado Operação Royalties.

Eu já fui mais entusiasta de CPI, confesso. Houve um tempo em que, no Congresso Nacional, CPI alcançava seus objetivos de forma completa, absoluta. Nós poderíamos citar várias CPIs que alcançaram o seu desiderato. Ultimamente, no entanto, nós conhecemos de perto a eficiente Operação Abafa CPI. O Governo

tem feito valer o seu poder e, com quadros majoritários, tanto na Câmara quanto no Senado, manipula as comissões parlamentares de inquérito e impedem que elas concluam com eficiência.

No entanto, Sr. Presidente Paulo Paim, de qualquer forma uma CPI traz resultados positivos, porque ela confere transparência a fatos subterrâneos. Episódios que permanecem na escuridão dos bastidores governamentais, nos subterrâneos da política nacional, acabam vindo à luz graças à parceria que se estabelece sempre entre imprensa e comissão parlamentar de inquérito.

Por isso, mesmo que o relatório final não seja conclusivo e eficiente, no decorrer dos trabalhos da CPI já há a produção de resultados. Aqueles que se envolveram em corrupção jamais serão os mesmos depois de uma CPI e, eventualmente, aqueles que nada fizeram de errado são plenamente absolvidos e reabilitados diante da opinião pública no que diz respeito ao seu conceito, à sua imagem, porque uma CPI não é capaz de descobrir o que não existe.

Sr. Presidente, vou concluir no meu tempo, respeitando o Senador Mão Santa que vai falar em seguida, para dizer que o nosso Partido vai debater esse assunto. O PSDB não tem ainda a decisão de instalar uma CPI da Petrobras. Mas vai debater esse assunto e, certamente, concluirá por uma ação objetiva de investigação, através de CPI – quem sabe! – ou adotando outros instrumentos para investigar. O que não podemos é nos omitir. A convivência seria lastimável. Ela não ocorrerá no seio do nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como houve a permuta, pela ordem, o Senador Alvaro Dias era o nono e o Senador Mão Santa, o oitavo; houve a inversão.

Então, com a palavra o Senador Mão Santa, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro, como Líder, e, depois, a Senadora Marina Silva.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de segunda-feira, na história do Brasil, nunca o Senado funcionou nas segundas-feiras. Então, esta é a nossa cara: a do trabalho, a da responsabilidade. Nunca também houve melhores pessoas, de mais virtudes, do que os Senadores que vivem aqui. Aliás, neste País, só há democracia por nossa causa. Se não fosse este Senado da República, já estaríamos igual a Cuba ou à Venezuela. Todos cederam. Aqui, está a resistência. O Brigadeiro Eduardo Gomes, líder da democracia, que derrubou a primeira ditadura de Vargas, disse que o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância.

Somos nós que fazemos essa vigilância, pela alternância do poder.

Eu queria dizer o seguinte: *"To be or not to be? That's the question"*. Foi o que disse Shakespeare. Sou oposição aqui, no Governo Federal e no meu Piauí, é claro – não podemos ter duas caras, aqui e lá –, mas o faço por convicção.

Hoje, é difícil, é muito difícil haver imprensa livre. Isso é muito difícil. A imprensa deveria ser livre, mas o poder econômico a acachaça. Mas, no Piauí, graças a Deus, há imprensa livre. Ô Mozarildo, o dono deste jornal tem dinheiro como o quê. Ele é empresário, vive na China. O filho dele toma conta das suas empresas, e ele é livre. Isso é bom para a democracia. Um jornal vale pela verdade que diz. Mozarildo, olhe o que diz a manchete do *Diário do Povo do Piauí*: "Sem estradas, safra de soja corre o risco de apodrecer". Quer dizer, é só mídia, é só propaganda, é só mentira! Olhe o que diz o jornal:

Pelo menos, 200 mil toneladas de grãos de soja, milho e outros produtos podem apodrecer no campo, por causa da falta de escoamento da produção. O problema é mais grave na Serra das Guaribas, na região de Santa Filomena. As condições de tráfego da BR-235 são precárias. Os produtores reclamam da falta de apoio do Governo, com a realização de obras de infraestrutura.

Vamos, no jornal, para o que diz Zózimo Tavares, jornalista da Academia de Letras piauiense, que é de uma credibilidade extraordinária. Penso que é o jornalista mais acreditado do Brasil. Essa não seria a primeira vez que o Piauí teria isso. Nós somos é do Piauí. Na ditadura, tivemos o jornalista mais acreditado. Esses jornalistas, se quiserem crescer e serem acreditados, têm de estudar Carlos Castello Branco, o Castelinho, que, em momento de truculência, foi o único a ter a coragem de trazer os sentimentos de liberdade do povo brasileiro. Daí por que ainda existe a Coluna do Castello.

E, aqui, há esse Zózimo Tavares, que, talvez, seja o melhor jornalista do Brasil, pela sua intelectualidade, pela sua postura. Olha o que diz o Zózimo, orgulho nosso, Heráclito! Está ali o Heráclito. É pena não estar aqui o João Vicente, mas ele tem esse mesmo consorte. Então, o que diz Zózimo Tavares? A verdade. E este Governo – Goebbels dizia que uma mentira repetida se torna verdade – é o Governo que mais mente e rouba. Ainda não matou, como em São Paulo, ô Senador Garibaldi. O PT, do Piauí, ainda não matou. Diz Zózimo Tavares:

Soja encalha nos cerrados.

Em cerca de 70 mil hectares plantados com soja, milho, arroz e algodão, na Serra das Guaribas, na re-

gião de Santa Filomena, o escoamento da safra está ameaçado. Os agricultores estão no limite do desespero causado pelas precárias condições de tráfego da BR-235, entre Santa Filomena e Gilbués, no sul do Piauí. Cerca de 200 mil toneladas de grãos podem apodrecer no campo sem condições para o escoamento.

O Prefeito de Santa Filomena, Esdras Avelino Filho (PTB) [do Partido do Senador João Vicente], um dos pioneiros na produção de grãos na região, lamenta a falta de apoio governamental em projetos de melhoria da infraestrutura, principalmente estradas. Hoje, o gargalo para o desenvolvimento da região de Santa Filomena é a BR-235, que liga Santa Filomena a Gilbués. A estrada [está ali o Professor Doca Lustosa; ele é de lá e vem confirmar] é um atoleiro só. Com esta situação, os prejuízos para o agronegócio nos cerrados são incalculáveis. Eles vão desde o encalhe, perdas e avaria da produção até os danos com a manutenção de veículos, passando pelos gastos extras com combustíveis.

Em função da interminável problemática, um grupo significativo de produtores se reuniu na última quinta-feira, na Fazenda Nova, de propriedade do mineiro Fábio Pereira Júnior [foi para lá, de Minas Gerais], para discutir a situação e procurar soluções práticas. No momento, a única saída viável é a recuperação imediata de pelo menos 70 quilômetros da BR-235, no trecho compreendido entre a Fazenda Jatobá e a cidade de Santa Filomena. De acordo com o Prefeito Esdras Avelino Filho, não há justificativa para o fato de o Governo do Estado não dispor de R\$198 mil [ô Mozarildo, olhe a vergonha: são R\$198 mil que este Governo de aloprados não libera para consertar a estrada pela qual escoa a soja] para reaver as condições mínimas de trafegabilidade de uma rodovia tão importante para o Piauí.

Eles querem que, pelo menos, os trechos mais cruciais sejam recuperados, Garibaldi. Pediram R\$198 mil. E este Governo de aloprados está lá. Essa é uma desgraça no Piauí. Está aqui:

“O Governo arrecada mensalmente do ramo do agronegócio mais de R\$400 mil somente no Município de Santa Filomena. Infelizmente, esse dinheiro não está retornando à origem em forma de benefícios à população, como, por exemplo, na manutenção da nossa principal estrada”, criticou. Mas a insatisfação não se restringe ao Prefeito de Santa Filomena. Todos os agricultores presentes foram unânimes em afirmar que o Governo deu as costas para a região. (Com informações de José Bonifácio, do GP1, e de Erivaldo Barbosa, do Cidadeverde.com)

Esse Erivaldo Barbosa é o melhor radialista, é repórter de televisão, é um sujeito de caráter.

E olhem aqui a estrada, a buraqueira, na fotografia.

Então, era isso. Por isso, somos Oposição. É um Governo de mentira, de corrupção! Só está bem na mídia. A verdade está aqui. Está aqui o jornal, com a coluna de Zózimo Tavares, com o retrato da estrada, com os agricultores pedindo R\$198 mil para tapar os buracos, para transitar ali. A BR-235, que liga Santa Filomena a Gilbués, virou um atoleiro só. O artigo é de responsabilidade de Zózimo Tavares; de Erivaldo Barbosa, do Cidadeverde.com; e de José Bonifácio, do GP1. Não sou eu, que sou Oposição a este Governo, que digo isso, não. É como Boris Casoy dizia: isso é uma vergonha!

Então, eu lembraria ao nosso Presidente Luiz Inácio – talvez, ele não tenha conhecimento dos aloprados que estão lá, mentindo para ele: Luiz Inácio, Pedro II viajou muito pouco; viajou duas vezes para a Europa. Ô, Suplicy, Pedro II viajou só duas. Em uma dessas vezes, ele escreveu uma carta que serve para o Luiz Inácio se orientar neste Governo. Pedro II escreveu: “Isabel, minha filha, lembre-se de que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Luiz Inácio, este País não precisa ir para fora para aprender: Washington Luís, Presidente, disse que governar é fazer estradas; e Juscelino, pai de Brasília, do otimismo, disse “energia e transporte”.

Então, é isso, Luiz Inácio, o que queremos fazer, e temos esperança. Ernest Hemingway, em seu livro *O Velho e o Mar*, disse que a maior estupidez é perder a esperança. Então, não vamos perder a esperança. Temos esperança de que o Presidente se sensibilize e recupere a estrada da produção, a Transcerrado, que está levando os agricultores que trabalham ao desespero.

Essas são essas as nossas palavras, pedindo – está no Livro de Deus “pedi e dar-se-vos-á” – apoio ao Governo de Luiz Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidado o Senador Mão Santa a assumir a Presidência dos trabalhos.

Como Líder, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, falará a Senadora Marina Silva e, na sequência, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará. Além de sua função pública, o Senador é um empresário que soube, com seu trabalho e com sua inteligência, enriquecer o Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Srª Senadora, Srs. Senadores, chequei há pouco da cidade de Marabá, no meu Estado do Pará. Cheguei lá hoje às 6 horas e 30 minutos e, à tarde, vim para Brasília.

Ontem, foi comemorado o aniversário de fundação desse grande Município, que tem uma importância fundamental no desenvolvimento do Estado do Pará. É, sem sombra de dúvida, um Município que tem o privilégio de ser atendido por modais ferroviários, rodoviários, aeroviário e, brevemente, também hidroviário. É um Município com grande desenvolvimento, grande riqueza mineral, projetos importantes na área mineral e metalúrgica, e comemorou ontem 96 anos de sua criação.

Irei encaminhar à Mesa um voto de aplauso àquele povo marabaense, tão querido, e o faço, Senador Mão Santa, pedindo o registro nos Anais desse requerimento. Solicito também que o voto de aplauso seja encaminhado ao Prefeito Maurino Magalhães, do PR, e à Câmara de Vereadores de Marabá, em nome de todos os Vereadores daquele Município.

Estive em Marabá para participar de uma reunião da Subcomissão de Intermediação dos Conflitos Agrários no Brasil – não é específica para o Pará, mas para todo o nosso País –, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Hoje, ocorreu a primeira reunião, Senador Mozarildo, em Marabá.

Recebi o convite do Presidente da Subcomissão, Deputado Wandenolk Gonçalves; do Relator, Deputado Moreira Mendes; e do Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará, Sr. Carlos Xavier.

Não poderia deixar de estar naquele importante encontro, em que essa Subcomissão iria discutir meios para intermediar os conflitos agrários, que, no meu Estado do Pará, são de intensidade, eu diria, insustentável.

Estiveram presentes também a esse encontro a Senadora Kátia Abreu, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, os Deputados Federais Ronaldo Caiado, Giovanni Queiroz, Asdrubal Bentes, Zequinha do Basa, os três últimos, Deputados Federais pelo Estado do Pará, e todos eles membros da Comissão de Agricultura da Câmara; os Deputados Estaduais João Salame e a Deputada Suleima Pegado; os Vereadores Miguelito e Nagib, da Câmara de Vereadores de Marabá, vários prefeitos, milhares de produtores rurais. O encontro reuniu todo o segmento do agronegócio do sul e do sudeste do Estado do Pará.

O pronunciamento que tive oportunidade de fazer no encontro, hoje pela manhã, vou fazer agora

aqui, pela TV Senado e pela Rádio Senado, pedindo desculpas ao povo do Pará que nos assiste, porque, Senador Garibaldi Alves, a Governadora Ana Júlia e quase todo o seu secretariado se encontrava em Marabá desde a sexta-feira....

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Governadora não tinha compromissos hoje que a impedissem de comparecer à reunião, mas, lamentavelmente, ela não se fez presente, nem representada, frustrando sobremaneira aqueles parlamentares, não só os do Estado do Pará, que se deslocaram para lá, mas especialmente aqueles de outros Estados, que foram ajudar o Pará a resolver os lamentáveis conflitos agrários.

Existem no Pará mais de 890 projetos de assentamentos – vou repetir, para ser exato, existem no Pará 893 projetos de assentamentos. E eu vou dar números, Brasil, eu vou dar números, Pará, para que vejam se é possível, Senador Mozarildo, não haver um controle desse programa. Não somos contra a reforma agrária; pelo contrário, somos a favor da reforma agrária, mas dentro da lei e de critérios técnicos. Não podemos aceitar que queiram fazer reforma agrária “na marra”, como pretendem fazer esses movimentos marginais. Temos mais de mil áreas invadidas no Estado do Pará. Dessas mais de mil áreas, mais de cem já têm mandado de reintegração de posse expedidos pela Justiça, que não são executados pelo Governo do Estado.

Ora, é de lamentar, porque isso só leva a conflitos que essa Subcomissão pretende mediar. O Pará tem 40% dos assentamentos do País. Só para se ter uma idéia, Senador Mão Santa, nas três Superintendências do Incra no Estado do Pará – e o Pará é o único Estado a ter três Superintendências do Incra – estão disponibilizados para reforma agrária 18.555.171 hectares...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nesses 18 milhões de hectares disponibilizados para reforma agrária, poderiam estar assentadas 257.882 famílias. E foram assentadas tão-somente 187.251 famílias. Dessas, estima-se que apenas 30% delas sejam as originalmente assentadas. Outras já renegociaram seu lote, onde já foram reassentadas outras famílias, o que leva a um descontrole total do programa promovido pelo MDA e pelo Incra.

Essa área, Senador Heráclito Fortes, de 18 milhões de hectares representa, só para que possamos ter um meio de aferir o seu tamanho, a somatória das áreas dos Estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe e Distrito Federal. Esses seis Estados, somados, possuem 19 milhões de hectares. E, no Pará, temos 18,5 milhões de

hectares de área destinada à reforma agrária. Nesses seis Estados, habitam 27 milhões de brasileiros. Mas nada disso seria condenável se a reforma agrária estivesse sendo feita de forma correta, de forma pacífica, dentro de critérios técnicos, dentro da legalidade.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas, o que se vê, Presidente Mão Santa, lamentavelmente, é que os movimentos marginais anunciam, para este mês corrente, o mês de abril, o chamado “abril vermelho”, em que trazem, de fora do Estado do Pará, milhares de pessoas, usadas como massa humana – muitas delas, a maioria delas, sem ter nenhuma ligação com a área rural –, e colocam essas pessoas às margens das estradas para que possam fazer a invasão das fazendas, das áreas e, a partir daí, receber benefícios do Governo Federal, que montam a valores aproximados, na sua...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... totalidade, a R\$50 mil.

Recebido esse dinheiro, sem terem apoio técnico, sem terem sementes, sem terem como escoar a produção, abandonam suas áreas e vão invadir outras regiões do nosso Estado.

É preciso que se faça, como pretende fazer essa Subcomissão, um levantamento dessa situação, que não pode perdurar no Brasil, muito menos em nosso Estado do Pará.

Amanhã, haverá uma entrevista coletiva, dada pela Associação Paraense de Jornalismo...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... para anunciar o caos instalado na questão fundiária no Estado do Pará.

Lamentamos, mas continuamos a defender a reforma agrária. É necessário, sim, que se dê terra àqueles que não a possuem, que se dê acesso à terra àqueles que têm por vocação a agricultura, ao pequeno agricultor, ao agricultor familiar. E, aí, os números que aqui foram colocados e que foram postos na reunião em Marabá pelo Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará, Sr. Carlos Xavier, demonstram que não é necessário haver nem mais uma invasão no Estado do Pará...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... desde que haja interesse, desde que haja responsabilidade do MDA e do Incra em assentarem, nessas áreas já destinadas aos projetos, essas pessoas que buscam

um espaço para poderem, com dignidade – não da forma como são jogadas nos assentamentos, mas com dignidade –, sustentar suas famílias.

Trago aqui – e vou retornar brevemente à tribuna para continuar esse mesmo assunto – a relação dos 893 projetos de assentamentos instalados no Pará, a maioria deles, tanto...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... na região do sul do Pará, quanto na região do nordeste do Pará e na região do oeste do Pará, como eu disse, a maioria deles sem a menor condição de dignidade para aqueles brasileiros que lá estão assentados.

É preciso – e vamos cobrar isto – que se faça, por essa Comissão ou pelo Congresso Nacional, uma fiscalização profunda no MDA e no Incra para que possamos ter a reforma agrária que todos almejamos. Que ela seja pacífica, que ela seja dentro da lei e que seja dentro de critérios técnicos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, denunciando as mazelas administrativas no seu Estado, convidamos para usar da palavra a oradora inscrita, Senadora Marina Silva. Ela é do Partido dos Trabalhadores do grandioso Estado do Acre, ex-Ministra do Meio Ambiente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer um breve registro de um importante acontecimento que temos aqui, no Município de Luziânia, bem próximo do Distrito Federal, que, no meu entendimento, daqui a alguns anos, vai render frutos dignos para que possamos ressignificar a história política do nosso País, sobretudo, no que concerne à visão de desenvolvimento econômico e social, no que concerne à relação de respeito que se deve ter com a diferença e com os diferentes, que é a III Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

A I Conferência foi realizada em 2003 e contou com grande participação de Estados e Municípios. Foram cerca de 15.452 conferências com a participação de 5.662.692 pessoas em 4.067 Municípios do Brasil.

Eu tive a felicidade de estar à frente do Ministério do Meio Ambiente quando foi instituído o processo das conferências. As conferências, inicialmente, contavam apenas com a participação de pessoas adultas. Quando eu estava lendo o material para dar início ao processo institucional dentro do Ministério do Meio Ambiente, no início da gestão, em 2003, tive a felicidade de ser interpelada pela minha filha mais nova,

caçula, que agora tem 16 anos, que me perguntou o que eu estava lendo, porque estava me absorvendo muito. E, naquela oportunidade, respondi que era o material para estabelecer o ato legal da realização da I Conferência Nacional de Meio Ambiente, que ia tratar os temas referentes à política ambiental brasileira para as três instâncias que compõem a federação: a União, os Estados e os Municípios, sendo que, no caso da União, nós teríamos governabilidade e encaminharíamos as propostas para que os Estados e os Municípios também fizessem os seus processos, na medida em que elas foram realizadas de baixo para cima, nas conferências municipais e estaduais, chegando à conferência nacional.

Naquela oportunidade, minha filha perguntou se haveria uma conferência também para as crianças. Nesse momento, eu fiz uma reflexão interna e muito cabisbaixa respondi que não. E a minha outra filha, Moara, que agora tem 19 anos, imediatamente propôs: por que vocês não fazem uma conferência também para as crianças e os adolescentes?

Eu saí com aquela interrogação e, em uma oportunidade com membros da minha equipe, perguntei se era possível realizarmos junto com a conferência adulta uma conferência infanto-juvenil, mas que fosse um processo inovador, em que os jovens, os adolescentes e as crianças pudessesem, de forma horizontal, debater os temas, escolher os delegados, a partir de um processo nas escolas, chegando aos delegados nacionais, dentro de uma visão que fosse inclusiva e não meramente excludente daqueles que, porventura, não fossem escolhidos delegados.

A equipe levou o termo de referência, elaborou uma proposta, fizemos ajustes na proposta e, em 2003, foi realizada a I Conferência, da qual participaram mais de cinco milhões de jovens e adolescentes. A II Conferência teve a participação de 3,8 milhões de jovens e adolescentes, com a realização dessas conferências em 2.865 Municípios. A III Conferência Nacional do Meio Ambiente aconteceu, Sr. Presidente, em 11.631 escolas de todo o País e teve a participação de 3.723.442 pessoas.

É um processo muito rico, complexo, que conta com o apoio de uma equipe altamente dedicada e competente do Ministério da Educação, que sempre foi um parceiro, desde o início. A gênese desta Conferência ocorreu no Ministério do Meio Ambiente. Realizamos a I Conferência com a governança do Ministério do Meio Ambiente e, em seguida, percebemos que era necessário internalizá-la no Ministério da Educação, para que tivesse a estrutura e a capilaridade necessárias, não se tornassem processos viciosos, simplesmente chamados de assembleia, onde as crianças se digladias-

sem e competissem entre si para virarem delegados na conferência nacional. Teria de ser um processo, de fato, capilar, dentro das escolas, com a participação da comunidade escolar.

E o MEC acolheu, porque já era parceiro na prática, a sugestão e, hoje, internaliza e realiza essa conferência com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, com uma equipe altamente dedicada. Quero aqui cumprimentar, em primeiro lugar, o Ministro Haddad e, em segundo lugar, o secretário responsável pela área que realiza a conferência, juntamente com a sua equipe, sobretudo a Dra Raquel Trajber e sua equipe, formada por pessoas todas muito dedicadas.

Durante esse processo de realização das conferências, tivemos uma distribuição muito interessante da tirada de delegados, segundo os critérios estabelecidos, e a dinâmica, a metodologia democrática, compatível com algo dessa natureza, que envolve jovens, crianças e adolescentes. Foram cerca de 1.050 participantes, sendo 588 delegados das escolas, 27 delegados de escolas indígenas, 27 delegados de escolas quilombolas, 27 delegados de escolas de assentamentos. Os acompanhantes, jovens que fazem parte das Comissões Organizadoras Estaduais, foram 99; os acompanhantes indígenas, 27; acompanhantes de delegados com necessidades especiais, 10; os facilitadores jovens, muitos dos quais já vindos da primeira e da segunda conferências, 81; e, ainda, aqueles chamados de oficineiros, que são as pessoas treinadas para fazer as oficinas nos diferentes grupos de trabalho com os delegados, 20 pessoas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – O tema dessa conferência, Sr. Presidente – obrigada por V. Ex^a acolher, aqui, o meu tempo –, é Mudanças Ambientais Globais, abordadas a partir dos temas Terra, Fogo, Água e Ar.

Na questão da Terra, como lidar com os assuntos referentes à proteção da biodiversidade; como lidar com a defesa da vida referente ao cuidado com os diferentes ecossistemas, e assim por diante.

No tema Fogo, como lidar com a questão da energia, buscando eficiência energética para evitar o desperdício, ao mesmo tempo, trabalhando alternativas de energia limpa, de energia renovável e segura; como não fazermos com que a produção de energia leve...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – ...ao aumento do aquecimento global; e como podemos contribuir para que efeitos indesejáveis do combate às ações que levam à mudança do sistema climático possam ser, cada vez mais, diminuídas nos processos de mitigação.

Em relação ao tema Água, os jovens debateram como cuidar adequadamente dos recursos hídricos, desde o cuidado com as nascentes, com os cursos d'água, de modo geral; como ter uma compreensão adequada das florestas na proteção dos recursos hídricos, das matas ciliares, da reserva legal; como utilizar corretamente a água, mesmo que seja com práticas simples que cada indivíduo, cada cidadão pode fazer.

E, no tema Ar, como evitar que aquilo que são os resíduos da nossa atividade econômica, das nossas práticas produtivas não venham a contaminar o ar que respiramos; daí evitar a queima de combustíveis fósseis, a queima de lixo ou de pneus, do que quer que seja para evitar a poluição do ar.

Estou falando aqui de forma muito simplista, mas eles trataram disso nestes cadernos aqui, Sr. Presidente, muito bem feitos tecnicamente, bem preparados por pessoas altamente comprometidas com o conteúdo, mas também com uma didática adequada para os jovens. Cada tema tem um caderno – Terra, Fogo, Água, Ar –, além de um regimento de como fazer o processo dentro da conferência, toda uma orientação de realização de oficinas; um caderno de reflexão em que os temas sobre a questão das mudanças ambientais globais é tratado de forma muito simples, mas, ao mesmo tempo, altamente sofisticada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marina Silva, quero cumprimentá-la pelo entusiasmo com que, primeiro, quando Ministra do Meio Ambiente, teve essa iniciativa de promover esses encontros infanto-juvenis para que estudantes em todo o Brasil pudessem ser estimulados a refletir sobre os cuidados com o nosso ambiente.

V. Ex^a, aqui, nos fala do último encontro havido, há poucos dias, em Luziânia...

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Está acontecendo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) em que, mais uma vez, coloca esse verdadeiro estímulo para que as crianças e os jovens estejam mais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) e mais conscientes dos cuidados que deveremos ter, seja na questão energética, seja na proteção das águas de nossos rios, mares, das nossas cachoeiras, de tudo o que acontece com as nossas florestas, enfim, a água, o fogo...

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – E o ar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E o ar.

Coisas que fazem com que as crianças e os jovens, assim estimulados, passem até a tomar iniciativa de limpar as águas quando estão sujas, nas nascentes ou onde for, e passem a ter consciência de como cuidar melhor das áreas urbanas e das áreas rurais. Mas, sobretudo, porque eles passam, também, a perguntar e a estimular seus próprios pais e professores, inclusive aqueles pais que são, como nós, membros do Congresso Nacional ou que têm responsabilidades em cada uma das atividades profissionais de quaisquer setores. Estarmos preocupados com o meio ambiente constitui um dever de consciência para termos um Brasil e uma Terra muito melhores. Meus parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Suplicy. Sei que V. Ex^a é um entusiasta desses processos e não tenho dúvidas de que nossos jovens e adolescentes ficam muito felizes por poder contar com o seu apoio.

Além do tema, eles também colocaram um desafio. Qual é o desafio?

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Além do tema proposto – a mudança ambiental global –, eles colocaram um desafio: o enfrentamento da crise ambiental planetária, que se daria por meio de um processo que leve a pesquisar e debater nas escolas as alternativas civilizatórias e as ações que podem levar a mudanças ambientais globais. Isso eles propõem não apenas de uma forma genérica, mas também como isso pode se realizar dentro das escolas, envolvendo a comunidade escolar – pais, alunos, professores, gestores e a comunidade, de um modo geral – na busca da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e permanência do aluno na escola.

Essas conferências, Sr. Presidente, renderam alguns frutos muito importantes, como, por exemplo, o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas no MEC; a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vidas); os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, que eles chamam de CJs; e a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma). Além disso, já participaram, por meio desses mecanismos, sobretudo a Rejuma, da formulação, quando eu ainda era Ministra do Meio Ambiente, em parceria com o MEC e a Secretaria-Geral da Presidência da República, de uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que ainda não foi assinada pelo Ministro Luiz Dulce, mas que temos a expectativa de que seja assinada o quanto antes.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Foi iniciado também um trabalho da Agenda 21 com a juventude, dentro das escolas. Foram feitas duas publicações dedicadas a esse tema.

Já vou concluindo, embora saiba que os que me antecederam tiveram um tempo bastante longo e, talvez por isso, agora, tenhamos de economizar um pouco com os demais Senadores; mas vou tentar o princípio da equidade.

Situação hoje: em relação às Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas: são cerca de quatro mil comissões dentro de escolas em todo o País; a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade é constituída por 600 jovens inscritos; e ainda os CJs, que contam com cerca de 150 Coletivos Jovens espalhados pelo Brasil inteiro. Este é um conjunto de resultados, de frutos que são altamente relevantes.

Esses jovens, com certeza, quando se tornarem empresários, médicos, advogados, políticos, o que quer que sejam em suas vidas, artistas ou pessoas ligadas à espiritualidade, tenho absoluta certeza de que terão essas sementes plantadas, porque eles têm uma elaboração, uma percepção altamente comprometida com a crise que nós estamos vivendo.

Ontem, juntamente com José Eli da Veiga, professor de Economia da USP – Universidade de São Paulo, participamos de um debate com essas crianças e esses adolescentes. Não foi uma palestra. Eles começaram fazendo perguntas sobre como viabilizar meio ambiente com produção agrícola, como utilizar adequadamente os recursos hídricos, quais eram as medidas que poderiam ser levadas a cabo para que pudéssemos evitar o aumento da temperatura do Planeta, tudo isso dentro de uma formulação em concordância, em acordo com a sua idade, com o seu amadurecimento, mas dentro de uma visão – a gente percebe, claramente, que eles sabem do que estão falando – de fazer inveja a muitos que não têm condição de articular meia dúzia de palavras sobre crise ambiental ou a muitos que se omitem e não falam porque não têm nenhum compromisso com essa agenda.

De sorte que eu quero, aqui, parabenizar os organizadores da III Conferência Nacional de Meio Ambiente.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Temos ali, também, a participação, Sr. Presidente, de cerca de 47 observadores internacionais.

Antes de sair do Ministério, trabalhei junto com o MEC para que fizéssemos uma conferência internacional infanto-juvenil, e temos, agora, cerca de 47

observadores internacionais que vão levar, também, a visão, a experiência e todo o desenvolvimento de um processo como esse, metodológico, para seus países, visando à realização dessas conferências e que tenhamos, em 2010, a I Conferência Internacional Infanto-juvenil. Isso é motivo de orgulho e de alegria, porque investir nessas gerações, no meu entendimento, é a possibilidade de continuarmos tendo esperança em relação ao futuro da vida no Planeta.

Eu sempre digo que alguns de nós tivemos de ser convencidos a respeitar...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – SP) – (...) o meio ambiente e a natureza por uma visão, às vezes, utilitarista; mas esses jovens são verdadeiros convertidos, e essa já é a terceira conferência. Nós já temos pessoas que estão participando da conferência adulta. Nós já temos jovens que escolheram seus temas de monografia de graduação e de pós-graduação considerando o que eles vivenciaram, aquilo com que se comprometeram.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que eles...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senadora Marina.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Eu já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador, e vou só fechar esse raciocínio.

Eles, diferentemente do processo vicioso e viado de, muitas vezes, levar pauta de reivindicação para as autoridades, vão entregar ao Presidente da República, para os Ministros e, parece-me, também para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado não uma pauta de reivindicação. Desde a primeira conferência...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – SP) – (...) é assim: eles entregam a sua carta de compromisso, o que eles podem fazer pelo Planeta, e isso é fantástico!

É eticamente constrangedor porque, muitas vezes, tendo poder, tendo ferramentas, poucos se comprometem. Todavia, eles, sem poder, sem ferramentas, entregam ao Presidente da República uma carta de compromisso em relação a energia, recursos hídricos, proteção da biodiversidade, mitigação dos efeitos das ações que levam à mudança do sistema climático.

Fico muito feliz por ter contribuído para dar início a esse processo que tem vida própria. Daqui a alguns anos, a Senadora Marina não será mais, mas tenho absoluta certeza de que a configuração, inclusive do eleitorado brasileiro, haverá de mudar porque mais de

onze milhões de jovens e adolescentes já passaram por essas três conferências.

Quando eu falava isso fora do Brasil, as pessoas ficavam abismadas. Como fazer um processo que envolve cinco milhões de jovens e adolescentes? É isso que fará a diferença; é isso que fará o Brasil fazer jus à potência ambiental que ele é.

Concedo o aparte a V. Ex^a e já vou para os meus agradecimentos, principalmente em respeito à tolerância do nosso Senador Presidente.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Serei rápido, Senadora Marina. Estou fazendo este aparte, primeiro, para parabenizar a reflexão sobre a postura dos jovens na Conferência e do produto, que serve para o debate, para chamar a atenção, apontar caminhos, responsabilidades, enfim. Mas, rapidamente, V. Ex^a merece um pronunciamento longo, dentro da paciência do Senador Mão Santa. Mas eu quero parabenizar V. Ex^a pelo prêmio Sofia, que recebeu da Fundação Sofia na semana passada, na Noruega, pela convicção, pela militância, pelos debates, pela vida dedicada de V. Ex^a em defesa do meio ambiente, das populações do Acre, da nossa Amazônia, da história de lideranças do movimento ecológico aqui no Brasil. V. Ex^a, com esse prêmio, é merecedora desse reconhecimento e orgulha todos nós da Amazônia; orgulha, com certeza, o povo do Acre e o Senado da República. Parabéns pela luta de V. Ex^a, pela dedicação, pela abnegação em defesa de uma causa fundamental para a vida dos povos da Amazônia, para o Brasil e para o Planeta. Muito obrigado.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Senador João Pedro. Quero dizer que recebi de forma muito agradecida a Deus e aos conselheiros da Fundação Sofia esse prêmio. Ele é o reconhecimento de um trabalho feito a muitas mãos: pela minha equipe, pelos parceiros dentro do Governo, pelos parceiros da academia, da sociedade civil, das ONGs, pelos Governos estaduais, aqueles que colaboraram, alguns mais enfaticamente, outros, pontualmente. Mas recebo o prêmio, Senador, como fruto do nosso trabalho em defesa da Amazônia, em defesa do desenvolvimento sustentável. A minha gratidão a Deus se deve ao fato de que esse foi o quarto prêmio internacional pelo trabalho à frente do Ministério do Meio Ambiente. Essa é uma demonstração de que os processos estruturantes iniciados durante a minha gestão, planos de mudanças climáticas, o Plano Amazônia Sustentável, o Plano de Combate ao Desmatamento, a criação de 24 milhões de hectares de unidades de conservação, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, de Combate a Desertificação, enfim, a criação do Serviço Florestal Brasileiro, nem vou citar aqui, é algo muito denso

que rende frutos até hoje. Sempre me senti fazendo saneamento básico, algo que não iria ser visto nem percebido, nem aplaudido durante o tempo em que eu e minha equipe já estávamos no Ministério, mas, sabíamos que iria render os frutos necessários para quem pegasse o bastão para dar continuidade porque esses frutos são para o Brasil.

E a Conferência Infanto-Juvenil ainda se estenderá: começou dia 4 e vai até o dia 7. Eles vão fazer uma caminhada da Esplanada dos Ministérios, do Ministério do Meio Ambiente e MEC, até o local em que serão recebidos pelo Presidente da República. Imagino que todos os Srs. Senadores serão bem-vindos nesta caminhada juntamente com aqueles que já constroem o futuro agora.

Vou passar o horário depois porque ainda não o tenho definitivamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pelo seu acolhimento e pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos a esta brilhante Senadora do Partido dos Trabalhadores, Marina Silva, que tão bem representa o Acre e o Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Garibaldi Alves, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

Garibaldi Alves é Senador do Rio Grande do Norte e, sem dúvida nenhuma, a maior Liderança política do meu Partido, o PMDB. Até sugerir ao Presidente Michel Temer que tivéssemos primárias, como têm os Estados Unidos e que fez surgir Obama. Iríamos lá levantar o nome do nordestino Garibaldi Alves para presidente pelo meu Partido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, que estava inscrito para falar antes de mim, mas cedeu a sua vez, o seu espaço, para que eu aqui falasse.

Na verdade, quero fazer uma comunicação. Amanhã vamos ter mais uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos totalmente dedicada à discussão da redução dos recursos dos Municípios, à queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Portanto, vamos contar com a presença da Confederação Nacional dos Municípios, da Frente dos Municípios e ainda, acredito, de autoridades governamentais.

Essa situação não pode continuar. O Senador Jayme Campos sabe de Municípios que não estão recebendo nenhum recurso do Fundo de Participação, pois a arrecadação caiu. Ao mesmo tempo, há descontos

como o do INSS e o dos Precatórios que fazem com que os Municípios não arrecadem nenhum real.

Ora, no Nordeste e no Norte (eu falo com mais autoridade com relação ao Norte), há Municípios que dependem exclusivamente do Fundo de Participação. São em grande número; chegam a 75%, 80% ou mais os que apresentam essa dependência.

No mês de março, Sr. Presidente, houve uma série de cortes orçamentários que, no fim das contas, reduzirão o FPM dos R\$247 bilhões previstos para R\$225 bilhões em 2009.

Esse é o quadro de uma crise que o Governo está enfrentando com instrumentos como o incentivo fiscal e tributário do Imposto de Renda e, ainda, do IPI, e que deixa os Municípios nessa situação.

Claro que se faz necessário um novo pacto federativo que distribua melhor os recursos e as responsabilidades entre os entes que formam a República: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A efetivação de tal pacto passa, por exemplo, por uma profunda reforma tributária, atualmente tramitando no Congresso.

Por outro lado, a própria Medida Provisória nº 457/09, à qual me referi, é outro espaço no qual vitórias importantes podem ser conquistadas. Embora tenha quadruplicado o prazo para o pagamento das dívidas previdenciárias, isso, como eu já disse, leva, ainda, os Municípios a receberem o FPM zerado ou até mesmo negativo.

Então, todo esse quadro vai ser examinado amanhã, na reunião que vai começar às 10 horas, com a apreciação de alguns projetos, dois ou três projetos, e logo seguir-se-á o debate sobre a questão dos Municípios.

Nós sabemos que o Governo está preocupado com a situação, pelo menos é o que diz o Presidente Lula, ou o que disse hoje. O Presidente afirmou hoje, em Montes Claros (MG):

[...] que fará uma reunião ainda essa semana para tratar da queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e disse aos prefeitos que será preciso “apertar o cinto”.

“Todos vamos ter que apertar o cinto, mas nenhum de nós vai morrer na seca como os municípios já morreram durante tanto tempo”, disse ao discursar [...], em Montes Claros (MG).

Lula explicou que a queda no repasse do FPM é um reflexo da queda na arrecadação geral provocada pela crise financeira internacional e fez uma comparação [ele que gosta de comparações, Senador Mão Santa]. “Se uma mãe coloca feijão no fogo para cinco pessoas

e chegam dez para comer, todo mundo vai ter que comer metade do que estava previsto”.

Ele lembrou [ainda] que o vice-presidente, José Alencar, e ministros já começaram estudos para amenizar as dificuldades das prefeituras. “Nós temos consciência de que se a prefeitura estiver mal a primeira coisa que vai ocorrer é o corte nos salários, a segunda é piorar a qualidade da educação, a saúde, a terceira é que o prefeito não vai ter dinheiro para fazer obra.”

Portanto, aí está a palavra do Presidente querendo que os prefeitos apertem os cintos. Mas eu acho que o cinto já está bem apertado. Os prefeitos realmente estão em uma situação muito difícil e cabe ao Governo encontrar uma solução para a situação, que, de qualquer maneira, foi provocada pelo Governo. O Governo foi quem resolveu fazer a chamada cortesia com o chapéu alheio. Atirou com a pólvora alheia. E aí está a situação.

Uma coisa é o Governo Federal, com toda a arrecadação de que dispõe; outra coisa são os Municípios, com os recursos que recebem graças ao Fundo de Participação. Não se pode comparar a situação de Davi com a de Golias. Não se pode comparar. Até porque, se Davi foi vitorioso contra Golias, agora, a situação é diferente. Na verdade, os Municípios estão enfrentando uma situação realmente aterradora, que vai exigir que o Governo Federal encontre uma solução, a mais breve, a mais urgente possível.

Nós vamos colaborar. É evidente que não vamos ficar de braços cruzados, Senador Mão Santa, esperando que o Governo tenha essa solução. Nós vamos nos mobilizar. Daí por que convocamos os prefeitos para amanhã virem à Comissão de Assuntos Econômicos. Eles já viriam. Na verdade, eles irão realizar uma assembleia no Auditório Petrônio Portella, mas o desdobramento disso na nossa Comissão foi uma maneira de prestarmos solidariedade aos Municípios em uma hora como esta.

Portanto, agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que é preocupado com essa realidade. Creio que V. Ex^a estará conosco amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Garibaldi Alves, mostrando suas preocupações com a queda do Fundo de Participação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E esta é a Casa dos pais da Pátria. Aí está um ex-Prefeito brilhante, Garibaldi Alves, ex-Governador. E agora, pela ordem, esse extraordinário Líder, Senador

da República, que foi três vezes Prefeito da sua cidade e Governador do Estado. Por isto, o Senado é a Casa dos pais da Pátria: pela experiência.

Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de me associar às palavras do Senador Garibaldi Alves. Realmente, é muito pertinente sua preocupação em relação aos Municípios brasileiros. Praticamente, 60%, 70%, já estão fechando as portas. E nos próximos dias, se o Governo Federal não tomar alguma providência, com certeza, vão fechar mais 20%. Na verdade, 75% dos Municípios brasileiros vivem basicamente da transferência da União, que é o FPM.

Portanto, cumprimento o Senador Garibaldi. E acho que temos um papel fundamental como membros da Comissão de Assuntos Econômicos, pois ajudamos a buscar soluções para os problemas desses Municípios, que hoje estão praticamente falidos. Alguns perderam 46% da sua receita. O senhor imagine um Município que arrecada R\$500 mil perder 46% de sua receita. Praticamente fecha suas portas. E isso é muito ruim para o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna – e pedi a V. Ex^a a palavra pela ordem – é o desejo de fazer um breve comunicado em relação ao jornal *Folha do Estado*, do meu querido Mato Grosso, que, agora, repaginado, volta a circular no Estado. E, por sinal, V. Ex^a, aqui, é homenageado com um artigo intitulado “Mil vezes, Mão Santa!”, de autoria de um articulista político do Estado do Rio de Janeiro, Helder Caldeira, que fala das qualidades, das virtudes de V. Ex^a. Esse jornal é do nosso Estado e se chama **Folha do Estado**.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, neste momento em que o Supremo Tribunal Federal analisa a pertinência da Lei de Imprensa, que, durante muito tempo, serviu para tolher a liberdade e para ameaçar a livre expressão dos profissionais de comunicação do País, cumprimentar o retorno às bancas da capital mato-grossense do jornal **Folha do Estado**, que tem sido um baluarte na luta pelos interesses do povo do meu Estado.

Parabenizo a Diretora Executiva desse periódico, Sr^a Isabela Brandão, que, inspirada nos ideais democráticos de seu falecido marido, Sávio Brandão, vem dirigindo essa empresa com astúcia e coragem. Vale ressaltar que o fundador desse jornal foi covardemente assassinado, há seis anos, quando defendia nossa comunidade, nas páginas da **Folha do Estado**, contra o crime organizado. Gostaria de estender meus cumprimentos à Diretora de Redação, Marisa Batalha, pelo excelente trabalho que desenvolve à frente desse jornal.

Vale ressaltar que um veículo de comunicação irriga o caráter democrático e a consciência aliva de uma comunidade. O retorno da **Folha do Estado** deve ser celebrado como uma vitória da liberdade de imprensa e do sentimento democrático de nossa gente.

No mais, gostaria apenas de parabenizar todos os profissionais dessa empresa, pela eficiência e pela disciplina ética com que conduzem sua tarefa de bem informar nossos cidadãos. Desejo pleno sucesso a todos nesta nova fase da **Folha do Estado**.

Portanto, Sr. Presidente, o jornal **Folha do Estado**, com certeza, é um grande veículo de comunicação do nosso Estado, e não tenho dúvida alguma de que será um grande instrumento na defesa dos interesses do povo mato-grossense.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do meu velho e querido amigo, Deputado por quatro mandatos no meu Estado de Mato Grosso, atualmente conselheiro do Tribunal de Contas, meu irmão, meu amigo, Deputado Humberto Bosaipo, que foi um dos maiores incentivadores para que eu pudesse continuar a minha trajetória política e, sobretudo, alcançar o alto cargo de Governador do meu Estado e, hoje, de Senador da República.

Portanto, aqui, de público, rendo minhas homenagens a esse valoroso homem público do Estado, que, com certeza, hoje, como Conselheiro do Tribunal de Contas, faz um belíssimo trabalho naquele Estado, sobretudo fazendo com que aquela Corte de Contas possa prestar, com eficiência, com transparência, na defesa dos interesses da sociedade, um serviço público de boa qualidade.

Seja bem-vindo a esta Casa, meu caro amigo, meu irmão, Deputado eterno do Mato Grosso, Humberto Bosaipo.

Também registro a presença do ex-Deputado do Estado de Rondônia, nosso companheiro também contemporâneo, Dr. Natanael; do meu querido amigo, eterno Vereador da minha cidade, Gonçalo Almeida, que visita hoje o Senado Federal. Aqui V. Ex^a é bem-vindo, e, acima de tudo, somos gratos pela sua visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Fazemos nossas as palavras de V. Ex^a em homenagem à **Folha do Estado**, que continua na sua luta e na sua grande missão de levar a verdade. Um jornal vale pela verdade, principalmente um jornal como esse, que teve o sacrifício do seu diretor, cuja esposa continua a luta.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vou passar às suas mãos esse exemplar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço-lhe a homenagem. Ao povo do Mato Grosso,

quero dizer que estarei lá a convite de V. Ex^a, numa palestra para prefeitos e vereadores, mas reconhecendo que o maior prefeito que conheci na história do Brasil foi V. Ex^a, que, por três vezes, foi eleito e que aqui está com a força.

Também homenageio o Conselheiro Humberto e os grandes Líderes Natanael e Gonçalo, saudados por V. Ex^a.

Eu tinha anunciado o Senador Heráclito Fortes, mas o Senador Valdir Raupp chegou com o documento de Líder do PMDB. Estamos aqui cambiando, mas, em seguida, o Piauí e o Brasil vão ouvir o bravo Senador Heráclito Fortes.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp, que chegou com o documento de Líder do PMDB, substituindo o Senador Renan Calheiros.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, da mesma forma, quero dar as boas-vindas, agradecendo-lhes a presença, ao Dr. Humberto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e também ao Conselheiro Natanael, ex-Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, Rondônia. Sejam bem-vindos!

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Governo Federal anunciou, no início da semana passada, a desoneração fiscal de vários produtos. Foi prorrogada, por três meses, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e caminhões. Diminui-se de 3% para 0% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para motocicletas. Só lamento, Sr. Presidente, que o veículo mais popular do Brasil, que é a bicicleta, não tenha entrado nessa desoneração. Esse setor vem sofrendo muitas dificuldades nos últimos tempos. Então, lamento que a velha bicicleta, a velha ou nova, que ainda é muito usada no Brasil, não tenha sido desonerada nessa cadeia de produtos que tiveram os incentivos.

Diversos itens da construção civil, como cimento, tintas e vernizes, tiveram suspensa a cobrança de IPI, e a alíquota do Imposto de Renda (IR) de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, de fabricantes de papel e celulose e de materiais escolares, também foi reduzida.

No cimento, Sr. Presidente, quero ficar de olho, porque acredito que não vá chegar ao consumidor essa redução de IPI. O setor do cimento sempre foi muito privilegiado em nosso País; é um setor que cresceu muito. E entendo que, se não for repassada para a ponta, para o consumidor, essa redução do IPI do cimento, que vai custar mais de R\$300 milhões, inclusive para os Municípios e para os Estados, que não vão rece-

ber sua quota-parte e que já estão sacrificados, não se justificará essa redução, a não ser que ela chegue, repito, à ponta, ao consumidor.

É um conjunto de ações, Sr. Presidente, digno dos mais entusiasmados aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou pedir permissão para interrompê-lo, para prorrogar por mais uma hora a sessão.

Este é o Senado da República. Nunca antes na história do Brasil, o Senado abria às segundas-feiras. Só estes Senadores fizeram isso, na história dos 183 anos do Senado. Esta sessão foi iniciada às 14 horas. Por aqui, passaram todos esses pais da Pátria, que trouxeram as denúncias e as sugestões mais importantes ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É um conjunto de ações, Sr. Presidente, digno dos mais entusiasmados aplausos, na medida em que dá resposta à crise econômica e em que beneficia diretamente amplos segmentos da população brasileira.

Mas gostaria, hoje, de chamar a atenção para outro setor, que está a exigir, igualmente, a adoção de corajosas medidas de desoneração fiscal. Falo, Sr^as e Srs. Senadores, do setor de alimentos, seguramente o mais essencial, seguramente aquele que mais tem a ver com a qualidade de vida de nossa população.

No Brasil, o peso dos tributos no preço dos alimentos é perversamente alto. Por alimentos *in natura*, como carnes, frutas e legumes, pagam-se impostos e contribuições sociais que acabam representando, em média, 12% do preço final ao consumidor. No caso do arroz, é ainda pior, pois a carga tributária chega a 15%; no caso do feijão, a carga tributária chega a 12%; e, no do leite, a 11%. E o mais grave, Sr. Presidente, é que essa tributação sobre os alimentos no Brasil se mostra fortemente regressiva, porque penaliza, com muito mais rigor, com muito mais inclemência, as camadas mais pobres da população. Nesse sentido, basta ver que, no caso das famílias com renda mensal superior a R\$32 mil, os tributos incidentes sobre a alimentação representam apenas 0,9% de seus dispêndios totais. Enquanto isso, as famílias mais pobres, aquelas com renda mensal inferior a R\$1 mil, gastam 3,1% de tudo que ganham somente para pagar os impostos e as contribuições sociais incidentes sobre os alimentos.

Essa é uma brutal injustiça, ainda mais se levarmos em conta a sincera preocupação com a equidade social, o que tem caracterizado o Governo do Presidente Lula. É uma injustiça que não se vê, por exemplo, nos países da Europa ou nos Estados Unidos. Nos dez maiores países da Europa, Sr^as e Srs. Senadores, a alíquota média dos impostos sobre a venda de alimen-

tos fica na faixa dos 5%. No Reino Unido – vejam só! –, a alíquota é de 0%, variando nos demais países de 4% a 7%. Nos Estados Unidos, a média das alíquotas praticadas em cada uma das Unidades da Federação é de 0,7%. E há mais: em 34 dos 50 Estados americanos, simplesmente não se cobram tributos sobre os alimentos; a tributação é de 0%.

Por isso, Sr. Presidente, também no Brasil, há de se fazer alguma coisa, há de se tirar das costas dos cidadãos, especialmente dos mais necessitados, o peso dessa escorchanter tributação.

Sei, todos nós sabemos, que grande parte da carga tributária que incide sobre os alimentos – mais exatamente 43,6% – é representada pelo ICMS e que os Estados precisam dessa arrecadação para fazer frente a compromissos inadiáveis. Mas, nem por isso, os Estados podem diminuir um pouco desses impostos. Tenho a certeza de que os Estados, em conjunto com a Federação, poderão diminuir o custo dos alimentos no nosso País.

Também não podemos esquecer, Sr.ºs e Srs. Senadores, que o ICMS, por incidir sobre o consumo, acaba não distinguindo as classes sociais e, exatamente por isso, acaba provocando aquele efeito regressivo de que falei há pouco, com os pobres sendo mais penalizados que os ricos.

Então, que se estudem medidas compensatórias, para que os Estados não sejam obrigados a pagar a maior parte da conta, mas que se dê aos pobres deste País o direito de pagar preços mais acessíveis por esse bem tão precioso, que é o alimento nosso de cada dia!

Sr. Presidente, o Senador Garibaldi abordou um assunto muito interessante, que, amanhã, vai ser abordado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e do Presidente da Frente Municipalista, o ex-Prefeito do Recife, João Paulo, que vai estar presente também na CAE, para tratar do assunto do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A situação está ficando muito complicada. Se continuar do jeito que está, 70% das prefeituras estarão, ao final do ano, com as folhas atrasadas, sem pagar o décimo terceiro salário, com dificuldade de prestação de serviços sociais aos municípios.

Ainda hoje, vi na imprensa que o Governo estuda criar um fundo de R\$300 milhões. É muito pouco! Aprovamos, no ano passado, um incremento de R\$1 bilhão no FPM, e isso não foi suficiente, porque, só no primeiro trimestre deste ano, a crise já corroeu R\$1,7 bilhão do FPM. Então, o incremento que foi dado no

ano passado, de R\$1 bilhão, já foi para o espaço, porque, só no primeiro trimestre, a crise já corroeu R\$1,7 bilhão. Se continuar essa tendência – e espero que não continue –, haverá mais de R\$4 bilhões de buraco no FPM das prefeituras.

Vamos torcer para que a crise seja debelada agora, a partir do segundo trimestre, e para que o Brasil volte a crescer no terceiro e quarto trimestres, para que essa situação não se complique cada vez mais.

Então, faz-se urgente essa medida do Governo, não com R\$300 milhões. Trezentos milhões de reais é muito pouco para tapar esse buraco.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após denúncia do nosso Senador Valdir Raupp, que já foi o Líder do PMDB no momento em que o partido mais cresceu neste País – ele liderou aqui no Senado –, que adverte o Governo Federal sobre os impostos, que estão exaurindo o povo brasileiro e causando dificuldades para os prefeitos, convidamos para usar da palavra o Senador, do Piauí, Heráclito Fortes. S. Ex^a representa o DEM, e é o 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado, à qual me orgulho também de pertencer. O Senador Heráclito Fortes tem dado grande contribuição para a moralização e a austeridade do Senado da República e de todos os outros Poderes do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, V. Ex^a, Senador Mão Santa, abordou, no seu pronunciamento nesta tarde, matéria do **Diário do Povo** sobre a situação calamitosa das estradas do Piauí, principalmente aquelas que deveriam servir para o escoamento da nossa produção agrícola.

O Piauí pede para crescer, mas o Governo atrapalha. As estradas recuperadas são recuperadas de maneira irresponsável. São os asfaltos chamados “alka-seltzer”, que não resistem à primeira chuva.

Em alerta feito pelo jornalista Zózimo Tavares, a perda é de 200 mil toneladas. As informações que me chegam são de que, se providências urgentes não forem tomadas, esse número tende a dobrar.

Mas, Senador Mão Santa, se estivesse nesta tribuna o ex-Deputado e jornalista Dioclécio Dantas, certamente diria que o que estamos vivendo é uma lástima.

Jornais de sábado, que circulam de maneira livre no Piauí, mostraram um fato grave: “Tribunal de Contas da União suspende obras no Centro de Convenções de Teresina por indícios de irregularidades”. Aquele centro de convenções, construído na administração Dirceu Arcoverde e que passa por uma reforma... Vejam

bem, é uma reforma! E o edital já teve de ser cancelado pelo Tribunal de Contas da União por corrupção, Sr. Presidente. É um absurdo!

O Governador já está lá encalacrado por problemas iguais. O gestor do Banco do Estado do Piauí está respondendo também no TCU por problemas administrativos. E, agora, vem aqui esta notícia de mais um fato escandaloso no nosso querido Piauí.

Não é possível, Sr. Presidente, que esses fatos ocorram de maneira sistemática. Aliás, V. Ex^a se lembra que, há três anos, o Governador disse que esse centro de convenções não prestava mais e que iria fazer no Piauí o melhor da América Latina. Para tanto, contratou um arquiteto da família Ohtake para fazer um projeto mirabolante. Ninguém sabe mais onde está esse projeto e o Governador faz uma meia-sola no existente.

O Piauí agora vive de meia-sola. No aeroporto de Teresina, ele promete fazer uma meia-sola na casa de passageiros, trazendo um projeto que não serviu para Macapá, capital do Amapá. No Centro de Convenções, ele promove uma meia-sola, e agora as obras estão suspensas por irregularidades graves, segundo matéria publicada na imprensa do Piauí.

Senador Mão Santa, eu queria saber de V. Ex^a: a empresa que ganhou esse certame chama-se Econ Eletricidade e Construções. V. Ex^a conhece essa empresa? Sabe que empresa é essa? Nós conhecemos, mais ou menos, as empresas do Piauí, as empresas de construção que têm tradição no Piauí. Parece que essa chegou lá de paraquedas. Essa história precisa ser apurada. Esses fatos precisam de investigação.

Mas o Piauí é só tristeza.

A revista **Veja** de hoje, na página 68, traz uma matéria muito interessante, cujo título é “Nos Trilhos do Avanço”, escrita por Benedito Sverberi – desculpe-me se não estou pronunciando corretamente, mas a Taquigrafia depois pode se socorrer aqui. Então, mostra o índice de desenvolvimento do Estado exatamente do ano de 2001 a 2007 e diz: “Na lanterninha aparece o Piauí, que teve avanço modesto nos sete anos abrangidos pelo estudo – de 2001 a 2007 –, período para o qual existem todos os dados necessários à análise”.

É uma análise muito bem feita e aqui traz o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico. O Piauí é o lanterninha, Sr. Presidente.

Na renda mensal *per capita*, o Piauí está entre os três últimos. De que o Governador pode se orgulhar por estar há sete anos à frente do Governo do Piauí?

Sr. Presidente, as promessas... E S. Ex^a não entende que o tempo está acabando e ele não pode mais viver de enganar o povo! No Piauí, transformou-se o dia 1º de abril, que é uma data festejada como o dia da mentira, em um 1º de abril de 365 dias ao

ano. É inaceitável isso! S. Ex^a chega das viagens que faz anunciando contratos, anunciando milhões, e, na realidade, tudo não passa de falácia, de potoca. O Governador do Piauí vive de contar potoca. Não tem absolutamente nada, as estradas estão por acabar, as cinco hidrelétricas...

Senador Mão Santa, V. Ex^a assistiu aqui... Era Tiago o nome daquele cidadão que se submeteu aqui à sabatina da Antaq. Não existem cinco hidrelétricas em projeto e em construção; existe apenas em sonho, é uma quimera. Como também a questão do Porto de Luís Correia. S. Ex^a vem ao Senado da República e diz que não só o Porto será inaugurado, como vai elevar o calado para 14 ou 17 metros. Não tem noção do que esteja dizendo, não sabe S. Ex^a o que representa de gasto, de custo, uma escavação desse porte, nem o tempo que gasta. Parece que vive no mundo da lua. Nós estamos com o calado do Porto em 2,5 metros. Eram 4 metros no passado. Foi-se assoreando, assoreando, sem nenhuma providência – ele não tem culpa disso –, e hoje está em 2,5 metros. Se chegássemos a 7,5 metros...

O Senador Suplicy, que é um admirador do litoral piauiense e vai lá para recitar poesias e versos com Auri Lessa, devia ajudar.

Ajudar o seu colega, Senador Suplicy. Agora, ele tem de parar de mentir. Outro dia, ele trouxe ao seu colega de representação, o Líder do partido – e ele não tem culpa disso, vou defender até o Mercadante –, e ele deu uma informação errada aqui no dia em que comemorávamos a Batalha do Jenipapo. Pois bem, botou o Mercadante para dizer que a estrada de Teresina a Luis Correia, asfaltada, foi obra do governo dele. Obra do Governo Alberto Silva, no período da revolução. A construção do Aeroporto de Parnaíba foi feita pelo João Paulo dos Reis Velloso.

Se ele dissesse: estou tentando uma ampliação do aeroporto, vamos lá! Mas, veja bem: anuncia que o Piauí terá dois aeroportos internacionais. Qual é o Estado do Nordeste que tem dois aeroportos internacionais, Senador Suplicy? Quando o Estado tem um na capital, ou numa cidade turisticamente importante, levanta as mãos para o céu. S. Ex^a, contando potoca, anuncia um para São Raimundo Nonato e outro para Parnaíba. Eu torço para que isso aconteça, só que nem sequer dar entrada num projeto, que aí é um organismo internacional que define, S. Ex^a fez. É uma brincadeira, Senador Mão Santa! É uma brincadeira!

Não é má pessoa. Agora, para governar, é um desastre! Participou, nesses sete anos de governo, de algumas campanhas – vamos dizer, três campanhas. Em todas elas, começou obras: estrada, hospitais... Tudo obra inacabada! A quantidade de obras iniciadas

e prometidas por S. Ex^a para angariar simpatia e votos é de merecer uma CPI, uma investigação séria; é de dar cadeia, porque deu início a uma série de obras que estão por ser concluídas.

Aliás, tinha até uma patrulha mecanizada lá, na época da campanha, essas patrulhas para asfalto e para estrada, que era uma patrulha itinerante – acompanhava o Governador. O Governador ia para a cidade tal, a patrulha ia na frente, e ele anunciarava o contrato para o asfalto. Em alguns casos, fazia um quilômetro, dois quilômetros, em obras de 60 quilômetros! É preciso o Governador tomar tento.

Amanhã, eu estou preparado: ele pega uns ventriloquos para falar mal de mim, para me atacar, mas eu não me preocupo com isso, não. Eu tenho a consciência tranquila do que estou dizendo. Se o estiver caluniando, me processe. Abro mão de qualquer imunidade que eu por acaso possa ter. Eu quero é que mostre, eu quero é que mostre essas obras. E esses casos de corrupção... Esse negócio do centro de convenções é brincadeira, Senador Mão Santa!

Senador Mão Santa, o que o Governador fez com os funcionários do Banco do Estado é de uma desumanidade! Porque ele tem origem na área bancária, foi funcionário, é funcionário da Caixa Econômica. Até estão prometendo a ele, Senador Suplicy... Se fosse o Senador Mão Santa, diria: "Atentai bem". Seu colega José Dirceu esteve em Teresina para convencê-lo a não ser candidato a Governador e disse que, se ele ficasse no comando, ele teria várias opções, inclusive ser Presidente da Caixa Econômica Federal. Isso não é aliciamento, não é compra de voto, não é corrupção eleitoral antecipada, não é nada. Veja a que ponto nós chegamos!

Já está prometido ao atual Governador do Piauí que, se ele ficar bonitinho no Governo, porque ele colocou lá uns camburões de seis, como candidato... Camburão de seis, quem joga dominó nas horas vagas sabe o que é: é aquela pedra mais difícil de passar. Para passar um camburão de seis é preciso sorte e habilidade. Pois ele tem lá um camburão de seis que não sai da pesquisa. São 4%, 5%, 6%. Então, ele tem de ficar até o fim tomando conta dos camburões. Se os camburões ganharem ou não – não sei, no contrato que eles fizeram entre eles, não sei, não quero nem entrar –, o Governador será premiado, e uma das possibilidades é ser Presidente da Caixa Econômica Federal. Evidentemente, se a Dilma ganhar.

É botar o ovo antes da hora, para ser bem explícito e todo mundo entender o que estamos querendo dizer. É uma irresponsabilidade, é uma brincadeira.

Agora, ele está anunciando um encontro, no Piauí, de arte rupestre. Foi a Portugal, com uma grande ca-

ravana, participar desse encontro. Os jornais de maior circulação nas terras portuguesas são **O Público, Correio da Manhã** e **Diário de Notícias**. Tragam-me uma linha desses jornais portugueses sobre a presença do Governador em Portugal para esse evento que eu quero que o Zezinho faça um chá, e vamos tomar o chá dessa notícia, Senador Mão Santa.

É uma brincadeira! É uma brincadeira de mau gosto, difícil de se aceitar. E somos acusados de não gostarmos do Piauí, de sermos inimigos do Piauí, de trabalharmos contra o Piauí, porque alertamos aqui para fatos dessa natureza.

O Senador Alberto Silva, outro dia, fez um artigo muito interessante, até respeitoso para com o Governador, mas abrindo os olhos para algumas possibilidades de investimento no Piauí e falando sobre a Barragem do Castelo. Essa barragem está prontinha há anos, só que está estocada na prateleira de uma empreiteira, com a concorrência já vencida. E o Governador não determina o cancelamento e a entrega a um grupo que realmente queira investir no Estado do Piauí. É uma construção de uma PCH, Senador Suplicy.

Aliás, aconselho a V. Ex^a, quando for ao Piauí – condições de transporte não lhe faltarão –, ir a essa região do Castelo para ver os cânions, a região. É uma região muito bonita. Essa barragem é barata porque já existe uma caixa formada pela natureza, através desses cânions, e, além da energia que irá produzir, nos dará também condições de melhorar e muito a navegabilidade do Rio Poty.

Sr. Presidente, finalizando, quero registrar aqui, com muita alegria, um evento de que participei na sexta-feira, em Teresina, e no qual V. Ex^a, Senador Mão Santa, nos deu a alegria da presença. Foi um encontro do Democratas, cujo objetivo era dar posse ao Deputado Federal José Maia Filho, o Mainha, como Presidente daquele partido. Tivemos a alegria de receber o Prefeito Gilberto Kassab; o Presidente de honra do Partido, Jorge Bornhausen; o Presidente Rodrigo Maia; o Líder Ronaldo Caiado. V. Ex^a se lembra de mais alguns nomes? Ajude-me, porque V. Ex^a, inclusive nos ajudou a receber... O Senador Hugo Napoleão... Aí, estou falando, primeiro, os de fora que chegaram. A Deputada do Tocantins Nilmar Ruiz, o Deputado Paulo Bornhausen. E esse encontro foi altamente construtivo, com presença do Prefeito de Teresina – o Senador Mão Santa já disse – deputados, vereadores e, acima de tudo, a militância.

Eu quero registrar, parabenizando o Deputado José Maia Filho, o Mainha, que foi o organizador do encontro. E dizer que tenho uma convicção de que, sob o seu comando, o partido irá crescer, irá se reencontrar

com seus momentos de glória e, acima de tudo, dará início à preparação para as eleições de 2010.

Eu faço esse registro, Sr. Presidente, aproveitando a paciência de V. Ex^a, do Senador Suplicy e dos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, eu estava refletindo aí com V. Ex^a, com as ações do Tribunal de Contas da União, parando obras. Olha, nós fomos Prefeitos juntos, eu nunca tinha ouvido falar nisso. Depois, eu governei o Estado, e havia muito dinheiro de obras federais. V. Ex^a ajudou, era Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nunca houve uma paralisação de obra por intervenção do Tribunal de Contas da União. Agora, eles são useiros e vezeiros nisso, não é? O Deoclécio dizia é uma lástima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB-PI) – E o Boris Casoy: “é uma vergonha”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem absoluta razão. Espero que o Tribunal de Contas enquadre os responsáveis e permita, o mais rapidamente possível, a retomada dessas obras, porque o Piauí precisa e o Piauí merece. O seu povo não pode pagar o preço da malversação cometida por maus administradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ouvimos o Senador Heráclito Fortes, do Democratas do Piauí, e Secretário deste Senado da República.

Concedo a palavra ao último orador, Senador Eduardo Suplicy. Está no Livro de Deus: “Os últimos serão os primeiros”. Então, V. Ex^a continuará com essa primazia da preferência do povo do Estado de São Paulo, que já o mandou para cá por três vezes, não foi?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pronuncio seu discurso. Sem revisão do orador.) – Três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vinte e quatro anos. Daqui a pouco estará empatando com Rui Barbosa. Rui Barbosa passou 32 anos nesta Casa.

Então, desejo isso. V. Ex^a foi um bom exemplo. V. Ex^a conquistou São Paulo. É preciso que o Brasil saiba. Como vereador, chegou à Presidência da Câmara Municipal e se comportou com austeridade, coisa que hoje falta no Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por curiosidade, V. Ex^a chegou aqui Senador, pela primeira vez, com que idade?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em 1990, tendo em 1941, portanto, tinha 49 anos.

Na verdade, 1991. Eu fui eleito em outubro de 1990. Eram, então, 4 milhões, 201 mil votos e poucos, correspondendo a 30% numa disputa renhida com pessoas que tanto honraram a vida política brasileira, inclusive neste Senado, como o ex-Senador e ex-Governador Franco Montoro, que era meu adversário, assim como o próprio Guilherme Afif Domingos e Ferreira Neto, que foi o segundo. Havia também o Deputado João Falcão. Era uma disputa renhida. Tivemos debates pelos meios de comunicação.

Em 1998, novamente fui eleito, com 6 milhões e 716 mil votos, correspondendo a 43%. O adversário mais forte que tive então foi uma pessoa que muito honrou o esporte brasileiro e ainda o faz: Oscar, campeão mundial de basquetebol. Depois de minha eleição, ele até me escreveu, de forma que muito me honrou, dizendo que ele considerava que eu era muito bom Senador e que ele até ficava contente, de alguma forma, de estar eu representando o povo de São Paulo. Ele continuou a sua atividade como grande jogador de bola ao cesto, campeão pelo Flamengo naqueles anos e ainda servindo à seleção algumas vezes.

Finalmente, em 2006, novamente o Partido dos Trabalhadores me indicou para o Senado. Dessa vez, o principal adversário era o Guilherme Afif Domingos, que teve uma expressiva votação, mas eu obtive 8 milhões 986 mil e poucos votos, correspondendo a 47,8% ou quase 48% dos votos, o que significa dizer que praticamente um em cada dois eleitores do Estado de São Paulo votaram em mim. Espero poder continuar fazendo jus à confiança que o povo de São Paulo tem me distinguido.

Mas hoje, Sr. Presidente, gostaria de relatar a viagem que, acredito, foi bem sucedida, realizada na semana passada, representando o Senado Federal, a convite do Sistema das Nações Unidas, na Guatemala, da ONU, bem como do próprio Governo do Presidente Álvaro Colom Caballeros, da Guatemala.

Nesse encontro, foram discutidas novas estratégias para reduzir a pobreza extrema. Foi um encontro latino-americano, que teve como lema “Reducir a pobreza é um fato e um direito”, encontro do qual participaram representantes do Brasil, da Colômbia, do Chile, do Equador, da Guatemala e do México. O encontro foi aberto pelo Presidente Álvaro Colom Caballeros e também pela Primeira-Dama da Guatemala Sandra Torres de Colom.

Presidente Mão Santa, tive a honra de ter sido considerado o orador principal, além do Presidente, pois fui designado para expor a evolução dos programas de transferência de renda no Brasil e a perspectiva da renda básica de cidadania, logo após o Presidente Álvaro Colom Caballeros. Na ocasião, disse a ele o quão

importante é o programa. A Venezuela, inclusive, tem-se utilizado muito do aprendizado que seu governo teve aqui no Brasil, pois preciso salientar que a equipe do Presidente Colom, e ele próprio, estiveram no Brasil e muito interagiram com o Ministério do Desenvolvimento Social, aprenderam com o Governo do Presidente Lula, com o Ministro Patrus Ananias sobre o programa e lá desenvolveram um programa semelhante, ainda em estágio introdutório, de pouco mais de um ano. O referido programa corresponde ao Programa Minha Família, ao Programa Bolsa-Família, aqui no Brasil, e vem tendo um efeito bastante positivo sobre a diminuição da pobreza absoluta na Guatemala, país de 13 milhões de habitantes, em que 39% da população infantil ainda sofre de desnutrição séria. Então, a Guatemala tem um longo caminho a andar.

Quero dizer que tive a honra não apenas falar logo após o Presidente Colom, mas, além disso, de ter sido convidado, eu e outros conferencistas, para um jantar na residência oficial, no palácio presidencial, ocasião em que o Presidente Álvaro Colom distinguiu-me com um comentário.

Eu havia salientado em minha palestra o fato de ele ter sido escolhido pelos maias, ainda que não seja ele de origem maia... V. Ex^a sabe o quanto os maias, na cultura guatemalteca são importantes. Ali estão as ruínas da cultura maia, em lugares considerados belíssimos. Ainda não tive oportunidade de visitá-los porque ficam um pouco distante da capital, mas todas as pessoas que lá estiveram recomendam muito a visita às ruínas da Guatemala, dos maias, da cultura maia.

Pois bem, tendo em vista que o Presidente Álvaro Colom se constitui num grande especialista e estudioso da cultura maia, tão solidário tem sido para com os índios maias, que eles, há dez anos, proclamaram-no como um sacerdote maia.

À noite, quando o Presidente me encontrou, disse que eu tinha alguma característica *nahuas*. Eu perguntei ao meu colega de mesa o que aquilo significava e ele disse que teria a ver com o zodíaco maia. Então, fui ao Presidente e perguntei a ele o que ele queria dizer. E ele disse que havia estudado na internet a minha origem, o meu nascimento e que havia observado que eu tinha muita afinidade, pelo zodíaco maia, com ele próprio e com a sua senhora. E disse também que eu havia tocado especialmente a ele com a minha fala sobre a perspectiva da renda básica de cidadania. Inclusive, ele me deu um livro denominado *Polpo Vuh*, cuja tradução foi feita pelo Frei Francisco Ximénez, que fala dos maias ontem e hoje, com uma dedicatória muito especial e que me honrou muito, Presidente Mão Santa, quando ele escreveu: "Eduardo, pocas veces escuchan las voces como la tuya. El corazón del Cielo

(Dios Maya) estará siempre contigo. Colom. Presidente Álvaro Colom Caballeros".

Foi uma dedicatória que muito me honrou.

Quero dizer também que o Presidente Colom, da Guatemala, tem sido muito amigo, em especial, do Brasil e do próprio Presidente Lula, dele se constituindo um admirador.

O Presidente Colom visitou o Brasil...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...após a sua posse e teve diversos diálogos com o Presidente Lula, que, inclusive, esteve na posse do Presidente Colom, da Guatemala. Na interação de ambos, disse-me o Presidente Colom que o Presidente Lula fez algumas observações e recomendações, as quais me parecem muito interessantes.

Primeiro, que os primeiros anos de governo seriam muito difíceis. Segundo, que os pobres, normalmente, pedem aquilo de que necessitam; que os ricos pedem tudo; que ele deveria sempre apoiar aqueles que produzem; e que nunca deveria perder a fé.

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São as recomendações do Presidente Lula ao Presidente Colom.

Também quero muito agradecer, Sr. Presidente, o carinho e a hospitalidade que o Embaixador Luiz Antônio Fachini Gomes e sua esposa Sônia deram a mim, com toda a sua equipe.

Quero dizer que os representantes tanto do Pnud como da ONU e de todos os países avaliaram como muito importante que o Brasil tenha a perspectiva de instituir uma renda básica de cidadania.

Quero também informar que está avançando bem a coordenação do XIII Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, que se realizará nos dias 1º e 2 de julho de 2010, com a abertura a ser feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vou dar uma boa nova, Presidente Mão Santa. Peço a V. Ex^a que me dê três minutos que, acredito, serão necessários para completar esta informação, que me foi enviada pelos diretores da ReCivitas, Instituto pela revitalização da Cidadania, Bruna Augusto Pereira e Marcus Vinícius Brancaglione dos Santos, a respeito de uma experiência inédita no Brasil.

Quatinga Velho faz história no País.

Um pequeno bairro de Mogi das Cruzes entra para a história como o primeiro local onde a Renda Básica de Cidadania foi implementada. Trata-se da iniciativa de 2 membros da Oscip ReCivitas, Bruna Augusto Pereira e Marcus Vinícius Brancaglione dos

Santos que iniciaram essa experiência pioneira com o dinheiro do próprio bolso!

“Tomamos esta decisão, pois percebemos que gastávamos muito dinheiro na impressão de papéis, telefone, gasolina para ir às reuniões e convencer pessoas e empresas de que a Renda Básica de Cidadania dá certo, é um passo positivo para a sociedade e que nós confiamos no brasileiro” – diz Marcus Vinícius.

“Iniciamos com 27 pessoas o benefício de R\$30 cada, ou seja, R\$810 no total. Este era o quanto gastávamos para as reuniões... E hoje esse dinheiro está muito bem aplicado, é crédito para as pessoas!” – diz Bruna Augusto, Presidente da Oscip.

A renda básica será paga por um ano. Além de Bruna e Marcus, existem outras pessoas entusiastas da Renda Básica de Cidadania, que contribuem mensalmente para o crescimento e a expansão do projeto.

“Temos contribuintes mensais de todo o Brasil e agora são bem mais que os R\$810 iniciais! Assim, pudemos aumentar o número de beneficiários para 42, e sei que este mês irá chegar a quase 50. Isso vamos ver na próxima reunião do conselho dos moradores”, acrescenta Marcus, pois “o conselho dos moradores toma a decisão das pessoas que vão entrar, pois eles sabem quem é e quem não é morador de Quatinga Velho, que é a única condição para receber a Renda Básica de Cidadania. Também é um momento onde eles se unem e discutem sobre o que fazer com esse dinheiro a mais, surgem idéias e as pessoas colaboram entre si”.

“Temos ótimos resultados do bom uso do dinheiro. Por ser um direito incondicional, as pessoas fazem o que bem entendem. E o que vimos em Quatinga Velho foram reformas de casas, crianças mais gordinhas por melhor alimentação, quitação de dívida, poupança para filhos e netos e até mudança para um emprego melhor, pois agora a pessoa tem dinheiro para o transporte”, diz Bruna.

A Renda Básica de Cidadania é o direito incondicional de todo cidadão a partilhar da riqueza da Nação e ter o mínimo para sua subsistência. A Lei nº 10.835, de 2004, ainda não foi aplicada no País, e Quatinga Velho pode parecer um pequeno bairro, mas a força do exemplo dessa ação, com certeza, é um gigante que despertará em outras pessoas

e localidades. É o exercício da cidadania, a busca por seus direitos.

Quem quiser saber mais, pode escrever para recivitas@recivitas.org.br. Assim, esse exemplo entusiástico de Bruna e Marcus vão se espalhando por Santo Antônio do Pinhal, Paranapiacaba, Vila de Santo André.

Sr. Presidente, ao encerrar, gostaria de assinalar a presença, na tribuna de honra do Senado, de Fábio H. O. da Costa, presidente da ANEInfra, a Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura. Ele veio dialogar conosco, Senadores, a respeito da medida provisória que define a carreira desses analistas e o cargo isolado, pois desejam ter uma perspectiva para bem desempenhar as suas atribuições ligadas à área de infraestrutura. Hoje esses analistas servem a oito diferentes ministérios.

Eles gostariam de ter a atenção do Executivo e do Legislativo, de Senadores e Deputados Federais, para bem analisarmos a carreira que está por ser definida por lei.

Então, convido o Senador Mão Santa para, posteriormente, receber esses ilustres membros da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, que tem uma santa paciência para ouvir todos nós Senadores, por mais diversos que sejam os temas que trazemos para o Senado Federal, desde o Piauí passando por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, do Acre até o Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Atentamente, ouvimos o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que tem grande entusiasmo pela renda básica de cidadania. Entretanto, S. Ex^a ainda não me convenceu. Sou muito mais o Apóstolo Paulo, que diz que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Sou muito mais Deus, que diz: “Come-rás o pão com o suor do rosto”. E dos humanos, sou muito mais o Professor Yunus, com seu programa do Banco do Povo, em Bangladesh, que ensina o povo a trabalhar, a produzir e a crescer. Algum dia, pode ser que eu transfira meu título e fique entusiasmado pelo eleitorado de S. Ex^a.

Queríamos dar as boas-vindas ao Fábio Costa e a toda a comissão de analistas da infraestrutura. Estamos aqui e acreditamos naqueles que trabalham. No meu entender, o trabalho é que faz a riqueza, e, com o estudo, é que se busca a sabedoria. Diz o Livro de Deus que a sabedoria vale mais do que o ouro e a prata.

Então, essas são minhas convicções, que, infelizmente, não coincidem com as suas. Mas eu as res-

peito, porque V. Ex^a é um homem cheio de virtudes e tem minha admiração, porque foi o presidente da Câmara Municipal que ganhou a aclamação do povo pela austeridade. Esse é o exemplo que seu Partido deve ter quando governa o Brasil.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a autorizaria que eu expusesse, em três minutos, um argumento importante, especialmente para V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Penso que já debatemos isso por três anos, tirando os seis anos que estamos aqui, e V. Ex^a não me convenceu, mas a esperança não deve faltar. Ernest Hemingway disse que a maior estupidez é perder a esperança. Não quero tirar a esperança de V. Ex^a de me convencer.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, nos países desenvolvidos, hoje, há muitos programas de transferência de renda, inclusive nos mais desenvolvidos, como nos Estados Unidos e no Reino Unido. Por exemplo, nos Estados Unidos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Discordo. Bill Clinton é um economista. A tese do Professor Yunus chegou a Hillary Clinton.

E ela a levou ao professor Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos. Ele, num país capitalista, onde há esses bancos, não quis encampar, mas deu ordem para que ela irradiasse na pobreza o programa do Professor Yunus, o Banco Econômico, que, V. Ex^a sabe, porque já debatemos sobre isso, é o banco do povo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a não permitiu que eu terminasse a frase, a reflexão. V. Ex^a falou que discorda de um fato que existe. Como é que V. Ex^a discorda daquilo que eu estou procurando lhe informar?

O que eu quis lhe dizer é que, nos Estados Unidos hoje, há inúmeros programas de transferência de renda. Desde os anos 30, havia o Assistance For Family with Dependent Children, que, em 1996, pelo Bill Clinton, foi substituído pelo Temporary Assistance for Needy Families. Existe o seguro-desemprego, existe o programa de cupons de alimentação...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Seguro-desemprego, que beleza!

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – E, desde 1975, existe o crédito fiscal por remuneração recebida, que significa um Imposto de Renda negativo, Earned Income Tax Credit.

Um trabalhador nos Estados Unidos, por exemplo, se recebe aproximadamente o salário mínimo e faz 10 mil dólares por ano – agora é um pouco mais –, tem direito a um crédito fiscal da ordem de 40% do que recebe, que resulta da contribuição de toda

a sociedade norte-americana. Ele recebe quatro mil dólares a mais, e sua remuneração passa para 14 mil dólares. Isso significa que a sociedade, como um todo, complementa a remuneração do trabalhador, fazendo com que ele tenha uma...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ... melhor remuneração, sinta-se melhor, esteja mais produtivo para a empresa, e quem contribui para isso é a própria sociedade.

O Primeiro-Ministro Tony Blair, quando percebeu que isso estava, inclusive, contribuindo para diminuir a taxa de desemprego, tornando a economia norte-americana mais competitiva, criou o Families Tax Credit, que ali, no Reino Unido, complementa em 50% a remuneração do trabalhador que ganha 800 libras esterlinas, passando a ganhar, com mais 400, somando 1.200.

Mas há um sistema de transferência de renda que é ainda mais eficaz, igualmente pago a todos, incondicionalmente, a não ser pela exigência que se faz de ter que estar morando ali há um ano ou mais. É o Estado do Alasca, onde, há 26 anos, paga-se essa taxa. No ano passado, pagou-se 2.609 dólares a todas as pessoas ali residentes há um ano ou mais. Isto fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Karl Marx costumava dizer que a maior arma do capitalismo é a fome do trabalhador. Se um trabalhador não tem, no Piauí, por exemplo, alternativa senão de se sujeitar à primeira e única alternativa de trabalho que o fazendeiro ou um patrão lhe oferece, ele não tem outra coisa a fazer para conseguir o seu sustento senão trabalhar naquela atividade.

Se, entretanto, houvesse uma renda básica de cidadania, esse trabalhador poderia dizer não a essa única oferta e dizer: “Olha, eu vou aguardar uma nova oferta e, durante esse tempo...”

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – “E, durante esse período, vou até procurar uma formação profissional, vou estudar e me preparar até que consiga um trabalho que esteja de acordo com a minha vocação, que esteja de acordo com a minha propensão”.

Por essa razão, o Filósofo Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvard, onde dá aulas junto com Amartya Sen, diz que a renda básica de cidadania tem por principal característica elevar o grau de liberdade e de dignidade de todos os seres humanos na sociedade.

Não vou abusar mais, mas queria hoje dar mais alguns elementos para persuadir V. Ex^a. Se V. Ex^a está

com São Paulo, sabe muito bem que, na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, ele disse: "Toda aquela pessoa" ...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

"Toda aquela pessoa que teve uma safra abundante não tenha demais; toda aquela pessoa que teve uma safra pequena não tenha de menos". Foi Dom Luciano Mendes de Almeida, saudoso defensor dos direitos humanos e da democracia, Presidente da CNBB, que, nessa qualidade, certo dia disse a mim: "Eduardo, para defender a sua proposta, você não precisa citar o Karl Marx, porque ela é muito melhor defendida pelo próprio São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios".

E eu, desde que li aquela epístola, fiquei mais entusiasta de São Paulo.

Se V. Ex^a quiser saber o que pensa Jesus Cristo, pode ler a parábola de Jesus sobre o senhor da vinha, quando ele disse para aquele trabalhador que lhe perguntou "Mas como assim? O senhor está me pagando igual ao último que aqui chegou? Eu trabalhei mais do que ele!": "Ora, você não percebe que estou lhe pagando exatamente o que ambos"...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

"Você não percebe que estou lhe pagando exatamente o que ambos combinamos como justo e que o último que aqui chegou também deve ter direito de receber o necessário para sua sobrevivência?".

Portanto, a proposta da renda básica de cidadania, prezado Senador Mão Santa, está plenamente de acordo com os ensinamentos de Jesus, de São Paulo ao Coríntios, está de acordo com os atos dos apóstolos, que resolveram se solidarizar e juntar todos os seus bens, viverem em solidariedade, de tal maneira a prover a cada um de acordo com as suas necessidades. Está de acordo também com aquilo que está no Livro de Exôdios, no Livro dos Provérbios, de Davi, de Deuterônômio e com a palavra mais citada no Antigo Testamento, *tzedaka*, que significa justiça social, justiça na sociedade.

Com o tempo, antes de terminarmos o nosso mandato comum, eu tenho a certeza de que V. Ex^a ainda, no diálogo comigo, vai se tornar um entusiasta da renda básica de cidadania e colaborará para que, inclusive, o Governador Wellington Dias, o Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a e todos, no Piauí, venham a fazer da Parnaíba, sua cidade, e de todas as cidades do Piauí exemplos pioneiros da renda básica de cidadania. Eu tenho a convicção de que isso ainda vai ocorrer, e nós vamos comemorar isto juntos. E, quando acontecer, estaremos cantando juntos a respeito das canções para que signifiquem a realização...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

... da justiça e para, daí, nós termos um Brasil com paz efetiva, de acordo, portanto, com o que nos diz a Campanha da CNBB por fraternidade e segurança: A Paz é Fruto da Justiça.

Muito obrigado pela oportunidade de nosso diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sei que um quadro vale por dez mil palavras. Deus colocou seu filho predileto na casa de um trabalhador, de um operário, para que ele visse o valor do trabalho. E Rui Barbosa, que está ali em cima, disse: "A primazia é do trabalho e do trabalhador". O trabalho veio antes. E Voltaire, um Senador como nós, que fez a Revolução Francesa, disse que o trabalho afasta, pelo menos, três males: o tédio, a preguiça e a pobreza.

Então, vamos ensinar o povo do Brasil a estudar e a trabalhar. Foi com esse espaço que cheguei aqui e que sou Senador da República, acreditando em Deus, no estudo e no trabalho. É esse o ensinamento que tenho de dar ao povo do Brasil. E, por isso, ainda não me senti atraído pela liderança de V. Ex^a e do PT, que aí está.

Vamos encerrar esta sessão.

Agradeço, sobretudo, ao jornal **Folha do Estado**, ao jornalista Elder Caldeira, que é articulista político do Rio de Janeiro. Agradeço ao Senador Jayme Campos, por me trazer o jornal **Folha do Estado**, uma beleza de jornal, que traz o artigo "Mil Vezes Santa Santa". Ele diz: "Salve Mão Santa, uma vida pautada pela retidão de princípios e dedicada aos piauienses e a todo o Brasil". Agradeço-lhe pela bandeira do Brasil, que ele coloca no jornal **Folha do Estado**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a História ensina lições. Os arquivos do passado estão repletos de ensinamentos que poderíamos utilizar para evitar que erros se repitam, que medidas ineficazes ou prejudiciais sejam postas em prática. Mas a memória da humanidade, infelizmente, é curta. Nossa tendência é esquecer eventos traumáticos, relegá-los a livros e ensaios acadêmicos, aos quais raramente recorremos em busca da experiência que nos resguardaria do equívoco cometido mais de uma vez.

O mundo está diante de uma crise de graves proporções, que se aprofunda a cada dia. Ela já transpõe a fronteira do sistema financeiro e chegou à economia real, da China ao Brasil, passando pela Europa e Estados Unidos. O desemprego cresce à medida que o comércio internacional encolhe. A OIT, Organização Internacional do Trabalho, prevê que, em todo o mundo, 50 milhões de pessoas poderão perder seus empregos este ano.

Mais forte no setor industrial, a crise está chegando ao setor de serviços, com o crescimento do desemprego. Os bancos, reagindo com exagero, restringiram demais suas linhas de crédito e elevaram as taxas de juros às alturas, fazendo desaparecer praticamente todas as fontes que garantiam a expansão econômica, no Brasil e em outros países.

A economia mundial, segundo estimativa do FMI, o Fundo Monetário Internacional, deve crescer meio por cento em 2009. É o pior resultado desde que acabou a Segunda Guerra Mundial, no século passado. Não é uma situação que possa ser superada a curto prazo: calcula-se que, pelo menos até 2012, estacionaremos no patamar de 2 e meio por cento ao ano.

Existe uma piada entre economistas a respeito da diferença entre recessão e depressão: recessão é quando o vizinho perde o emprego, depressão é quando você perde o seu. Na verdade, a depressão nada mais é que uma recessão prolongada e em grande escala. São cada vez maiores os indícios de que estamos embarcando em uma depressão comparável à da terceira década do século passado.

A História ensina que precisamos levá-la a sério. É bom lembrar que ela fez o índice de desemprego, nos Estados Unidos, crescer de 3 por cento, antes da quebra do mercado de ações, em 1929, para 25 por cento em 1933. Também neste período, o Produto Interno Bruto norte-americano caiu quase pela metade, de 103 bilhões e 800 milhões de dólares para 55 bilhões e 700 milhões.

Os efeitos não se limitaram aos Estados Unidos, é claro. O mundo inteiro sofreu as consequências, inclusive o Brasil. Basta recordar o impacto da Grande Depressão, como ficou conhecida, sobre nossas exportações, que caíram de 445 milhões de dólares em 1929 para 180 milhões no ano seguinte. Então responsável por 70 por cento das exportações brasileiras, o café teve sua cotação reduzida em quase 90 por cento. Numa tentativa desesperada de elevá-la, o governo mandou queimar milhões de sacas. Uma fogueira gigantesca ardeu nas imediações do porto de Santos, durante 6 meses, em 1931, mas isto de nada

adiantou. Fazendeiros, trabalhadores rurais, banqueiros que tinham emprestado dinheiro aos cafeicultores, todos foram vítimas da catástrofe econômica.

Voltemos aos Estados Unidos. Em 17 de junho de 1930, quando a crise estava quase completando 8 meses, o presidente Herbert Hoover sancionou uma lei que elevou as tarifas sobre produtos importados para níveis recordistas. Em 2 anos, o volume de importações caiu em mais de 40 por cento. A idéia desastrada, concebida por 2 parlamentares do Partido Republicano, pretendia proteger o mercado norte-americano da concorrência estrangeira.

Seu efeito foi aprofundar ainda mais a crise e tornar distante a perspectiva de qualquer solução. O nível de desemprego nos Estados Unidos e na Alemanha chegou a 33 por cento. Países do mundo inteiro recorreram a medidas retaliatórias, impondo tarifas sobre importações, americanas ou não.

Henry Ford, então dono da maior fábrica de automóveis do mundo, passou uma tarde inteira com o presidente Hoover, tentando dissuadi-lo de assinar a lei, que chamou de "estupidez econômica". Não adiantou. A teimosia presidencial, somada à falta de visão dos autores da lei, teve consequências em escala mundial, e fez com que a depressão se prolongasse.

Esta é uma boa lição do passado, provavelmente quase esquecida hoje em dia. Poucas coisas são mais prejudiciais, numa crise econômica, do que recorrer ao protecionismo. Oito décadas atrás, ele se voltou contra quem deveria proteger, num efeito-bumerangue, quase aniquilando a economia norte-americana, e depois estendendo seus efeitos pelo resto do mundo.

Diante da crise que vivemos agora, o governo dos Estados Unidos produziu um pacote de estímulo à economia, aprovado na semana passada pela Câmara dos Representantes, no valor de 819 bilhões de dólares. Nele, uma cláusula estipula que os fundos previstos para o plano de retomada econômica, aplicados em projetos de infraestrutura, não podem ser empregados na compra de ferro e aço estrangeiro. O pior é que o pacote ainda vai passar pelo Senado, que promete incluir nele mais medidas protecionistas.

Não há ainda números disponíveis referentes ao ano passado, mas, em 2007, o Brasil exportou quase 1 bilhão e 300 milhões de dólares em produtos siderúrgicos para os Estados Unidos, o equivalente a 19,6 por cento das vendas externas do setor no período.

Um porta-voz da Casa Branca anunciou a disposição do presidente Barack Obama de rever a cláusula do pacote de estímulo, introduzida por um deputado demo-

crata. Deve fazê-lo com urgência, e também desestimular quaisquer acréscimos protecionistas no Senado.

Tem razão o Presidente Lula ao criticar a decisão do Congresso americano, que qualificou de equívoco. "Se cada país colocar um muro em torno de si e achar que não precisa de mais nada, a crise vai aumentar", disse o presidente. Também está coberto de razão o diretor-geral da OMC, a Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, quando diz que o comércio deve ser parte da solução da crise, por seu efeito multiplicador de renda e de empregos.

O fato é que muitos governos preferem encará-lo como parte do problema, pois Lamy, referindo-se à onda protecionista que ameaça expandir-se, afirmou que há gente "querendo jogar o livre comércio na latrina". Nem o Brasil foi capaz de resistir à tentação de medidas de restrição às importações, adotando um sistema de licenças prévias. Mas teve o bom senso de voltar atrás, reconhecendo que a providência era, segundo palavras do próprio presidente Lula, "um erro fenomenal".

Um fato curioso, citado pelo jornal The New York Times, mostra como o protecionismo pode custar caro aos contribuintes. Na reconstrução da famosa ponte de San Francisco, em 1990, o órgão responsável pela obra obedeceu às regras do Estado da Califórnia, que determinam a utilização de aço americano, a não ser que custe pelo menos 25 por cento a mais que o aço estrangeiro. O vencedor da licitação apresentou uma proposta em que o custo estava 23 por cento acima do estipulado pelos concorrentes de outros países. Devido à grande quantidade de aço utilizada, os californianos acabaram desembolsando 400 milhões de dólares a mais pela obra, só para beneficiar um fabricante de aço nacional.

Herbert Hoover acreditava estar salvando a economia de seu país quando assinou a lei protecionista de 1930. Foi advertido não só por Henry Ford, mas também por um manifesto contrário à medida, assinado por mais de mil economistas. Os avisos foram inúteis. Por isso é bom recorrer aos acontecimentos do passado. Analisando a decisão de Hoover, podemos especular se a Grande Depressão não teria proporções muito menores caso ele tivesse, naquele dia de junho de 1930, guardado a caneta e refletido sobre o que estava prestes a fazer. O filósofo George Santayana já dizia, em 1905, que aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo. Se repetirmos os erros de 1930, estaremos condenados a viver uma tragédia que poderia ter sido evitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão de segunda-feira do Senado da República do Brasil. Nunca antes na história deste País, um Senado se reuniu às segundas-feiras. Só nesta nossa época.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Até este horário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta sessão iniciou-se às 14 horas. Por aqui passaram as mais brilhantes inteligências, os pais da Pátria do Brasil que deram rumos e orientações para os Poderes Executivo e Judiciário. É assim que a democracia funciona: poderes equipotentes, um freando o outro, um orientando o outro.

Esta sessão foi toda coordenada pelo nosso brilhante Secretário Executivo, Dr. João Pedro. Nós estávamos falando do Apóstolo Paulo, quase troco o nome.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2009 (Proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, que altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de

maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873 de 23 de novembro de 1999, e 11.171, de 2 de setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.02.2009)

Prazo final prorrogado: 13.05.2009

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

4

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

5

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 93, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarçisio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Parecer favorável, sob nº 67, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 1, DE 2004 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2004 – CN, que *instui o Prêmio Barbosa Lima Sobrinho de Jornalismo.*

Pareceres favoráveis, nºs 29 e 30, de 2009, das Comissões:

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Flávio Arns; e
- Diretora, Relator: Senador Gerson Camata.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 41, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 2004, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.*

Pareceres sob nºs 31 a 33, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esportes, Relator: Senador Hélio Costa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece;

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Ad hoc Senador José Jorge, favorá-

vel, nos termos do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e

– Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

10

REQUERIMENTO N° 1.574, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.574, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor ao Juiz da Corte Internacional de Justiça, Antônio Augusto Cançado Trindade, pelo lançamento de seu mais novo livro, Evolution du Droit International des Gens, no dia 4 de dezembro de 2008, em Paris.*

Parecer favorável, sob nº 166, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

11

REQUERIMENTO N° 330, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 330, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008; com o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

12

REQUERIMENTO N° 348, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 348, de 2009, do Senador Tasso Jereissati, solicitando a retirada definitiva do Requerimento de Informações nº 71, de 2005, de sua autoria, que requer informações ao Ministro da Fazenda sobre a Medida Provisória nº 226, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e nove, às doze horas e trinta minutos, no Plenário nº 15 - Anexo II - da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 53ª Legislatura - 2007/2011, convocados pelo Deputado Colbert Martins, com o objetivo de instalar o Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, criado por força da Resolução nº 04/99, de 20 de abril de 1999. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Colbert Martins. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia, para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: FILIAÇÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Inicialmente, informou que este Grupo Parlamentar, embora criado em 1999, nunca foi efetivamente instalado, razão pela qual tomou as primeiras iniciativas com este objetivo. Apresentou os Termos de Adesão, em anexo, de 32 Deputados e 07 Senadores, dando as boas vindas aos Parlamentares que a ele aderiram. A seguir, deu conhecimento da Chapa Única inscrita que passou a ser examinada e discutida. Logo, determinou o início da votação. Votaram todos os Parlamentares presentes. Encerrada a votação, o Presidente convidou os Deputados Nelson Meurer - PP/PR e Olavo Calheiros - PMDB/AL para procederem a escrutinação. Constatada a coincidência entre o número de cédulas e o de votantes, foram apurados 16 votos favoráveis à Chapa Única, nenhum voto em branco e nenhum nulo. Processada a apuração, o Presidente declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria do GRUPO para o próximo biênio: Presidentes de Honra: Dep. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados e Sen. José Sarney, Presidente do Senado Federal; Presidente: Dep. Colbert Martins - PMDB/BA; 1º Vice-Presidente: Sen. Inácio Arruda - PCdoB/CE; 2º Vice-Presidente: Dep. Olavo Calheiros - PMDB/AL; 3º Vice-Presidente: Dep. Moacir Micheletto - PMDB/PR; 1º Secretário: Dep. Jackson Barreto - PMDB/SE; 2º Secretário: Sen. Augusto Botelho - PT/RR; 3º Secretário: Dep. Nelson Meurer - PP/PR; 1º Tesoureiro: Dep. Jorge Khoury - DEM/BA; 2º Tesoureiro: Dep. José Rocha - PR/BA. Foram eleitos para o Conselho Deliberativo: a Senadora Serys Slhessarenko - PT/MT e os Deputados Aldo Rebelo - PCdoB/SP, Luiz Couto - PT/PB, Nilson Mourão - PT/AC, Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE, Tadeu Filippelli - PMDB/DF e Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM. A seguir, o Dep. Colbert Martins assume os trabalhos, como Presidente eleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Socialista do Vietnã. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ESTATUTO. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou a Dra. Inubia Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às autoridades devidas sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

Este Estatuto foi aprovado na Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, realizada em 17 de fevereiro de 2009, passando a vigorar nos seguintes termos:

I - DA FINALIDADE, SEDE E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º - O Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, criado pela Resolução nº 04/99, de 20 de abril de 1999, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar.

Parágrafo Único - O Grupo não tem objetivos políticos.

Art. 2º - O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, instituído por tempo indeterminado, funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 3º - O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Socialista do Vietnã, através de visitas parlamentares e da realização de seminários e simpósios; permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares e pesquisas e estudos sobre problemas relacionados com os dois países, no setor econômico, social, tecnológico, científico, ambiental, político e cultural, e sugerir medidas concretas aos demais Poderes; intensificar os laços culturais e lingüísticos.

II - DOS MEMBROS

Art. 4º - O Grupo será composto de membros do Congresso Nacional que lhe derem apoio e adesão e tiverem seu nome homologado pela Comissão Executiva.

§ 1º - Ao filiar-se, o parlamentar aceita os objetivos do Grupo previstos neste Estatuto.

III - DOS ÓRGÃOS

Art. 5º - São órgãos do Grupo: a Assembléia Geral, a Comissão Executiva e o Conselho Deliberativo.

§ 1º - A Assembléia Geral é integrada por todos os parlamentares que subscreverem o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato direutivo.

§ 2º - A Comissão Executiva compõe-se de:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) três Vice-Presidentes;
- d) três Secretários;
- e) dois Tesoureiros.

§ 3º - O Conselho Deliberativo é constituído por sete membros.

§ 4º - No prazo de dois meses, após o início de cada Legislatura, reunir-se-ão os integrantes efetivos do Grupo para eleger, em Assembléia Geral, os membros da Comissão Executiva e do Conselho Deliberativo.

§ 5º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou por, pelo menos, um terço dos membros filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 6º - A Assembléia Geral será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de Minerva.

§ 7º - O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Deliberativo será de dois anos, sendo permitida a reeleição.

§ 8º - Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte ou renunciar a mesma proceder-se-á a escolha de seu sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato da Comissão.

§ 9º - Os Presidentes de Honra serão o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal. Seus mandatos coincidirão com o Parlamentar que estiver presidindo a Mesa das respectivas Casas.

§ 10 - Haverá um Secretário Executivo, designado pelo Presidente.

IV - DA COMPETÊNCIA

Art. 6º - Compete à Assembléia Geral:

- a) eleger a Comissão Executiva e o Conselho Deliberativo;
- b) alterar os Estatutos;
- c) apreciar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas das despesas realizadas pela Comissão Executiva;
- d) aprovar o Orçamento Anual da Receita e da Despesa.

Art. 7º - Compete à Comissão Executiva:

- a) organizar o programa de atividades do Grupo;
- b) constituir delegação;
- c) exame de estudos, pareceres, testes e trabalhos a serem apresentados em conferências nacionais ou internacionais;
- d) propor a alteração dos Estatutos;
- e) propor e homologar a admissão de novos membros;
- f) indicação de observadores parlamentares;
- g) autorização de qualquer despesa ou aprovação de créditos;
- h) concessão ou recebimento de qualquer espécie de doação, de ajuda de custo ou representação;
- i) fixar a contribuição dos membros do Grupo;
- j) comunicar, para fins regimentais, à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, os nomes integrantes de delegações de observadores parlamentares, bem como, de assessores e secretário que devam acompanhar as delegações e representações;
- k) resolver os casos omissos neste Estatuto;
- l) delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- m) fixar a competência do Secretário Executivo.

Art. 8º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) emitir parecer sobre Prestação de Contas da Comissão Executiva;
- b) emitir parecer sobre a Proposta de Planejamento da Comissão Executiva;
- c) substituir, por indicação de sua maioria, membro da Comissão Executiva, em casos de vacância;
- d) exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Assembléia Geral.

Art. 9º - Compete ao Presidente:

- a) representar o Grupo em suas atividades;
- b) convocar e presidir as suas reuniões;
- c) fazer cumprir as suas resoluções

Parágrafo Único - O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído, respectivamente, pelo 1º, 2º e 3º Vice-Presidente e estes pelo 1º, 2º e 3º Secretário, respectivamente.

Art.10 - Compete aos dois Secretários:

- a) organizar os serviços da Secretaria;
- b) assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes ao Grupo.

Parágrafo Único - O 1º Secretário será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo 2º e 3º Secretário, respectivamente.

Art. 11 - Compete ao Tesoureiro:

- a) organizar e dirigir os serviços da Tesouraria;
- b) assistir ao Presidente em tudo quanto se referir a assuntos financeiros e orçamentários.

Parágrafo Único - O Tesoureiro será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo 2º Tesoureiro.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O ano financeiro terá início na data da posse do Presidente.

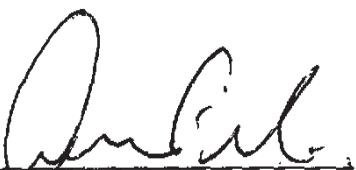
Art. 13 - Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

A seguir, passou ao ITEM 3: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente discorreu sobre o plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, tendo sugerido os temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades. Ao final, solicitou o apoio de todos os membros no sentido de que fossem apresentadas sugestões capazes de fomentar a discussão em torno dos temas apresentados, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos Deputados Nelson Meurer-PP/PR e Jackson Barreto-PMDB/SE que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã para, junto com a Representação Diplomática da República Socialista do Vietnã, poder incrementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Dep. Colbert Martins - PMDB/BA; pelo 1º Secretário, Dep. Jackson Barreto - PMDB/SE e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária dos trabalhos. Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Deputado COLBERT MARTINS
Presidente Eleito

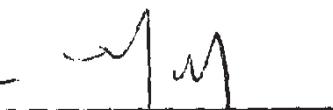
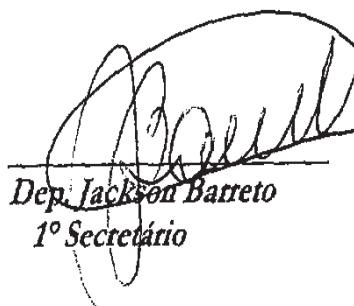
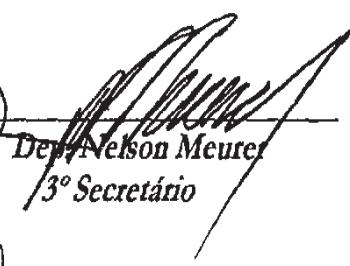
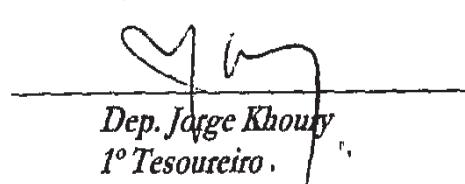
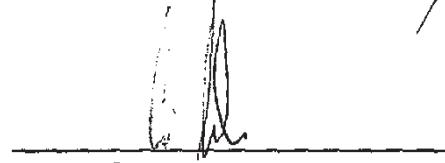
Deputado JACKSON BARRETO
1º Secretário

INUBIA SFOGGIA
Secretária da Reunião



Dep. Colbert Martins

Presidente


Sen. Inácio Arruda
1º Vice-presidente
Dep. Olavo Calheiros
2º Vice-presidente
Dep. Moacir Micheletto
3º Vice-presidente
Dep. Jackson Barreto
1º Secretário
Sen. Augusto Botelho
2º Secretário
Dep. Nelson Meurer
3º Secretário
Dep. Jorge Khouy
1º Tesoureiro
Dep. Jose Rocha
2º TesoureiroConselho Deliberativo:

Sen. Serys Slhessarenko

Dep. Aldo Rebelo

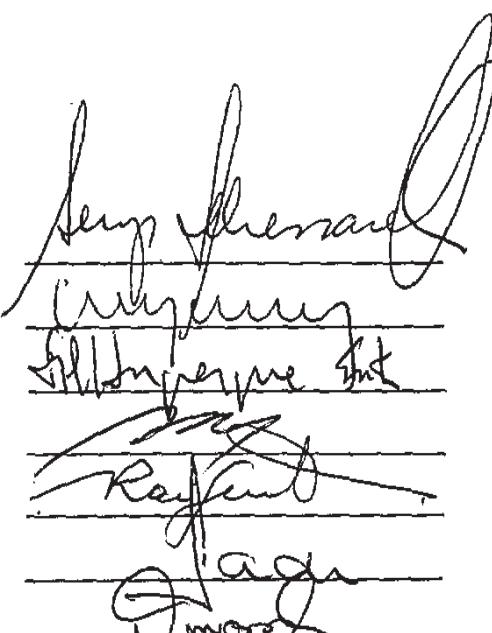
Dep. Luiz Couto

Dep. Nilson Mourão

Dep. Raimundo G. de Matos

Dep. Tadeu Filippelli

Dep. Vanessa Grazziotin



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA:

Presidentes de Honra: Deputado Michel Temer - PMDB/SP - Presidente da Câmara dos Deputados
Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal

Presidente: Deputado Colbert Martins	- PMDB/BA	Gab. 319
1º Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda	- PCdoB/CE	3303.5791
2º Vice-Presidente: Deputado Olavo Calheiros	- PMDB/AL	Gab. 907
3º Vice-Presidente: Deputado Moacir Micheletto	- PMDB/PR	Gab. 478 / 3
1º Secretário: Deputado Jackson Barreto	- PMDB/SE	Gab. 752
2º Secretário: Senador Augusto Botelho	- PT/RR	3303.2041
3º Secretário: Deputado Nelson Meurer	- PP/PR	Gab. 916
1º Tesoureiro: Deputado Jorge Khoury	- DEM/BA	Gab. 715
2º Tesoureiro: Deputado José Rocha	- PR/BA	Gab. 908

Conselho Deliberativo: Senadora Serys Shhessarenko	- PT/MT	3303.2292
Deputado Aldo Rebelo	- PCdoB/SP	Gab. 924
Deputado Luiz Couto	- PT/PB	Gab. 442
Deputado Nilson Mourão	- PT/AC	Gab. 376 / 3
Deputado Raimundo G. de Matos	- PSDB/CE	Gab. 725
Deputado Tadeu Filippelli	- PMDB/DF	Gab. 628
Deputada Vanessa Grazziotin	- PCdoB/AM	Gab. 724

Secretaria Executiva: Dra. Inubia A.C. Sfoggia

Sen. Inácio Arruda - PCdoB/CE = Ala Sen. Filinto Müller - Gab. 07
Sen. Augusto Botelho - PT/RR = Ala Sen. Filinto Müller - Gab. 11
Sen. Serys Shhessarenko - PT/MT = Ala Sen. Teotônio Vilela - Gab. 21

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
53^a Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ANEXO	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	744	4	3215.5744	dep.ademircamilo@camara.gov.br
ALDO REBELO	PCdoB	SP	924	4	3215.5924	dep.aldoerrebelo@camara.gov.br
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR	820	4	3215.5820	dep.andrezacharow@camara.gov.br
COLBERT MARTINS	PMDB	BA	319	4	3215.5319	dep.colbertmartins@camara.gov.br
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	4	3215.5435	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
FÁBIO FARIA	PMN	RN	369	3	3215.5369	dep.fabiofaria@camara.gov.br
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	236	4	3215.5236	dep.fatimabezerra@camara.gov.br
JACKSON BARRETO	PMDB	SE	752	4	3215.5752	dep.jacksonbarreto@camara.gov.br
JOÃO OLIVEIRA	DEM	TO	475	3	3215.5475	dep.joaooliveira@camara.gov.br
JORGE KHOURY	DEM	BA	715	4	3215.5715	dep.jorgekhoury@camara.gov.br
JOSÉ ROCHA	PR	BA	908	4	3215.5908	dep.joserocha@camara.gov.br
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PR	MG	854	4	3215.5854	dep.josesantanadevasconcellos@camara.gov.br
LUIZ COUTO	PT	PB	442	4	3215.5442	dep.luizcouto@camara.gov.br
MARCELO TEIXEIRA	PR	CE	210	4	3215.5210	dep.marceloteixeira@camara.gov.br
MARCONDES GADELHA	PSB	PB	214	4	3215.5214	dep.marcondesgadelha@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	478	3	3215.5478	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	920	4	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br
NELSON MEURER	PP	PR	916	4	3215.5916	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br
NILSON MOURÃO	PT	AC	376	3	3215.5376	dep.nilsonmourao@camara.gov.br
OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	907	4	3215.5907	dep.olavocalheiros@camara.gov.br
OSVALDO REIS	PMDB	TO	835	4	3215.5835	dep.osvaldoreis@camara.gov.br
PAULO ROCHA	PT	PA	444	4	3215.5444	dep.paulorocha@camara.gov.br
PEDRO FERNANDES	PTB	MA	814	4	3215.5814	dep.pedrofernandes@camara.gov.br
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	725	4	3215.5725	dep.raimundogomesdematos@camara.gov.br
RENATO MOLLING	PP	RS	337	4	3215.5337	dep.renatomolling@camara.gov.br
TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF	628	4	3215.5628	dep.tadeufilippelli@camara.gov.br
URZENI ROCHA	PSDB	RR	531	4	3215.531	dep.urzenirocha@camara.gov.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	610	4	3215.5610	dep.valdircolatto@camara.gov.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724	4	3215.5724	dep.vanessagrazziotin@camara.gov.br
WALTER IHOSHI	DEM	SP	466	3	3215.5466	dep.walterihoshi@camara.gov.br
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	534	4	3215.5534	dep.wilsonsantiago@camara.gov.br
ZÉ GERALDO	PT	PA	266	3	3215.5266	dep.zegeraldo@camara.gov.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
53^a Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB	ALA	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ADA MELLO	PTB	AL		13º and.	3303.5783	adamelloml@hotmail.com
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	12	Teotônio Vilela	3303.2201	antval@senador.gov.br
AUGUSTO BOTELHO	PT	RR	11	Filinto Muller	3303.2041	augusto.botelho@senador.gov.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	05	Afonso Arinos	3303.2323	eduardoazeredo@senador.gov.br
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	07	Filinto Muller	3303.5793	inacioarruda@senador.gov.br
SÉRGIO ZAMBIAKI	PTB	RS	07	Afonso Arinos	3303.1207	zambiasi@senador.gov.br
SERYS SLHESSARENKO	PT	MT	21	Teotônio Vilela	3303.2291	serys@senadora.gov.br

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1.4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (29)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)
Delcídio Amaral (PT) (37)	2. Renato Casagrande (PSB) (39)
Aloizio Mercadante (PT) (32)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (31)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	6. Expedito Júnior (PR) (4,33)
César Borges (PR) (40)	7. João Ribeiro (PR) (41)
Maoria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,69)
Valdir Raupp (PMDB) (61)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,69)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) (60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,69)
VAGO (64)	7. VAGO (64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Moraes (DEM) (52)	3. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,43)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (25)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Papaléo Paes (PSDB) (24)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (51)	1. Sérgio Zambiasi (12,51)
Gim Argello (51)	2. Fernando Collor (51)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).

52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).

59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).

60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).

68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).

69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).

71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).

72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (32)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. César Borges (PR) (31)
Paulo Paim (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (28,30)
Roberto Cavalcanti (PRB) (27,60)	6. VAGO (27)
Renato Casagrande (PSB) (27,59,64)	7. José Nery (PSOL) (27,62,63)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,67)	1. Lobão Filho (PMDB) (50)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (21,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,65)	6. João Tenório (PSDB) (23)
Papaléo Paes (PSDB) (24)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.

18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.

20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).

25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).

28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).

58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).

59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).

61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Of. nº 047/2009-GLDBAG).

63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).

65. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).

66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).

67. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDb, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).

11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).

14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).

16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).

20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).

24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.

31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.

49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.

53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).

55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).

56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).

57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).

58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).

59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).

60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).

61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).

63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).

77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (35)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (37)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,31)
Paulo Paim (PT) (35,44,65)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,66)
Marina Silva (PT) (33)	6. VAGO (34)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (34)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
VAGO (8,16,63,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (55)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,54)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (56,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (48)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Moraes (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (43)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,46)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,42)	1. João Vicente Claudino (42)
Romeu Tuma (42)	2. Mozarildo Cavalcanti (42)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).

43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

44. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).

45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

46. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.

49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).

58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).

59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).

60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).

61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).

63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).

64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).

66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).

68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

69. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. N.º 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
Maoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (19)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (19)	2. Serys Slhessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (19)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,20,30)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. Marina Silva (PT) (20,45)
José Nery (PSOL) (24)	5. VAGO (20)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO (33,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (41)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	4. Mão Santa (PMDB) (38)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,39)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Jayme Campos (DEM) (32)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (18)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).

15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).

16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).

17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009-GLDBAG).

21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.

22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.

30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).

31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

33. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).

34. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).

35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).

36. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).

37. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).

38. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).

39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).

40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).

41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).

42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).

43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).

14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.

16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).

17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).

22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).

23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).

25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).

31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).

32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.

33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).

34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).

52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.

56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.

58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.

59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).

61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).

63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).

64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).

65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).

66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).

67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).

68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).

69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).

71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).

73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude do Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (22)	1. Marina Silva (PT) (25)
Delcídio Amaral (PT) (22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) (23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) (22)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (24)
Fátima Cleide (PT) (17)	5. Eduardo Suplicy (PT) (21)
João Ribeiro (PR) (18)	6. João Pedro (PT) (16)
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (46)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) (47)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,44)
Paulo Duque (PMDB) (52)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (49)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	6. VAGO (45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (30)	2. Efraim Morais (DEM) (35)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (38)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
 2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).

9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).

13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).

16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.

29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.

30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).

40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).

55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).

58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).

59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).

60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (21)	1. Paulo Paim (PT) (21)
João Pedro (PT) (22)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,18)
Augusto Botelho (PT) (20,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) (17)
Magno Malta (PR) (19)	4. Serys Shlessarenko (PT) (23,52)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,38,43)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,41)
Neuto De Conto (PMDB) (34,47)	2. Valdir Raupp (PMDB) (35,40)
Gerson Camata (PMDB) (44,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (36,39)
Valter Pereira (PMDB) (45,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,48)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (25)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (29)
Lúcia Vânia (PSDB) (13)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Mário Couto (PSDB) (15)	6. João Tenório (PSDB) (12)
Marisa Serrano (PSDB) (12)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).

13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).

24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).

25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).

26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).

27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).

28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).

29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).

31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).

32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).

33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).

34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

36. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

38. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).

42. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).

46. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

47. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).

49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).

50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).

51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Sihessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).

44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).

49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Eleição Geral:** 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003**2^a Eleição Geral:** 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005**3^a Eleição Geral:** 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007**TITULARES****SUPLENTES****Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)**

1.
2.
3.
4.

Maioria (PMDB, PP)

1.
2.
3.
4.

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

1.
2.
3.
4.
5.

PDT

1.

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP)

Atualização: 18/02/2009**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTFátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 17.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 09.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS